



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 176

PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 22 DE OUTUBRO DE 2015

ANO IV

### SUMÁRIO

|                                    |      |
|------------------------------------|------|
| ASSESSORIA DA MESA .....           | Capa |
| DEPARTAMENTO LEGISLATIVO .....     | 3786 |
| SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES ..... | 3792 |
| TAQUIGRAFIA .....                  | 3792 |
| SUP. DE RECURSOS HUMANOS.....      | 3843 |

### ASSESSORIA DA MESA

#### ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA NONA LEGISLATURA

Aos vinte dias do mês de outubro do ano dois mil e quinze, às vinte horas e trinta e seis minutos, reuniu-se a Assembleia Legislativa do Estado, extraordinariamente, sob a Presidência do Senhor Deputado Maurão de Carvalho – Presidente; Secretariada pelo Senhor Deputado Luizinho Goebel; com as presenças dos Senhores Deputados Adelino Follador, Aécio da TV, Airton Gurgacz, Alex Redano, Cleiton Roque, Dr. Neidson, Edson Martins, Ezequiel Júnior, Hermínio Coelho, Jesuino Boabaid, Laerte Gomes, Lazinho da Fetagro, Lebrão, Luizinho Goebel, Maurão de Carvalho, Ribamar Araújo, Só na Bença; e ausências dos Senhores Deputados Jean Oliveira, Léo Moraes, Marcelino Tenório, Saulo Moreira e Senhoras Deputadas Glaucione, Lúcia Tereza e Rosângela Donadon. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou aberta a sessão. A ata da sessão extraordinária anterior foi dada por lida e aprovada e o Senhor Presidente determinou a publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa. Passando-se à **ORDEM DO DIA**, foram **aprovados em segunda** discussão e votação, pelo processo de votação simbólica, por maioria de

votos: Projeto de Lei nº **181/15** de autoria do Poder Executivo/M 186 que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação até o montante de R\$ 33.224.111,88 em favor das unidades orçamentárias: SUGESP, SESDEC, PC, FES, SEDAM, SEAGRI, EMATER e FUPEN”; Projeto de Lei nº **137/15** de autoria do Poder Executivo/M 151 que “Autoria o Poder Executivo a transferir, mediante doação, imóvel pertencente ao Estado de Rondônia para o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA”. Nada mais havendo a tratar, e antes de encerrar a presente sessão, o Senhor Presidente convocou sessão ordinária para o dia 21 de outubro, no horário regimental, às 09:00 horas. Para constar, o Secretário da sessão determinou a lavratura desta ata, que após lida e aprovada será devidamente assinada pelo Presidente e Secretários da sessão. Plenário das Deliberações às vinte horas e trinta e nove minutos do dia vinte de outubro do ano dois mil e quinze.

### DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

#### ATO Nº 021/2015-P/ALE

Cancela a realização das sessões ordinárias dos dias 27 e 28 de outubro de 2015 e das reuniões de Comissões.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições regimentais, e

#### RESOLVE:

**Art. 1º.** Cancelar a realização das sessões ordinárias do dia 27 e 28 de outubro de 2015, bem como das reuniões de Comissões alusivas a mesma semana dos dias referidos, em razão da viagem, via terrestre, dos senhores Deputados à cidade de Manaus para reconhecimento das necessidades da reconstrução da BR 319.

#### MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**  
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**  
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**  
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**  
3º Secretário: **ALEX REDANO**  
4º Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

#### SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**  
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia  
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

**Art. 2º.** Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, 21 de outubro de 2015.

**Deputado MAURÃO DE CARVALHO**  
**Presidente – ALE/RO**

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 611,**  
**DE 21 DE OUTUBRO DE 2015.**

Concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Senhor **Confúcio Aires Moura**, Governador do Estado de Rondônia.

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, combinado com os artigos 166 e 167 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

**Art. 1º.** Fica concedido o Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Senhor **CONFÚCIO AIRES MOURA**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

**Art. 2º.** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 21 de outubro de 2015.

**Deputado MAURÃO DE CARVALHO**  
**Presidente – ALE/RO**

**RESOLUÇÃO Nº 315,**  
**DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.**

Institui no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, a Frente Parlamentar Permanente de Mobilidade Urbana.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA** aprovou, e eu promulgo a seguinte Resolução:

**Art. 1º.** Fica criada, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, em caráter permanente a Frente Parlamentar em Defesa da Mobilidade Urbana.

**Art. 2º.** Constitui-se como finalidade da Frente Parlamentar em Defesa da Mobilidade Urbana, criar um espaço de debate para as questões relacionadas à mobilidade dos cidadãos rondonienses, com destaque às questões que afetam os cidadãos que se deslocam sem a utilização de veículos motorizados, em especial ciclistas, cadeirantes e pedestres.

**Art. 3º.** Compete à Frente Parlamentar em Defesa da Mobilidade Urbana do Estado de Rondônia, sem prejuízo de outras atribuições decorrentes de sua natureza institucional, realizar estudos e debates e tomar providências no sentido de:

I - acompanhar as políticas públicas de transporte e mobilidade urbana dos Municípios do Estado de Rondônia;

II - monitorar a execução de planos e projetos relacionados à temática da mobilidade urbana; e

III - realizar estudos sobre a mobilidade urbana, social e humana no Estado, e sugerir novas alternativas e modais de transportes.

§ 1º. A Frente Parlamentar em Defesa da Mobilidade Urbana, visando avançar na defesa do deslocamento seguro e eficiente dos cidadãos rondonienses, organizará debates, simpósios, seminários e outros eventos atinentes à sua temática.

**Art. 4º.** A Frente Parlamentar em Defesa da Mobilidade Urbana do Estado de Rondônia será composta de 5 (cinco) parlamentares que integram a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e serão indicados na forma regimental e nomeados por ato da Mesa Diretora.

**Art. 5º.** Os trabalhos da Frente Parlamentar serão coordenados por um Presidente em um Vice-Presidente que terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por igual período e escolhidos mediante aprovação da maioria absoluta de seus membros.

**Art. 6º.** As reuniões da frente Parlamentar serão públicas e ocorrerão periodicamente, em locais estabelecidos por seus membros.

§ 1º. As reuniões de que trata o *caput* deste artigo serão abertas e poderão contar com a participação de entidades representativas do segmento da sociedade civil e indivíduos com interesse no tema.

§ 2º. Para possibilitar a mais ampla participação da sociedade, a Frente parlamentar em defesa da mobilidade Urbana publicizará relatórios de suas atividades, como reuniões, seminários, simpósios e encontros.

**Art. 7º.** As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementada se necessário.

**Art. 8º.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 22 de outubro de 2015.

**Deputado MAURÃO DE CARVALHO**  
**Presidente - ALE/RO**

**RESOLUÇÃO Nº 316,**  
**DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.**

Acrescenta dispositivo a Resolução nº 289, de 11 de março de 2015, que “Institui e disciplina a utilização de cota mensal para ressarcimento de despesas com transporte e correlatas no exercício da atividade parlamentar.”

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA** aprovou, e eu promulgo a seguinte Resolução:

**Art. 1º.** Fica acrescentado Parágrafo único ao artigo 1º da Resolução nº 289, de 11 de março de 2015, que “Institui e disciplina a utilização de cota mensal para ressarcimento de despesas com transporte e correlata no exercício da atividade parlamentar”, com a seguinte redação:

“Art. 1º. ....

**Parágrafo único.** O limite de cota mensal para despesas com combustível, será de até 65% (sessenta e cinco por cento) do valor disposto no *caput* do artigo 1º desta Resolução.”

**Art. 2º.** Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, e sua aplicabilidade dar-se-á a partir de 1º de novembro de 2015.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 22 de outubro de 2015.

**Deputado MAURÃO DE CARVALHO**  
**Presidente - ALE/RO**

**RESOLUÇÃO Nº 317,**  
**DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.**

Altera e acrescenta dispositivos da Resolução nº 262, de 26 de março de 2014, que “Institui e disciplina a utilização de cota mensal para ressarcimento de despesas relacionadas com a atividade parlamentar e dá outras providências.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA** aprovou, e eu promulgo a seguinte Resolução:

**Art. 1º.** O artigo 1º da Resolução nº 262, de 26 de março de 2014, que “Institui e disciplina a utilização de cota mensal para ressarcimento de despesas relacionadas com a atividade parlamentar” e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Fica instituída a cota mensal de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), destinada exclusivamente ao ressarcimento de despesas relacionadas com a atividade parlamentar.”

**Art. 2º.** Fica acrescentado o artigo 2º-A, a Resolução nº 262, de 26 de março de 2014, que “Institui e disciplina a utilização de cota mensal para ressarcimento de despesas relacionadas com a atividade parlamentar e dá outras providências”, com a seguinte redação:

“Art. 2º-A. Excepcionalmente, o parlamentar poderá utilizar o valor da verba de que trata o art. 1º desta Resolução, para locação de veículo a fim de atender o escritório parlamentar.”

**Art. 3º.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 22 de outubro de 2015.

**Deputado MAURÃO DE CARVALHO**  
**Presidente - ALE/RO**

**RESOLUÇÃO Nº 318,**  
**DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.**

Estabelece normas para consignações em folha de pagamento dos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas do Poder Legislativo do Estado de Rondônia.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA** aprovou, e eu promulgo a seguinte Resolução:

**Art. 1º.** As consignações em folha de pagamento, de que trata o artigo 67 da Lei Complementar nº 68/1992 e artigo 44 da Lei Complementar nº 731/2013, dos servidores públicos deste Poder Legislativo têm as seguintes classificações:

I – compulsórias; e

II – facultativas.

§ 1º. As consignações compulsórias são os descontos e recolhimentos efetuados por força de lei ou mandado judicial, compreendendo:

I – contribuições para a Previdência Social e Seguridade Social;

II – pensões alimentícias;

III – imposto de renda;

IV – reposições e indenizações ao erário;

V – outros descontos decorrentes de mandado judicial;

VI – contribuição em favor de entidades sindicais, na forma do inciso IV do artigo 8º da Constituição Federal; e

VII – outros descontos instituídos por lei.

§ 2º. As consignações facultativas são as que, a critério da ALE/RO, efetuam-se por consenso entre consignado, consignatário e o consignante, compreendendo:

I – prestação referente à aquisição de imóvel residencial de consignatário;

II – mensalidade de seguro de vida previsto nos incisos IV e VI, do artigo 2º desta Resolução;

III – previdência complementar do servidor de consignatária prevista nos incisos IV e VI, do artigo 2º desta Resolução;

IV – mensalidade de entidades de classe, associações, clubes e cooperativas de consumo para servidores públicos;

V – amortização e juros de dívidas pessoais contraídas junto aos consignatários previstos nos incisos I, IV e VII, do artigo 2º desta Resolução;

VI – mensalidade para plano de saúde em favor do consignado e seus beneficiários;

VII – despesas com aquisição de medicamentos e produtos farmacêuticos;

VIII – despesas com assistência odontológica, ótica, médico-hospitalar e psicológica; e

IX – mensalidade a favor de estabelecimento de ensino superior, técnico e profissionalizante diretamente pelo Estabelecimento de Ensino, por convênio com a ALE/RO, para o consignado e seus beneficiários.

**Art. 2º.** Considera-se, para fins desta Resolução:

I – consignatário: destinatário dos créditos resultantes das consignações compulsórias e facultativa;

II – consignante: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, órgão da Administração Pública que procede descontos relativos à consignações compulsórias e facultativas, em favor do consignatário; e

III – consignado: o servidor ativo e inativo, o pensionista e o empregado público da Administração Pública – Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

**Art. 3º.** Poderão ser admitidos como consignatários:

I – órgãos da Administração Pública;

II – associações e clubes criados para atender os servidores públicos;

III – entidades de classe representativa de servidores públicos;

IV – entidades fechadas ou abertas de previdência privada, que operem com planos de pecúlio, seguro de vida ou renda mensal;

V – entidades securitárias que operem com plano de seguro de vida;

VI – descontos para o Fundo de Arrendamento Residencial – FAR decorrentes de arrendamento de imóvel através do Programa de Arrendamento Residencial – PAR;

VII – instituições financeiras e cooperativas de crédito devidamente autorizadas pelo Banco Central;

VIII – instituição de crédito, construtores e incorporadores para o caso de aquisição de casa própria destinada à habitação da família do consignado; e

IX – instituições financeiras que administrem cartões de crédito, devidamente autorizadas pelo Banco Central, para o caso de disponibilidade de cartões de crédito aos servidores.

§ 1º. As consignatárias mencionadas nos incisos II e III somente poderão ser destinatárias de consignações relativas à mensalidade instituída para seu custeio.

§ 2º. As consignatárias mencionadas nos incisos IV, V, VI e VII somente poderão ser destinatárias de consignações relativas à contribuição para pecúlio, seguro de vida, saúde, renda mensal, consumo de alimentos, previdência complementar e amortização de empréstimos e financiamentos, respectivamente.

§ 3º. Os prazos das operações de empréstimos, financiamentos, refinanciamentos e compras de dívidas serão autorizados pelo período máximo de 96 (noventa e seis) meses, salvo as prestações referentes à aquisição de casa própria, de que trata o inciso VIII deste artigo, até o máximo de 360 (trezentos e sessenta) meses e amortizações de cartão de crédito.

§ 4º. As entidades sindicais, associações e clubes constituídos exclusivamente para servidores e empregados públicos e cooperativas deverão disponibilizar, quando solicitados pela ALE/RO, a qualquer tempo, seus cadastros de associados.

**Art. 4º.** O credenciamento de consignatários será deliberado pela Secretaria Geral desta Assembleia, após exame da regularidade da documentação e atendimento dos requisitos necessários, nos termos desta Resolução.

§ 1º. O ato de credenciamento é vinculado aos termos desta Resolução, e não configura acordo, formal ou tácito, entre a Assembleia e o consignatário credenciado, sendo a ALE/RO exclusivamente a intermediária e gestora do processo de consignação de desconto em folha de pagamento dos servidores públicos.

§ 2º. Anualmente, no mês em que se deu o credenciamento, ou quando exigido pela Superintendência de Recursos Hum-

nos ou Secretaria Geral desta ALE/RO, a entidade consignatária deverá reapresentar os documentos exigidos para credenciamento.

**Art. 5º.** Ressalvadas as consignações compulsórias, não se efetuarão descontos de valor inferior a 1% (um por cento) do menor vencimento do servidor público, com jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo não se aplica às consignações de que trata o inciso III do § 2º do artigo 1º desta Resolução.

**Art. 6º.** A soma das consignações compulsórias e facultativas não excederá o limite de 70% (setenta por cento) da remuneração mensal do servidor, respeitando o limite de 30% (trinta por cento) para as facultativas.

§ 1º. Não serão computadas na remuneração referida neste artigo as seguintes vantagens pecuniárias:

I - salário-família;

II - diárias;

III - ajuda de custo;

IV - gratificação natalina;

V - horário noturno;

VI - 1/3 (um terço) constitucional pelo usufruto de férias;

VII - serviço extraordinário, sobreaviso ou hora plantão;

VIII - substituição de cargo em comissão ou função de confiança;

IX - prêmio assiduidade; e

X - importâncias pretéritas.

§ 2º. Caso a soma das consignações compulsórias e facultativas exceda o limite definido no *caput*, serão suspensos até ficar dentro daquele limite, os descontos relativos a consignações facultativas de menores níveis de prioridade, conforme disposto a seguir:

I – mensalidade de entidades de classe, associações, clubes e cooperativas de consumo para servidores públicos;

II – prêmio de seguro de vida previsto nos incisos IV e VI, do artigo 3º desta Resolução;

III – previdência complementar do servidor de consignatária prevista nos incisos IV e VI, do artigo 3º desta Resolução;

IV – amortizações e juros de dívidas pessoais contraídas junto aos consignatários previsto no inciso I, IV, VII e IX, do artigo 3º desta Resolução; e

V – prestação referente à aquisição de imóvel residencial de consignatário previsto no inciso I do artigo 3º desta Resolução.

§ 3º. Em se tratando de consignações facultativas, prevalecerá o critério de antiguidade, de modo que consignação posterior não cancele anterior.



§ 4º. As operações, em curso, que já se encontram averbadas pela ALE/RO nos critérios de cálculos anteriores a esta Resolução serão mantidas em folha de pagamento até o término do prazo pactuado.

§ 5º. As consignações de que trata o inciso VIII, do artigo 3º, comporão a somatória de que trata o *caput* deste artigo, apenas no que se refere ao limite máximo de 70% (setenta por cento) da remuneração mensal do servidor.

§ 6º. As consignações de que trata o inciso IX do artigo 3º, comporão a somatória de que trata o *caput* deste artigo, apenas no que se refere ao limite máximo de 70% (setenta por cento) da remuneração mensal do servidor, entretanto, terão um limite máximo de 10% (dez por cento) desta remuneração.

**Art. 7º.** A consignação facultativa pode ser cancelada:

- I – por força de lei;
- II – por ordem judicial;
- III – por vício insanável no processo de consignação;
- IV – por motivo de justificado interesse público;
- V – a pedido formal do consignatário;
- VI – por conveniência e oportunidade, a juízo da Administração; e
- VII – a pedido formal do consignado;

§ 1º. Independente de contrato ou convênio entre o consignatário e o consignado, o pedido de cancelamento de consignação por parte do consignado deve ser atendido imediatamente, com cessação do desconto na folha de pagamento do mês em que foi formalizado o pleito, ou na do mês imediatamente seguinte, caso já tenha sido processada.

§ 2º. O pedido de cancelamento formulado pelo servidor deverá ser acompanhado da comprovação de anuência da entidade consignatária quando for objeto de empréstimo pessoal e financiamentos.

§ 3º. Nos casos de aquisição de casa própria, o servidor só poderá optar pelo cancelamento da consignação, no caso de cessão de direitos sobre o imóvel, para outro servidor que admita consignação sequencial e até o final dos pagamentos devidos.

§ 4º. Nos casos de cartões de crédito o servidor poderá optar pelo cancelamento da consignação a qualquer momento, desde que observado o § 1º deste artigo.

**Art. 8º.** O consignatário deverá submeter a Secretaria Geral da ALE/RO, para análise e aprovação, qualquer inclusão, alteração ou exclusão de produto ou serviço informado no ato do credenciamento.

§ 1º. O consignatário deverá comunicar de imediato a Superintendência de Recursos Humanos da ALE/RO, qualquer alteração cadastral ou contratual.

§ 2º. O consignatário que intermediar serviços e produtos de terceiros para fins da consignação da despesa respectiva em folha de pagamento será solidariamente responsável com o

fornecedor desses serviços e produtos, e poderá ser descredenciado na forma do artigo 10 desta Resolução.

**Art. 9º.** Para habilitação como consignatária, as entidades mencionadas nos incisos II, III, IV, V, VI, VIII e IX do artigo 3º, deverão encaminhar à Secretaria Geral da ALE/RO requerimento instruído dos seguintes documentos:

I – ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações acompanhadas por documentos de eleição de seus administradores;

II – inscrição do ato constitutivo no órgão competente, no caso das sociedades civis, acompanhada da prova da diretoria em exercício;

III – prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

IV – prova de inscrição no cadastro de contribuinte estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do requerente;

V – prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do requerente, através de certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de:

a) Certidão de quitação de tributos federais, neles abrangidos as contribuições sociais administradas pela Secretaria da Receita Federal;

b) Certidão quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradora da Fazenda Nacional – Ministério da Fazenda;

c) Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal ou órgão equivalente; e

d) Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda do Município ou órgão equivalente.

VI – prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através da apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

VII – prova de situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através da Certidão Negativa de Débito – CND;

VIII – declaração sob as penas da lei, de que cumpre o dispositivo no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal; e

IX – exposição da espécie ou das espécies de consignações pretendidas, devidamente detalhadas, juntando cópia dos ajustes, acordos e contratos a serem assinados pelos servidores, com cláusulas a que esses submeterão os mesmos.

**Art. 10.** A constatação de consignação processada em desacordo com o disposto nesta Resolução, mediante fraude, simulação, dolo, conluio ou culpa, que caracterize a utilização ilegal da folha de pagamento dos servidores públicos da ALE/RO, inclusive em relação a terceiros intermediários, importará na imediata suspensão da consignação e a desativação imediata, temporária ou definitiva da rubrica destinada ao consignatário envolvido, mediante decisão fundamentada da Secretaria Geral desta ALE/RO.

§ 1º. São consideradas condutas irregulares, entre outras:

I – cobrança de valor não autorizado ou em valor superior ao autorizado pelo consignado;

II – condicionamento de fornecimento de produto ou serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço;

III – venda de produto ou serviço inexistente, ou cuja descrição não corresponda ao que foi efetivamente prometido;

IV – fraude na autorização e no lançamento de desconto ao consignado;

V – ressarcimentos, compensações, encontros de contas ou acertos financeiros entre entidades consignatárias e consignados que impliquem créditos nos contracheques desses últimos; e

VI – desconto por despesa com cartão de débito.

§ 2º. Também será descredenciada, a qualquer tempo, a entidade consignatária que não comprove o atendimento das exigências legais desta Resolução, ou que deixe de atendê-las.

§ 3º. A divulgação de dados relativos à folha de pagamento dos servidores públicos fica sujeita à expressa autorização dos interessados, inclusive quanto aos limites dos valores para as consignações facultativas, excetuadas as hipóteses de determinação legal ou judicial, bem como aos casos de justificado interesse público.

§ 4º. A divulgação ou a utilização irregular de dados da folha de pagamento importará responsabilização direta e imediata do agente que a tenha permitido ou deixado de tomar as providências legais para sua suspensão ou apuração de responsabilidade, bem como dos que estiverem divulgando ou utilizando-se dessas informações.

§ 5º. Apurada a responsabilidade do agente público e havendo providência a ser tomada fora do âmbito de atribuições da ALE/RO, será dada ciência dos fatos aos órgãos competentes para as medidas cabíveis.

**Art. 11.** As entidades que, na data da publicação desta Resolução, estiverem cadastradas como consignatárias junto a ALE/RO, e que não preencham as condições nele estabelecidas, deverão se adequar a essas exigências no prazo de 3 (três) meses, a partir de sua publicação ou, antes deste prazo, quando ocorrer a primeira renovação de mandato de suas diretorias e órgãos colegiados, sob pena de descredenciamento.

**Parágrafo único.** Ocorrendo o descredenciamento em razão do disposto no *caput*, as obrigações de servidores públicos referentes à autorização dos descontos previstos no inciso VIII, IX e X do artigo 6º desta Resolução serão mantidas até a liquidação do compromisso.

**Art. 12.** Serão extintas, automaticamente, as consignações que não venham a atender as normas desta Resolução.

**Parágrafo único.** Para a manutenção das entidades consignatárias, em curso, na data da publicação desta Resolução, terão estas que apresentar no prazo de 30 (trinta) dias os documentos mencionados no artigo 9º.

**Art. 13.** Caso haja suspensão ou cancelamento da entidade consignatária, permanecerão em vigor até efetiva liquidação, os descontos em folha de pagamento pactuados por contrato entre o servidor e a entidade consignatária, e averbados pela ALE/RO.

**Art. 14.** A permissão de acesso de representante, agente, promotor ou corretor a serviço de consignatário, nas dependências da ALE/RO, para divulgar, distribuir propaganda e vender produtos e serviços a ser descontado em folha de pagamento dos servidores, empregados ou pensionistas, deverá ser autorizado pela Secretaria Geral.

**Art. 15.** A consignação em folha de pagamento não implica co-responsabilidade da ALE/RO por dívidas, inadimplemento, desistência ou pendência de qualquer natureza, assumidos pelo consignado junto ao consignatário.

§ 1º. A ALE/RO não integra qualquer relação de consumo originada, direta ou indiretamente, entre consignatário e consignado, limitando-se a efetuar os descontos previstos nesta Resolução.

§ 2º. O pedido de credenciamento de consignatário e a autorização de desconto pelo consignado implicam em pleno conhecimento e aceitação das disposições contidas nesta Resolução.

§ 3º. A ignorância do consignatário sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços prestados, diretamente ou por terceiros, sejam estas pessoas físicas ou jurídicas não o exime de responsabilidade.

**Art. 16.** As despesas para a cobertura do custo decorrente de processamento de dados em folha, no caso de consignação para amortização de empréstimo ou financiamento, mesmo habitacional, bem como de quaisquer outros valores consignados, correrão por conta do consignatário, mediante retenção de 1% (um por cento) do valor mensal da consignação.

**Parágrafo único.** O pagamento será feito por desconto no valor mensal a ser repassado ao consignatário, e recolhido mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, pela ALE/RO a crédito do Fundo Garantidor das Parcerias Público-Privadas, instituído pela Lei Complementar nº 609, de 18 de fevereiro de 2011.

**Art. 17.** Fica a Superintendência de Recursos Humanos, em consonância com a Secretaria Geral, responsáveis na implementação em folha de pagamento das consignações dos servidores públicos desta Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, conforme legislação vigente.

**Art. 18.** A ALE/RO poderá expedir as instruções complementares necessárias à execução desta Resolução.

**Art. 19.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 22 de outubro de 2015.

**Deputado MAURÃO DE CARVALHO**  
**Presidente - ALE/RO**

**SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES****AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA – 2ª vez  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2015/PPP/ALE/RO  
Processo Administrativo nº 00008163/2015-79**

A **Superintendência de Compras e Licitações - SCL**, por meio de seu Pregoeiro, designado através do **ATO Nº 2395/2015-SRH/P/ALE**, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados que a licitação supracitada tendo como finalidade a **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE FLORES NATURAIS – BOTÕES DE ROSAS, BOUQUET, ARRANJOS PEQUENOS, MÉDIOS E GRANDES E COROA MÉDIA E GRANDE**, foi declarada **FRACASSADA**, pela segunda vez, por ausência de competição, conforme relatório acostado nos autos, ficando aberto o prazo de 03 (três) dias úteis para manifestação recursal. Os autos encontram-se franqueados aos interessados.

Porto Velho-RO, 21 de outubro de 2015.

**Everton José dos Santos Filho**

Pregoeiro ALE/RO

Mat. 200160382

**TAQUIGRAFIA****ATA DA 35ª AUDIÊNCIA PÚBLICA  
PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI Nº 153/15  
(BÚFALOS)**

Em 11.setembro de 2015

**Presidência do Sr.  
JESUÍNO BOABAIID - Deputado**

(Às 09h43min.abertura da sessão)

**A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias)** – Senhoras e senhores, bom dia, A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo a Requerimento do Exmº. Senhor Deputado Estadual Jesuíno Boabaid, realiza Audiência Pública com o objetivo de discutir o Projeto de Lei que institui o Regulamento de Execução de Medidas para Erradicação de Búfalos.

Temos a honra de convidar para compor a Mesa desta Audiência Pública o Exmº. Senhor Deputado Estadual Jesuíno

Boabaid, proponente desta Audiência Pública; o Exmº. Sr. Júlio Olivar, Superintendente Estadual de Turismo, representando o Governo do Estado; Sr. Fabiano Alexandre, representando o IDARON; Sr. Ricardo Gomes, Vice-Presidente da Comissão de Manejo de Búfalos - EMBRAPA; Dr. Anderson Felipe Bauer, representante da OAB/RO.

Pronto, senhor Presidente.

**O SR. JESUÍNO BOABAIID (Presidente)** – Bom dia a todos. Quero cumprimentar a todos que se encontram à Mesa aqui, o Júlio Olivar, Superintendente Estadual de Turismo; Fabiano Alexandre, representante do IDARON; Ricardo Gomes e Anderson Felipe Bauer, representante da OAB; aos demais presentes quero agradecer também. Eu decidi, é uma Audiência, mas é com outro formato hoje, a gente está quebrando até o protocolo, que Audiência Pública tem outro rito, tem outras formalizações, outro formato e por conta do tema é a questão dessa medida para erradicar a questão dos búfalos e eu como sou relator da CCJ, dessa matéria que ali se encontra tramitando, e tem essas dentro do que rege o nosso regimento, o Deputado que for relator, ou qualquer Deputado que tiver dúvida sobre a matéria que tiver tramitando para que ocorra uma alteração proposta por esta Casa ou uma emenda, eu achei por bem ouvir, porque tem alguns artigos aqui, que em especial é o 48, 49, 50 e 51, que é a questão dos valores que são percebidos ali, que são, teria uma arrecadação em torno de... Não sei o total, se existe essa planilha do total, e 75% ficará com o Estado e 25% vai ficar com a empresa vencedora. E fazendo uma breve pesquisa no estado de Roraima eu achei lá alguns valores, em torno de cada búfalo varia em torno de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), o quantitativo que chegou até a minha pessoa, através do Deputado Lebrão varia em torno de 10.000 búfalos, eu fiz uma soma, gira em torno de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), o total que será arrecadado por parte dessa matança.

Eu queria ouvir, depois, para eu tentar entender porque a minha proposta aqui também, seria que parte desses valores poderiam ser destinados para escolas e segurança, alguma coisa assim, de suma importância até por questão que todo dia o Estado manda para cá Projetos de remanejamento no intuito de suprir a necessidade de algumas Secretarias. Então, eu queria ouvir, entender e levar na próxima terça-feira essa matéria para ser discutida, e aí, já, se vou manter ou não alteração ou, vou alterar sobre essa questão dessa lei.

Então, vou passar a palavra, tem um representante também dos animais, em defesa dos animais, a fala vai ser aberta, aqui a dinâmica vai ser aberta, às pessoas que quiserem falar também podem falar para a gente chegar nesta reunião, nesta Audiência, num consenso sobre essa matança.

Vou passar a palavra, primeiro, ao senhor Fabiano Alexandre representante do IDARON.

**A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias)** – Antes Senhor Presidente, gostaríamos de registrar a presença do Sr. Júlio César Rocha, Coordenador de Desenvolvimento da Agropecuária, representando a SEAGRI; do Exmº. Sr. Francisco de Sales, Secretário de Estado Adjunto da SEDAM; Sra. Clotilde Brito, Presidente da Associação Protetora de Animais – Amigos de Patas; Sr. Roque Oliveira, Assessor da Deputada Federal



Marinha Raupp; Sr. Paulo Volnei Garcia, Coordenador Regional do ICM-Bio – Instituto Chico Mendes; Exmº. Sr. Rosenildo Pereira, Assessor Jurídico da SEDAM.

Pronto senhor Presidente.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Então agora, eu passo a palavra ao Fabiano Alexandre, representante do IDARON.

**O SR. FABIANO ALEXANDRE** – Bom dia a todos, Gostaria de cumprimentar o Exmº. Senhor Deputado Jesuíno, e em nome dele cumprimentar a todos os presentes da Mesa, e dizer que essa iniciativa da Assembleia ela vem contribuir com o processo, tendo em vista que essa discussão ela tem que ser ampla, muito bem debatida por conta de inúmeros, há uma amplitude muito grande de decorrências dessa ação, tanto do ponto de vista natureza sanitária, como do ponto de vista natureza ambiental. É importante dizer que essa discussão para que a gente chegasse nessa proposta ela teve uma discussão muito ampla de vários entes, de várias instituições e técnicos que participaram de inúmeras reuniões e trabalhos para que a gente pudesse respaldar essa ação com alguns critérios técnicos e de segurança para o nosso Estado. Importante também registrar a coragem do governo do Estado que, através do Secretário Sales, vem tratando desse assunto com responsabilidade, e do ponto de vista do interesse da sociedade em garantir, principalmente que qualquer ação advinda desse processo, Deputado, ela não traga riscos, ela não traga nenhum tipo de situação que prejudique principalmente o agronegócio no Estado e que acima de tudo respeite a natureza dos animais que ali vivem. Eu conheço a região, eu fui lá algumas vezes e conversando com colegas que são mais antigos no Estado; aquela propriedade assume hoje, para o Estado de Rondônia, uma responsabilidade social, sem querer falar de alguns erros que foram cometidos no passado, é importante dizer que hoje o governo do Estado, juntamente com a classe política, está enfrentando um problema que pode se tornar maior, caso a gente, a partir de agora, não inicie um procedimento de erradicação daqueles animais. Então, de forma inicial eu gostaria de deixar esse registro do reconhecimento e do esforço que foi tratado pela Comissão, que elaborou um projeto, que tem todo um trabalho técnico em torno disso e principalmente visando às garantias ambientais sanitárias e de respeito aos animais. Obrigado.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Vou passar a palavra para o senhor Ricardo Gomes, Vice-Presidente da Comissão de Manejo de Búfalos da EMBRAPA.

**O SR. RICARDO GOMES** – Bom dia a todos. Eu gostaria, em nome do Deputado Jesuíno, agradecer a presença de todos e dizer que, como membro desta Comissão nós temos um interesse muito grande da participação de todos nesse processo. Eu, provavelmente, sou um velho, estive trabalhando com esses búfalos em 1983, a primeira vez que eu fui lá foi com o Coronel Jorge Teixeira, e venho, como sou funcionário da EMBRAPA, sou responsável pelos trabalhos de búfalos na EMBRAPA. Eu venho acompanhando todo esse desenrolar dessa lenda que foi criada com relação aos búfalos do Vale do Guaporé. Durante

esse período todo, esses 33 anos que eu trabalho com aqueles animais, tem sido uma constante eu mudar de opinião com relação ao que se deve fazer com aqueles búfalos. Olha, se eu sou um cara que, um técnico, um zootecnista com área, trabalho numa empresa de pesquisa, se eu mudo a minha opinião sempre, imagine as pessoas que têm interesse no assunto, mas que não são ligadas diretamente com essa cultura, principalmente pela questão do rebanho e os interesses do Estado, tanto na parte sanitária como na parte ecológica. Então, durante muitos anos se falou, eu escrevi mais de cem documentos sobre os búfalos em Rondônia. Se qualquer pessoa que entrar na internet, procurar “Búfalo – Vale do Guaporé, Ricardo Gomes” vai ver lá os trabalhos que nós fizemos pelo menos esses mais recentes que são catalogados. Se a gente que tem, que deveria ter uma opinião formada tem uma constante mudança, imagine quem está de fora. Então, infelizmente, nós nos deparamos todo dia com esse tipo de informação, como o Deputado Jesuíno falou, “segundo fulano tem dez mil”. Aí eu, como um técnico da área, eu fiz duas contagens de búfalos lá. Uma, com projeto aprovado pelo Ministério do Meio Ambiente, foram contados os animais em 2005, encontramos aproximadamente três mil, contamos 3.800 cabeças, certo? E, em 2011, nós fizemos uma nova contagem que deu mais ou menos a mesma coisa. Só que essa quantia varia com desvio padrão para mais de 1.500 animais e para menos. Como zootecnista eu sei que quem regula o tamanho do rebanho é a disponibilidade de alimentos. Então não tem como esses animais aumentarem, dobrarem o rebanho, aumentarem muito porque não foi incorporado num ambiente mais alimentação para eles. Então a gente está sempre baseado nesse valor, que é um valor que está publicado. Foi feito uma contagem, foi feito um projeto, e foi feito essa contagem e até que se faça outra a gente não tem condições de dizer que tem mais de que três mil e oitocentos mais ou menos mil e quinhentas cabeças lá, esse é o primeiro ponto. Outro ponto que deve ser levado em consideração é com relação ao projeto é que nós sempre colocamos esse projeto como autossustentável. Olha! Quem tem um grande problema, um pepino na mão é o governo do Estado, certo, que está administrando esse negócio a um bocado de tempo lá, sabendo do risco. Porque apesar de ter uma barreira, o risco existe e para quem trabalha com búfalo como eu; é péssimo você ter um rebanho selvagem que denegri a imagem desses animais que são produtores de carne, leite e trabalho, ouro e tudo no mundo todo. Em Rondônia, nós temos esse problema, nós fizemos matéria para o Fantástico, Globo Repórter, nesses trinta anos e sempre a gente é procurado para dar explicações e desde 2005 que nós chegamos a seguinte conclusão: temos que tirar os búfalos daquele estado que eles se encontram, que foi nós que colocamos. Então partindo desse princípio, nós fomos convidados pelo Sales, para ajudar nessa comissão e a primeira vez durante esses anos todinhos, eu estou vendo o processo caminhar de tal forma que a gente tem condições sem muitos problemas, de resolver o problema. Eu espero que com mais essa ajuda aqui, principalmente desta Audiência Pública e do Legislativo nos apoiando e dando condições para que a gente consiga livrar esse risco tanto de sanitário que é terrível ele, terrível, que Rondônia hoje é o maior exportador, o segundo maior exportador de carne do Brasil, está certo, e



a questão ecológica porque infelizmente esses animais estão dentro de uma reserva biológica que é um lugar sagrado. Então nós temos que ter todo cuidado, quando vem um e fala: tem que fazer safári, tem entrar lá e ganhar dinheiro, tirar proveito disso, mas como safári? Nós nunca fomos a favor de safári, sempre foi proibido fazer safári dentro de uma reserva biológica e em Rondônia, infelizmente a gente ver pessoas com poder de inclusive garantido pela própria população defendendo uma ideia louca de as pessoas entrarem com rifle numa reserva biológica, sai lá, matando búfalos. Nós vamos retirar esses búfalos com toda tecnologia sem problema nenhum, sem risco sanitário nenhum, os animais vão passar por quarentena e nós vamos ter o prazer de daqui alguns anos publicarmos um trabalho em nível nacional, dizendo: nós conseguimos nos livrar do grande problema e o búfalo antes de qualquer um agradece. Obrigado.

**O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente)** – Eu achei interessante essa fala. Então, quantitativo só, eu vou passar a palavra para o senhor Júlio Olivar. Mas o total de rebanho lá, não é dez mil, e sim mil e quinhentos? É isso?

**O SR. RICARDO GOMES** – Três mil e oitocentas cabeças aproximadamente, eu posso passar uma cópia do trabalho para o senhor, podendo ela variar para mais ou para menos mil e quinhentos. Então, ela pode chegar até três mil e oitocentos, mais mil e quinhentos e três mil e oitocentos, menos mil e quinhentos, esse é avaliação do rebanho lá segundo os cálculos de contabilidade. Nós utilizamos na época um modelo estatístico que é utilizado no mundo todo apesar de ele ser uma tecnologia brasileira criada pela EMBRAPA, nós trouxemos os pesquisadores que fazem contagem de servo do pantanal e jacaré, inclusive, eles são convidados constantemente para fazer contagem de animais lá na Austrália e no mundo todo, na Inglaterra e o resultado desse trabalho, foi exatamente esse. No máximo dependendo da situação, da época do ano e tudo, esse rebanho chega a três mil e oitocentos, cinco mil e trezentos e baixa também.

**O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente)** – Certo. Depois, eu vou ouvir todas as partes porque eu estou fazendo anotações, até porque depois eu quero fazer algumas perguntas primordiais, já de antemão também solicitar que encaminhe para esta Assembleia Legislativa toda a documentação inerente para ser juntado no processo legislativo, pode ser a parte para a gente ter conhecimento sobre isso que o senhor está colocando, cálculo que está sendo tomado, depois bases de valores, que eu vou entrar nesse mérito posterior. Passar a palavra para o senhor Júlio Olivar, Superintendente Estadual de Turismo.

**O SR. JÚLIO OLIVAR** – Bom dia a todos. Senhor Deputado Jesuíno, proponente desta Audiência Pública; o senhor Fabiano, representante do IDARON; seu Ricardo Gomes, Vice-Presidente da Comissão de Manejo de Búfalos da EMBRAPA; Doutor Anderson Felipe Bauer, representante da Ordem dos Advogados do Brasil em Rondônia. Antes de mais nada, eu gostaria pedindo ao senhor Deputado que me permitisse que o senhor Sales, que é o Secretário Adjunto da Secretaria Desenvolvimento

Ambiental pudesse compor a Mesa, porque efetivamente é quem está conduzindo esse processo juntamente com Júlio César, representante da SEAGRI, eu acredito, inclusive que a pauta seja bem mais inerente a questão de meio ambiente e agricultura do que a mim do turismo. Eu me coloquei aqui, porque fui convidado para tal, mas eu acho que há um atropelo de pautas aí, peço desculpas pelo incidente, mas eu acho que os senhores estão mais creditados se o Deputado assim me permitir, que eles pudessem compor a Mesa, para poder falar por suas respectivas pautas.

**O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente)** – Inclusive eu estava vendo aqui os nomes que realmente são importantes, já estava verificando isso então, sim, tem que compor a Mesa.

**O SR. JÚLIO OLIVAR** - Da nossa parte do Turismo senhor Deputado, existe um estudo e eu aqui reitero e ratifico o que o senhor Ricardo falou com tanta propriedade técnica e conhecimento científico, mas eu ainda assim eu tenho que falar em nome da pasta, e não em meu nome, admiro e respeito tudo que foi falado, mas devo dizer que existe em paralelo um estudo feito pelo Safári Clube Internacional, quanto da viabilidade da caça naquele setor. Por não ter propriedade científica da matéria, esse estudo foi encomendado pelo governo e não pela minha pasta, eu vou fazer uma cópia disso e entregar ao senhor para que efetivamente conste no processo legislativo para dar sequência. Aqui faz esse estudo encomendado pelo governo, inclusive faz alguns apontamentos a cerca de uma tentativa anterior em 2002 de incluir o Safári naquela região, o Dr. Ricardo sabe disso, e na ocasião, inclusive na Fazenda Pau D'Óleo, ela foi toda municiada com um verdadeiro arsenal e toda logística necessária para promover a caça naquela reserva biológica, no entanto tudo acabou saqueado, perdido, o Estado inclusive acabou tendo um prejuízo em relação a essa questão. Então já existiu uma tentativa anterior e mais ainda se prossegue a discussão nessa vertente a fora dessa comissão que foi instituída no âmbito da SEAGRI de que é viável o safári naquela região, não é uma defesa que pessoalmente eu faço, aliás, esse documento me chegou às mãos nessa semana, e agora que eu estou tomando ciência e estudando ele com mais propriedade, inclusive a cerca da questão estatística e tudo que inclui a viabilidade econômica desse tipo de empreendimento na área. Eu termino a minha fala por aqui, posto que, efetivamente quem está mais credenciado para falar é o pessoal ligado ao Meio Ambiente e a Agricultura. Ainda assim me coloco a disposição, e vamos anotar tudo e participar desta Audiência Pública de um modo assertivo e eu espero como disse o Dr. Ricardo, ela possa ser conclusiva no sentido de ter algum encaminhamento palpável, algo que possa fazer com que se sane esse problema grave no município de São Miguel, na Fazenda Pau D'Óleo. Muito obrigado a todos, bom dia.

**O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente)** – A questão senhor Júlio, então o Estado mandou fazer um levantamento, um estudo para que houvesse a questão do safári lá, então? Então existe esse interesse também por parte do Estado que ocorresse esse tipo de ação no caso por parte também do...

**O SR. JÚLIO OLIVAR** – É uma ação, também Deputado, se o senhor me permite, é uma ação dispendiosíssima porque é um tipo de turismo que envolve muitos recursos financeiros: helicópteros, armamento, treinamento técnico para poder fazer o trabalho de guia turística na área. Então é assim, é uma iniciativa que por hora eu vejo como descartada, mas ainda assim ela deve ser mencionada porque há em curso um estudo nesse ramo, mas assim, até para achar interessados como cessionário daquela área seria algo difícil, porque o retorno seria a longuíssimo prazo em conformidade com o que se aponta pelos estudos. Deveria haver um investimento com o helicóptero, com todo o arsenal necessário, o treinamento de pessoal, contratação, concurso de pessoal adequado, envolvimento eu digo, não concurso, mas enfim é um trabalho a longo prazo.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Eu vou agora passar a palavra... Muito interessante isso aí, mas depois eu volto para os debates aí isso vai ser mais... Para o senhor Anderson Felipe Bauer, representante da OAB.

**O SR. ANDERSON FELIPE BAUER** – Bom dia a todos. Saúdo a todos os componentes da Mesa em nome do Excelentíssimo Senhor Deputado Jesuíno. Inicialmente, gostaria de esclarecer que a OAB está à disposição desta Casa, a disposição dessa Comissão para que possamos fazer uma devida análise técnica, jurídica, de todos os quesitos, em especial os quesitos dos artigos levantados por V.Ex<sup>a</sup>, 48, 49, 50, 51 que se refere a fiscalização e aplicação dos recursos financeiros para que estejam todos dentro dos princípios administrativos. Então, desde já nos colocamos à disposição e para eventuais outros pontos a serem levantados. Nós já temos na Comissão de Meio Ambiente um trabalho de parceria junto a SEDAM nos recursos hídricos e no Conselho Estadual, no CONSEPA, então eventuais maiores esclarecimentos a OAB, junto com a SEDAM também pode continuar dentro dessa análise ambiental. Muito obrigado.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Obrigado senhor Anderson. Vou passar a palavra para o Júlio César Rocha.

**O SR. JÚLIO CÉSAR ROCHA** – Bom dia a todos. Deputado Jesuíno, em seu nome gostaria de agradecer a oportunidade que esta Casa está nos propiciando e cumprimentar os demais componentes da Mesa. Em nome da Secretaria de Estado da Agricultura e do Secretário Evandro Padovani, entendemos a magnitude da matéria que está sendo proposta aqui e gostaríamos de elencar alguns pontos, apesar de ter alguns colegas que compõem a Mesa que irão fazer uso da palavra, até o presente momento eu já anotei alguma situação que eu acho de extrema relevância. Gostaria de salientar a questão, fazer coro com o meu colega Fabiano Alexandre, que se posicionou quanto às garantias, senhor Deputado, que o programa requer, uma preocupação que a Secretaria de Estado de Agricultura já levou até ao conhecimento do Ministério da Agricultura em Brasília, é a questão principal do risco sanitário. O Dr. Ricardo elencou essa situação, o Dr. Fabiano Alexandre também pontuou e o próprio Presidente da Comissão aqui o proponente Exm<sup>o</sup> Sr. Deputado Jesuíno já alertou também. Vale ressaltar, senhores, que Rondônia tem um *status* de reconhecimento internacional para livre de febre aftosa com

vacinação, isso nos propicia a participação num mercado que é de extrema relevância, deputado, o mercado da carne para a economia do Estado, essa ação, a nossa preocupação é todo aparato que isso vai envolver, Júlio muito obrigado pela lembrança de nos trazer à Mesa, a gente entende de repente a quebra do protocolo, mas é de extrema relevância, Superintendente, é a questão do aparato de fato não só apenas do que o senhor colocou, mas o que nos preocupa. O Deputado elencou alguns itens da lei, eu conversando com o Fabiano Alexandre me preocupou o item 28 da lei, onde diz que: “fica sob a responsabilidade do IDARON a manutenção e a vigilância periódica” Deputado, isso tem um custo de alimentação, como o Dr. Ricardo falou, esses animais estarão quarentenados, fechados num local para observação, eles terão que ser observados, alimentados e mantidos, e isso tem um custo. A nossa preocupação, Deputado, é que de fato isso aconteça, mas garantindo a isenção sanitária que Rondônia tem hoje, participando de uma economia mundial, participando do mercado da carne, do agronegócio que é um dos principais pontos de alicerçamento da nossa economia. Já não é desconhecimento do Ministério da Agricultura, porém, deputado, a nossa preocupação é que de fato nós iniciemos uma ação, como o Fabiano mesmo disse e elogiou com os demais elogiaram a coragem do governo em fazer o enfrentamento do tema e que essa ação seja continuada e concluída, Dr. Ricardo, porque se nós nos alvorçarmos e iniciarmos uma ação e ela não concluir isso vai despertar os olhos internacionais podendo custar o nosso reconhecimento. Então temos a segurança e o conhecimento de que é necessário tomar uma providência e que isso seja em ato contínuo, de início, meio e fim, sem tampouco colocar sob-risco a economia do Estado. Obrigado.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – O senhor falou o artigo 28, foi isso? O artigo 28 diz o seguinte: “a balsa boiadeira deve ser criteriosamente desinfetada com produtos recomendados”. Deve ser o 27.

**O SR. JÚLIO OLIVAR** – Eu gostaria em primeiro lugar pedir desculpa pelo equívoco do artigo, mas enquanto eu atualizo aqui, se o senhor quiser passar a fala para o nosso Secretário Sales, assim que eu encontrar peço de volta a palavra.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Vou então passar a palavra para o Secretário Sales.

**O SR. FRANCISCO SALES** – Aos presentes meu bom dia. Deputado Jesuíno, proponente desta Audiência; os meus cumprimentos ao Anderson, representando a OAB; o IDARON, o Fabiano; o Cássio o Júlio da SEAGRI, setor Júlio Olivar, que na oportunidade representa Excelentíssimo senhor Governador do Estado de Rondônia; o ICMBio, o Paulo; Subcoordenador dessa Comissão, o Doutor Ricardo e que representa a EMBRAPA; a Clotilde; o Brito, que é representante da Associação Protetora dos Animais, Amigos de Patas.

Deputado Jesuíno, a gente queria assim parabenizar o senhor pela preocupação na busca de informações e que possa deixar toda a sociedade do estado de Rondônia consciente por esse Projeto que tem assim uma magnitude muito grande.

Ela tem duas preocupações: o viés principal e o viés ambiental, por quê? Aqueles animais, o búfalo é um animal doméstico, chegou ali na década de 60, como já é narrado dentro do projeto, e dentro desse processo houve um acompanhamento desses animais, e com o passar dos anos eles se tornaram os animais sem o acompanhamento do homem e isso os tornou assim um pouco selvagem, mas são tratados como animais domésticos, na sua espécie eles são uns animais domésticos. Chegaram aqui com três objetivos: um era a produção de carne, outra produção de leite e uma terceira é a produção de trabalho. Eram essas as finalidades desses animais na Resex. Com o decorrer dos anos, Deputado, o crescimento deste e, hoje, eu não sei se o senhor tem conhecimento, tem uma ação que o ICMbio hoje ele é réu desse processo impetrado pelo Ministério Público Federal. Mas o estado de Rondônia ele tem a sua grande preocupação. Esses animais entraram na Fazenda Pau D'Óleo e assim houve um crescimento do seu rebanho e começaram a entrar em outras áreas que estão dentro da Resex Pedras Negras, e hoje dentro também de uma Resex, de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral que é a ICMbio Guaporé, ou é a Resex Guaporé. Então, portanto, qual é a preocupação do Estado hoje? A preocupação do Estado é fazer a retirada desses animais dentro de um processo que não venha criar nenhum problema para o setor ambiental, que não venha criar nenhum problema para o setor sanitário e de forma que a gente venha atender às necessidades. Ele é um projeto completo, acompanhado por todas as Secretarias, tanto do governo do Estado como do governo Federal, estão envolvidas nesse processo na busca de trazer todas as informações básicas para que esse processo possa crescer na execução do manejo dos búfalos e que possa trazer também um resultado econômico. Esse projeto, a gente tem como que ele seja um Projeto sustentável. Sustentável por quê? Porque acreditamos que a produção, a produção com o abate desses animais eles vão render o quê? A questão, recursos financeiros. Ele prevê até 25% para ser atendido o empresário e 75% ele fica para os cofres do Estado, mas o Estado irá financiar as execuções das ações dentro das unidades. O Projeto é dividido em quatro fases, primeira fase: é o arrebanhamento desses animais para os currais, uns currais maiores e menores, atraídos pelo sal em seguida passará por um processo de quarentena e depois todos aqueles animais que tiverem essas condições eles seguirão para o abate, e aqueles que não... Com certeza sem nenhum problema, com certeza com acompanhamento dos órgãos que faz o controle sanitário que é o IDARON e o Ministério da Agricultura para de fato a gente não ter nenhum problema voltado às questões da sanidade animal. E com referência a parte ambiental será acompanhado pela SEDAM, IBAMA, ICMBio de forma tal que a gente possa cumprir todas as etapas do que se diz a legislação.

Agora o processo. Nós entramos na elaboração do Projeto, inclusive, aprovado por instituições diversas envolvidas no setor e agora nós já estamos na segunda fase que a segunda fase, é a fase de Audiência Pública buscando de fato apoio do Exmº. Deputado e os seus pares para que a gente possa aprovar esse Projeto, para que a gente possa aprovar esse Projeto que é a segunda fase o Projeto, a autorização para o manejo e o abate desses animais. Aí em seguida entra o processo licitatório e depois a fase de abate. Com certeza o Projeto no

decorrer dos anos, no decorrer dos anos da sua execução, sem dúvida nenhuma, deverá ou deverão sofrer algumas mudanças, poderá sofrer, mas estamos preparados, todo o grupo está preparado para que a gente possa ir fazendo o processo de adequação no decorrer dos anos.

Agora, voltando uma parte do Júlio que representa na oportunidade a SETUR. Oh! Júlio, na verdade o Projeto ele foi definido. O abate ele será através de frigorífico, agora, se no final se for necessário a execução de outras ações necessárias para a gente tirar os últimos animais ou o último animal é que a gente vai se apropriar de outros mecanismos para fazer o processo de abate.

Esse Projeto ele vem desde 2011, desde o primeiro mandato do Governador Confúcio Moura que ele vem trabalhando e nunca se chegava a um consenso, e na maioria, na última reunião que tivemos no fechamento, as discussões elas foram fechadas nesse sentido do abate natural que acontece com todos os bovinos no Brasil, no País, em Rondônia, e no mundo, que será o abate convencional do rebanho bovino no Estado.

Então, portanto é o sistema mais tranquilo, claro e de fato que vem atender a exigência ambiental e atender a exigência sanitária, é dessa forma. E assim, eu me coloco a disposição para que eu possa responder as perguntas que vierem acontecer, a gente fica a disposição para trazer esclarecimentos. Aqui têm diversas autoridades, inclusive que tem conhecimento, que o nosso piloto é o Cássio, que é o piloto da aeronave do IDARON, conhece muito bem a região, o Cássio, o nosso, inclusive, professor, instrutor do Aeroclube e que tem um conhecimento enorme desse trabalho. O Dr. Ricardo vem fazendo esse trabalho desde, ele foi claro, os seus primeiros trabalhos de científico da EMBRAPA e outros companheiros, outros colegas, ele vem trabalhando nesse assunto na questão dos bovinos, na Resex Guaporé, Pedras Negras, Fazenda Pau D'Óleo. Esse trabalho vem de muitos anos, o seu acompanhamento ele foi claro. Agora, Dr. Ricardo o senhor levantou em 2003 o rebanho era de 3.800 animais, com uma variação padrão de 1.500 para mais, 1.500 para menos, isso em 2003,

**O SR. RICARDO GOMES** – Em 2005.

**O SR. FRANCISCO SALES** – Em 2005, nós estamos hoje e há dez anos diferente, com certeza, deverá ter tido uma alteração para mais desses animais, mas nós temos que levar como base até porque são trabalhos técnicos científicos já publicados e a gente não tem como mudar essa história.

**O SR. RICARDO GOMES** – Sales, só uma observação. Em 2003, 2005, em 2003 o Projeto foi aprovado em 2005 foi feita a contabilidade e essa conta, o rebanho ficou em torno de 3.800 e poucas cabeças. Em 2011 nós contamos, tinha o mesmo rebanho, o problema todo não está, é que a mortalidade é muito alta e quando chega numa época dessa os campos do Guaporé eles normalmente queimam e aí não tem alimento, então a mortalidade de bezerro e de animais adultos é muito elevada lá, esse é que é o problema.

**O SR. FRANCISCO SALES** – Muito obrigado.



**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – A Mesa já se pronunciou.

Eu gostaria de perguntar se tem alguém ainda que queira fazer uso da palavra?

Pode vir.

**A SRA. CLOTILDE BRITO** – Quero cumprimentar a Mesa em nome do Deputado Jesuíno e a todas as autoridades aqui presentes e simpatizantes também por essa causa. Nós pelo pouco que eu ouvi e entendi é uma necessidade inevitável, é um mal necessário. Eu como protetora dos animais, considero um mal necessário, porque infelizmente, as nossas autoridades chegaram, deixou chegar ao ponto que chegou, aumentou tanto essa população que agora é necessário essa execução, mas aí eu pergunto para o nosso coordenador, ele até tentou me explicar alguma coisa, mas foi muito rápido. Vai ser uma matança em massa? Vai ser comercializada essa carne? Porque nunca receberam uma vacina. Eu até vi, não me lembro quem disse, eu acho que foi o rapaz da EMBRAPA. Ah! Não. Foi o coordenador Sales, que é uma pessoa que eu respeito muito e esse Projeto vindo dele eu tenho até outra visão seu Sales.

Haverá uma quarentena para esses animais? Há essa possibilidade de quarentena? Esses animais não podem ser comercializados sem vacina. Como o Júlio disse aí, a gente pode colocar em queda a confiança internacional, comercializar animais sem vacina. Como eu sei que o autor desse projeto é o senhor Sales, eu acredito que isso não será feito assim, e que será, eu sou contra a matança em massa, porque são animais que realmente são de consumo, é uma pena que é em massa. Mas se haverá essa quarentena, esse cuidado todo da parte das nossas autoridades, ótimo, ótimo. Porque a gente não vai colocar em risco o nome do nosso Estado, que o nosso país já não está muito bem visto e o nosso Estado não pode ser mau exemplo. Então, eu acredito coordenador Sales, que será feito de uma maneira cuidadosa e também gostaria de dar uma sugestão, que eu não sei se é possível, mas pode ser estudado, em relação aos filhotes. Eu fiquei triste quando ele disse que os animais morrem queimados. Não é um lugar de preservação? Como é que tem queimadas lá? Não dá para resgatar esses filhotes, doar para as famílias, sem deixar procriar exageradamente, como aconteceu abandonado lá nessa área de preservação? Não dá para doar pelo menos os filhotes? Que eu acredito que dá para domesticar esses animais. Esses mais velhos eu acredito que não tem jeito a execução, eu acredito. Sou contra totalmente, quero deixar isso registrado. Apesar de que passando por uma quarentena, ele é um animal como outro gado qualquer de abate, acredito que isso não será um drama, mas é preciso ver e analisar, esses filhotes, vai abater? Vai abater os filhotes? Não vai. Para quê abater? Dá para fazer essa comercialização. Eu penso em tantas coisas para defender os animais. Já que chegou ao ponto que chegou a quantidade desses animais. Não dava para ser comercializado em poucas quantidades para agricultores? Existe uma maneira e o governo deve ter esse mecanismo de resgatar esses animais com vida e anestesiados com bala, que é fornecido pelo Exército. Não sei, uma parceria. Não dá para serem comercializados esses animais? Fica essa pergunta para as nossas autoridades para estudar essa situação. Tem que ser resolvido? Tem que ser resolvido, sem dúvida. Não dá para continuar assim. É uma

pena que não teve antes um acompanhamento, não deixar esse aumento tão grande desses animais. Ficou difícil agora, ficou difícil. É um trabalho, um trabalho. Então, fica registrado esse meu questionamento, se for possível que as nossas autoridades estudem. O senhor Sales é um homem competente para isso, tanto é, que ele está nessa Coordenação, eu acredito no bom senso dele. Belo é o projeto que antes ninguém fez. Ninguém fez! Por isso está essa quantidade solta, causando problemas, morrendo queimados. Então, realmente está precisando a visão e o cuidado das autoridades rondonienses para essa área. Eu gostaria de agradecer e pedir um estudo cuidadoso para essa situação, que não é assim, vai abater e vender e faturar o dinheiro para isso ou para aquilo. Vamos pensar um pouquinho em Rondônia, nos animais também. Muito obrigada, Deputado.

**O SR. JESUÍNO BOABAID** – Alguém mais quer fazer uso da palavra? ...

**O SR. RICARDO GOMES** – Eu queria fazer uma colocação. Porque houve um mal entendido, eu coloquei aqui, que quando chega à época de seca os campos queimam, tem muita fazenda e aquele período todo que os animais ficam lá, eles não morrem queimados, eu não falei isso. Eu queria só explicar para a senhora que eles morrem é de fome, porque ficam numa área com uma quantidade imensa, porque lá não é uma fazenda com divisões de pastagens e pastagens cultivadas e, os búfalos estão acostumados é com isso. Outra coisa, animal doméstico tipo de búfalo bovino, eles são abatidos aproximadamente com três anos, quatro anos, a gente corre atrás de uma tecnologia de abate com animais de dois anos como acontece nos Estados Unidos e na Europa, com dezessete arrobas. Nós temos animais no Pau D'Óleo com trinta anos ou mais. Então nós fizemos um levantamento e vimos a idade de alguns animais lá pela dentição deles, tinha animal com mais de trinta anos no estudo que nós fizemos lá, então, já está passado. Com relação aos animais jovens, a gente, à medida que a gente vai juntando, a Fazenda Pau D'Óleo, tem estrutura, inclusive para fazer o sequestro dele no estado selvagem, colocar lá na fazenda e depois quando ele estiver condições de ser abatido. O que nós não podemos é achar que a defesa dos animais não é importante. A presença da senhora e todas as informações que a senhora está passando para nós, esse cuidado são vitais até para a própria sociedade. Eu vivo à custa dos animais, sou defensor dos animais, e toda vez que a gente consegue domesticar um animal, a gente morre de felicidade porque tem certeza que ele não vai entrar em extinção. Agora, enquanto ele está vivendo exclusivamente da natureza, infelizmente pelo próprio crescimento populacional e tudo mais, pelo desmatamento e tudo, eles correm risco sério, e os búfalos estão prejudicando vários animais, várias espécies de peixe, caranguejo, aves, lá no Vale do Guaporé, e a gente quando retira esses búfalos de lá, a gente está preservando as espécies do local.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Deixe eu pedir desculpas. Eu estou intermediando. O Estado..., para os moradores que estão na iminência de serem desapropriados no bairro Universitário, eles fecharam a BR, é por isso que eu



atendi ao telefone, estou intermediando a abertura da BR por conta que está em fase de negociação ainda. Mas, eu pediria agora que a gente inicie a questão das discussões, para a gente entrar logo no foco. O senhor Sales, pediu novamente a fala e aí, eu já queria entrar em alguns pontos que é interessante. Projeto de Lei, isso aí, eu quero também deixar claro que essa matéria, ela é de suma e grande importância até por isso que a gente deve ouvir. Eu vinha focando em algum ponto, mas você analisando aqui com esse debate, com essas discussões, você vai verificando, se aprofundando que deve ser discutido de forma ampla. Eu vou levar tudo o que foi falado aqui para os demais pares, quanto à importância, quanto à necessidade. Mas existe uma omissão grave aqui nesse Projeto. Qual omissão? Em nenhum momento foi apontado algum anexo, quais são os valores que vocês utilizaram para aferir, vou dar um exemplo, o adjunto aqui do, o Fabiano, ele estava fazendo um cálculo aqui em aproximadamente de cinco mil animais, aí colocou quinze arrobas, setenta e cinco mil reais, exemplo, mil arrobas, sete milhões e quinhentos, mas ele está fazendo o cálculo com base no cálculo que ele propriamente está falando. Mas, eu peço a todos, aos responsáveis por parte do Estado, que junte dentro dessa matéria, vou dar um exemplo eu falei no início da fala. Roraima, outros Estados, para fazer uma avaliação que o gado de corte e você tem uma arroba, avaliação de São Paulo. Então, tem que ter os valores apontados. Outro ponto, contrapartida da empresa que vai participar do processo licitatório: o que eles vão propor para o Estado para elaborar ou fazer a questão do cumprimento da matança; como vai ser os procedimentos adotados dentro da norma aqui apontada. Então é isso, porque ficou realmente dito dos conceitos aplicados, dos métodos, procedimentos da parte para o abate, fiscalização, embarque e desembarque, da questão do controle de recursos, aí paramos no controle do recurso, 25%, então, vamos agora partir para a situação, o recurso. Controle de recurso - Os recursos destinados ao plano de manejo serão destinados pelo Governo do Estado de Rondônia, a qual se responsabilizará pela execução direta ou indireta pelo plano de manejo, Artigo 48.

Artigo 49 - As receitas obtidas com a comercialização de carne serão utilizadas para custeio e manejo e demais despesas atinentes ao desenvolvimento do projeto de execução de medidas para erradicação dos búfalos.

Artigo 50 - Os valores obtidos com a comercialização dos búfalos serão distribuídos na ordem de até 75% para o Governo do Estado de Rondônia e 25% para as empresas executoras do serviço de captura e transporte dos animais, conforme detalhamento do controle firmado ainda na lei federal nº 8.666, a 8.666 é a lei de licitação.

Então, Parágrafo único - O *superávit* obtido com a comercialização dos búfalos será destinado à criação da Unidade de Conservação da Fazenda Pau D'Óleo. Então seja os valores que sobrarem, o *superávit* no caso da arrecadação, será para comercialização.

A estrutura da execução de manejo é de responsabilidade da empresa vencedora do certame, permitindo-se o auxílio do governo mediante o desenvolvimento do projeto pré-aprovado. Os investimentos de infraestruturas para captura e transporte dos animais, realizada pela empresa vencedora do certame, poderão ser objeto de ressarcimento mediante compensação

no repasse de valores, comercialização, referido o artigo 50 dessa lei, referente à receita destinada conforme o Estado de Rondônia. Artigo 51 do § 2º - Na hipótese de valores obtidos com comercialização dos búfalos pertencentes à cota do Governo do estado de Rondônia não serem suficiente para cobrir o investimento e custeio, fica o governo autorizado a completar o aditamento das despesas.

É onde eu começo, e é, viu Sales e os demais presentes aqui, normas que tramitam nesta Casa, minha preocupação, porque o controle, a fiscalização, o controle da lei, a questão financeira, esta Casa deve estar ciente de tudo que está se discutindo, até o presente momento alguém me apontar como foi feito e como será feito, em que anexo, ou qual fórmula vocês chegaram para uma variação de valores por cada búfalo abatido. Aqui não tem.

**O SR. FRANCISCO SALES** – Deputado isso consta no projeto básico, talvez possa não constar na lei, mas no projeto básico constam os valores, custos previstos e a questão também da sua receita.

**O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente)** – Então é por isso, para vocês entenderem, não é que eu cumpro. Eu sou um Deputado que fui eleito no último pleito de 2014, para quem pode acompanhar esta Casa, existe projetos que tramitam aqui que são remanejamentos e eu cumpro o meu papel. Todos os projetos que chegam nesta Casa, chegam com uma folhinha reduz e aumenta, aí manda para a gente analisar, e o Estado para fazer remanejamento. Eu já pedi, todo o processo que chegar do Estado vai ter que vir com explicações, tem que explicar, para aonde vai, como vai, como deve ser aplicado, que é o nosso papel de fiscalização. Então é importante que anexe, cria-se um anexo nessa lei para eu ter ciência, não só eu, os demais Parlamentares e a própria sociedade, porque depois eu vou ter que requisitar isso, me explica, informa para mim, é anteprojeto? O quê é isso? É uma portaria que vai ser não é? Que não vai ser lei? É o plano? Então eu peço já de encaminhamento, que vocês já encaminhem para mim, posso fazer essa proposta, como a matéria está aqui eu posso fazer essa alteração, vocês encaminham e já anexo criando um dispositivo na lei onde irá acrescentar essa tabela com valores, que é importante, porque eu preciso ter ciência que depois da autorização, se caso for aprovado, que aí não depende só de mim, depende dos meus pares, do colegiado, eu quero pedir o relatório por exemplo, fez um cálculo a mais ou a menos, fez um cálculo de sete milhões e quinhentos, os animais como foi falado aqui em primeiro momento serão atraídos pelo sal, ficarão em quarentena, posteriormente você vai para a matança. Uma munição hoje você gasta em média cinco reais, sete reais, dependendo da munição, eu estou fazendo uma média, então se for cinco mil, a gente faz uma base, vai gastar um milhão, um milhão e quinhentos aproximadamente, mas ainda vai ter sobra, o Estado aqui me aponta que poderá, poderá ainda acrescentar se fizer necessário valores. Assim como existem empresas que ganham licitações, começam aí depois eles pedem um valor a mais, um aditamento, por exemplo, um recurso a mais para completar a obra, um termo aditivo. Então eu sou muito preocupado com esse tipo de questão, está lidando com animais, são búfalos que o Estado deixou chegar

nesse patamar, mas é assim, eu quero que vocês realmente comecem. Quem for da pasta me explique essas questões que eu coloquei aqui e também que me encaminhe para acrescentar. Eu não sei quem pode também alterar porque aconteceu depois de quantos anos, tem 30 anos? Tinha um animal que tem 30 anos, é isso animais com 30 anos?

**O SR. RICARDO GOMES** – Os búfalos foram levados para Vale do Guaporé em 1953, nós não tínhamos estrada no Território do Guaporé, foi realizado um projeto para que esses animais fossem criados na Fazenda Pau D'Óleo, e fossem distribuídos para as comunidades ribeirinhas que entravam no Território do Guaporé, através da calha do Madeira e da calha do Guaporé entrando por Cáceres no Mato Grosso, esses animais ficaram na Fazenda Pau D'Óleo e tinham até o governo Jorge Teixeira, no início de 80, eles estavam totalmente sob controle. Depois, com o advento da Nova República, entrou o governo do Bengala e o Bengala botou um parente dele para tomar conta, um velho safado lá que chegou e esculhambou com tudo, espalhou os animais; em seguida veio o governo do Piana, que o Nilson que era o Secretário de Agricultura leiloou os animais, nesse leilão mandaram um cara lá para pegar os búfalos com arma e fogos e trator, fizeram a maior chacina lá. Eu fui um dos primeiros a ir ao Ministério Público, justamente para denunciar aquela matança, eles colocavam os animais dentro de um caminhão com um muncle e cortavam com motosserra os chifres dos animais, quando chegavam ao frigorífico em Porto Velho porque não tinha como o animal sair de dentro do caminhão com aquele chifre. Isso, depois desse trabalho que foi feito no governo do Piana, os animais estavam espalhados por toda região lá e aí começaram a se reproduzir e aumentando o rebanho e dificultando cada vez mais o controle. Depois disso, nós tentamos várias vezes no governo anterior, tentamos fazer um plano de manejo para a retirada desses animais e sempre a gente esbarrava em vários problemas de custo financeiro porque ia custar muito para o governo, porque não sei o quê e tal, cada um vinha com uma ideia diferente, e queria primeiro vacinar os animais. Olha você pegar um animal que pesa mil quilos e vacinar, está entendendo? Depois quando for possível colocar uma equipe com representantes de todos os setores justificando exatamente essa quarentena, essa dificuldade toda. Porque eu lhe garanto que lá tem animais com mais de 35 anos, porque dos bovídeos o búfalo é o que mais vive, a idade média de um bovino, por exemplo, é 5 anos, e uma vaca criada com todo cuidado e tal ela não vive mais do que 12 anos, um cavalo não vive mais do que 20 anos, agora o búfalo nós tivemos aqui na EMBRAPA de Rondônia, búfalo produzindo normalmente com 30 anos, e lá, eu tenho certeza que tem animais com mais de 35 anos. Mas isso não interessa, não vem ao caso, é um simples detalhe. O importante é que a gente entenda que antes dessa lei tem um projeto, um plano de manejo com 80 páginas e explicando toda origem dos animais, como é que foram para lá, o que é que aconteceu, tudo o que aconteceu, todos os trabalhos que foram feitos de forma tal que com toda responsabilidade essa Comissão vem tentando retirar, resolver esse problema sem custo para o governo, e se possível com lucro. Agora, eu não posso dizer que lá todos os animais têm 15 arrobas, isso aí é um cálculo médio que se faz. Porque eu tenho certeza que no primeiro ano nós vamos abater animais

lá com 25 arrobas e vários, principalmente os machos. Agora à medida que for esgotando esses animais mais zerados, claro que vai baixando as arrobas e qualquer pessoa que mexe com isso. Outra coisa, o preço da arroba que nós colocamos é o preço do dia do frigorífico. Quanto é que o frigorífico paga em uma arroba hoje? R\$140,00. Eu digo e Búfalo? R\$110,00, R\$120,00. Então colocando R\$120,00, o preço de vaca. Então isso tudo não é problema para a gente, a gente trabalha com isso. Está entendendo? É preciso que as pessoas também que entendam que eu não posso dizer que vai ter R\$7.500.000,00 de renda. E outra coisa, isso aqui é um projeto para cinco anos, e pode ser que com cinco anos ainda tenha 800, 300 lá espalhados sem a maior dificuldade que a gente espera que isso aconteça, e aí a gente fará um novo projeto para concluir essa retirada total dos animais.

**O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente)** – Certo. O senhor falou que realmente ninguém tem ideia de quantas arrobas, quantos animais deve ter em variação. Mas inclusive, eu estava discutindo aqui até com o Secretário. É porque tem que chegar a uma fórmula, tem que chegar a um parâmetro, exemplo: o Estado do Amapá aí vem fazendo essa descrição para, essa é a minha preocupação, por que é a minha preocupação? Para amanhã ou depois vir um Projeto de Lei aqui pedindo suplementação para ainda efetivar o final, no caso a efetivação do Projeto, no caso, a matança dos animais. Isso que é a minha preocupação.

Eu vou passar a palavra aqui para a gente, era esse consenso que eu queria e depois chegar à questão da destinação também.

**O SR. FABIANO ALEXANDRE** – Eu acho que é assim, no primeiro momento a gente tem que reconhecer a importância da Assembleia para fiscalizar esse trabalho. Eu acho que o principal fator neste momento é deixar transparente para a sociedade o propósito desse projeto. Mas antes disso a gente tem que falar de princípios. Eu acho que o Júlio da Secretaria da Agricultura, o Sales, da questão do Meio Ambiente eles foram muito felizes quando disseram que nós temos um problema ambiental sério ali, que está muito bem esclarecido no projeto que vai ser encaminhado conforme a sua solicitação pelo senhor. Existe um problema ambiental sério, que por si só, já indica uma necessidade do governo do Estado e da Assembleia Legislativa agirem de forma pioneira. Por que pioneira? Porque nós não temos muitas referências para aquela realidade. Nós estamos tratando de um ambiente único. É claro que as referências do Amapá e de outras regiões do Estado elas podem ajudar. Mas nós estamos como o próprio Júlio da Secretaria de Agricultura falou, num Estado que tem na agropecuária o seu principal motor econômico. Então, qualquer ação é uma determinação do Governo do Estado, qualquer ação ali desempenhada tem que garantir para a sociedade que os reflexos dela não tragam quaisquer riscos sanitários tanto do posto de vista efetivo como de potencial. E Secretário, nós agimos com certa responsabilidade trouxemos para a Mesa o Ministério da Agricultura, o Ministério Público, Organismos Ambientais de várias ordens. Aqui como contribuição dela, eu quero até chamar a atenção para o artigo 15 da lei que prevê todas as questões de não ofender, não agredir e respeitar a

questão da integridade dos animais. Então houve uma discussão muita forte nesse sentido. Eu acho que o papel hoje da Assembleia Legislativa primeiramente é defender a sociedade. Defender a sociedade não só na questão da fiscalização dos recursos, mas de garantir saúde aos animais que estão sendo domesticados e criados de forma domesticada. Porque eu quero deixar bem claro, a preocupação que a senhora colocou em relação à vacina, em relação à questão sanitária, ela foi toda estudada, inclusive em nível de Ministério de Agricultura em Brasília. Nós estamos como o próprio Secretário, há quanto tempo a gente vem trabalhando ali? Hoje nós podemos dizer que as garantias sanitárias que o estado de Rondônia oferece para esse projeto são diferentes daquelas do ano passado e daquelas de 10 anos. Hoje, nós temos uma política massiva de vacinação no rebanho doméstico, nós temos doze milhões e setecentos e cinquenta mil cabeças de bovinos, domesticados sendo vacinados a cada seis meses, e que garantem a Rondônia hoje, mais de 90% de proteção unitária, algo, que foi elogiado pela própria Ministra da Agricultura, Deputado. Então, são essas garantias que nos permitem hoje sentar numa mesa e dizer: “o Projeto tem viabilidade sanitária por conta de um trabalho feito pela sociedade”. Nós não estamos tratando de uma situação irresponsável de hoje tirar animais que não tem, não tem acompanhamento sanitário até porque não é possível, são animais que estão num ambiente que não é possível prender, avaliar, coletar material, vacinar e acompanhar todo o processo, até porque vacinação por si só, ela não dá plena garantia sanitária ao rebanho de Rondônia, existem outras garantias sanitárias.

Então, Secretário, Deputado, e demais presentes, eu acho que nós temos que fundamentar primeiramente essa discussão num problema ambiental existente comprovado no Projeto que vai ser encaminhado para o senhor, isso é fato, quem anda lá vê, são várias outras espécies de animais que estão sendo agredidas.

Existe sim, um potencial risco sanitário, qualquer ação lá como o próprio Júlio falou de forma muito feliz, qualquer ação lá que não tenha continuidade, ela pode gerar um problema para economia do Estado, pode. Não tem hoje nada que possa concorrer negativamente, mas nós podemos tocar num ponto que pode trazer problema realmente para economia da produção.

A quarentena que foi colocada é um período mínimo, é um período mínimo de avaliação dos animais para que eles saiam de lá com todas as garantias sanitárias, para que eles possam ser abatidos num ambiente regulado através de leis federais porque um serviço de inspeção federal ele é regido por um regulamento sanitário que todo esse regulamento, dá garantias para que os animais sejam abatidos tanto do ponto de vista de higiene, quanto sanitário e de respeito à questão do bem estar animal que esse abate ele seja feito dessa forma.

A sua preocupação Deputado ela é crucial, nós estamos falando de dinheiro, e esse dinheiro hoje pertence a quem? Pertence a sociedade. É tanto que uma das preocupações do Sales quando trouxe essa discussão para a Secretaria de Meio Ambiente é dar viabilidade ao processo, viabilidade econômica, nós fizemos alguns cálculos aqui que todos eles podem se modificar a qualquer momento Deputado. Eu acho que a coragem que eu falei no início é: “de encarar um problema, de

encarar um problema dando garantias sanitárias, ambientais, de respeito aos animais, mas acima de tudo fazendo que qualquer ação em decorrência desse Projeto não possa atingir a nossa economia”.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Obrigado. Deixa eu só falar Fabiano, infelizmente, como é um Projeto que trata sobre matança, trata-se de um Projeto de suma importância, até o presente momento vocês, eu falo vocês Estado, neste exato momento representam meu Estado não é... Não encaminhou dados técnicos apontando como vocês alcançaram. Vou dar um exemplo da Reforma Administrativa, isso, não vou nem entrar no mérito quanto a Administração Pública poderia encaminhar em anexo todas as informações inerentes, aos dados, estudos e apontamentos para anexar a matéria na lei, aqui não tem, a lei é seca aqui, vocês estão falando aqui. E outra coisa que eu quero deixar mais clara ainda, isso é fato. Na época das enchentes do Madeira, eu sou Presidente da Frente Parlamentar, foi decretada a questão da calamidade pública e ocorreram diversas questões, porque nesse período o Estado nem precisa licitar, ele usa a verba, e tem diversas denúncias nesta Casa de pessoas que não receberam valores, de pessoas que hoje se encontram ainda prejudicadas, em compra superfaturadas, a sua preocupação neste exato momento aqui é importante, você está falando de saúde, eu também me preocupo não só com recurso, eu me preocupo na questão geral, mas quem, essa lei aqui, todas as leis, ainda mais quando se trata de grande relevância, com grande monta de valores, deve ser analisado de uma forma mais complexa, de uma forma mais minuciosa, por quê? Passou por aqui já é lei, tornou lei publicou, o governo sancionou e aí vão perguntar, “mas rapaz, como é que vocês analisaram o aspecto disso, disso, desses apontamentos aqui”? E aí alguém vem hoje, utiliza essa lei para outra questão, superfaturar ou fazer qualquer manobra, eu não vou falar que isto está acontecendo, posso afirmar que isso ainda não aconteceu, mas a minha preocupação é esta. Eu falo sempre sou um Deputado Estadista, penso no estado de Rondônia. Se hoje eu estou aqui eu penso no povo. Não sou, sou independente, sou independente aqui. Eu voto, se a matéria é de interesse do Estado eu vou votar, se não, no meu conceito eu vejo que não é importante para o Estado eu voto contra. Mas pode acompanhar, o meu perfil é este. Muitos deputados não têm, até por conta do horário, das suas agendas, não tem essa preocupação de estar verificando aí, analisando, até porque são da base do governo, e analisam, e, foram técnicos e não analisaram a lei, mas eu não, independente eu tenho o meu modo de agir, de pensar, eu vou pedir de antemão, agora neste exato momento, todo o estudo inerente, seja juntado neste processo, todos. Ele vai ficar aqui aguardando, eu vou pedir na terça-feira, enquanto não houver todos os estudos, esse processo vai ficar parado, porque não é só o fato do recurso e se foi de 1956, datado de 53 esse problema vem tramitando, pode aguardar mais um pouco. E que, a gente quando for autorizar e deliberar, nós façamos, foi discutido de forma ampla em Audiência Pública, com todas as pessoas que tinham o seu papel primordial para debater essa matéria, então é isso. Vou ouvir atentamente todos vocês, peço esses dados, que sejam juntados, vou propor se for o caso vocês podem encaminhar para mim, do próprio Estado para



eu não alterar na lei, o que for falado, encaminhem para mim essas questões dos recursos, dos apontamentos, encaminhem para mim essas preocupações que foram apontadas por ele também, o Júlio do IDARON, vocês podem também encaminhar, eu vou analisar mais ainda outros aspectos aqui, de forma formal, e garanto para vocês quando tiver tudo juntado, quando tiver sanado esse problema eu chamo se for necessária outra reunião, e já dou meu voto para dar continuidade da matéria, pode ter certeza disso. Mas, a minha preocupação é essa, não é só o fato financeiro. E também, e também, se for o caso vocês analisando, porque o recurso eu verifiquei, vai ser destinado para a fazenda lá, para a manutenção não é isso? Então a gente, depois eu quero também, essa fazenda ela é, foi comprada pelo Estado ou ela é de um....

**O SR. FRANCISCO SALES** – Ela pertence a União.

**O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente)** - Ela pertence à União, não é? E quem é que administra?

**O SR. FRANCISCO SALES** - O Estado.

**O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente)** O Estado administra. E qual é o órgão que está administrando a fazenda? A agência IDARON. Então traga para mim também isso aí de uma forma clara, porque o artigo 51 §2º aqui ele fala, se eu não me engano. § 1º - Os investimentos de estrutura para o ... cabo de transporte de animais realizados pela empresa vencedora do certame poderão ser objeto de ressarcimento mediante compensação dos repasses advindos da comercialização do artigo 50 desta lei, referente a receita destinada ao Governo do Estado de Rondônia. Aí fala também aqui sobre a fazenda, então tem uma parte aqui que fala também sobre a fazenda, uma parte que vai ser destinada também a fazenda. Os valores, comercialização, custeio... Tá aqui desculpa. O *superávit* obtido com a comercialização será destinado à criação da unidade de conservação da Fazenda Pau D'Óleo, que é essa que vocês administram. Então tem que, destinada, aí, quem administra, para ficar uma coisa mais, então vocês colocam bem sobre a jurisdição, sobre a responsabilidade, coloquem isso aqui para mim também, se vocês quiserem, eu posso também fazer essa alteração, então é isso.

**SR. FRANCISCO SALES** – É questão de justiça, eu gostaria de fazer assim um adendo. Esse projeto ele vem de 2011 e quem começou esse trabalho foi o Coronel, ex-comandante do BPA, o Josenildo; o Bruno da EMATER; as Instituições Públicas: EMBRAPA, SEDAM, SEAGRI, Ministério da Agricultura e ICMbio sempre participaram, às vezes mudaram as pessoas. Então ele vem, nós fechamos o projeto, o projeto foi fechado agora e aí, eu só respondendo a Clotilde, o projeto, ele não é autoria do Sales, é de um grupo, foram os companheiros, e ele vem, é das Instituições que vem de 2011 e fechamos agora. E respondendo Clotilde, quando assim, você foi muito feliz na sua preocupação, justamente na questão do abate dos bezerras, isso é uma preocupação que eu acho que também temos que levar em consideração, e nós temos essa preocupação, porque nós vamos ter aquele período, vamos ter currais maiores e menores, justamente para, justamente esse processo de

adaptação ou esse processo para que se possa trabalhar essa situação. Eu falei também que o Projeto no decorrer do tempo, ele possa, que é um Projeto de quatro, cinco, seis anos, ele possa ter algumas transformações, isso possa acontecer. Agora o búfalo, ele também é da mesma família do bovino, ele é um bovino. Então, a questão do abate, ele é natural, o Fabiano, ele já foi bem claro, as preocupações de sanidade, as preocupações do animal em vida, a preocupação, ela será total, então, a senhora não se preocupe. O problema maior é porque hoje há uma desagregação muito grande na questão ambiental, hoje, nós temos problemas de que? Problema na cobertura vegetal, nós temos problemas naquelas grandes lagoas que ali, eles são berçários da área dos peixes e acaba o búfalo modificando essa área. Nós temos problema ali, nós temos problemas também na cobertura vegetal, ela como todo, aí vem também ali às tartarugas, então, ela mexe com todo sistema e fora a degradação da questão do solo, tirando a sua impermeabilidade, porque a compactação são animais muito pesados e começa a passar, criam grandes valas, inclusive está dentro do processo. Eu vou pedir para que também encaminhem um processo para que a senhora possa ler, ter conhecimento, e a gente vai ter a preocupação, Deputado, nós vamos ter a preocupação de fato de trazer todas as informações e deixar para que o senhor possa, porque não é interesse do Estado, deixar nenhuma pendência, nós temos que, por exemplo, de fato municiar para que o senhor e os demais Deputados possam de fato ter a compreensão e o entendimento da viabilidade da questão do Projeto. Agora o que se precisa Fabiano, ou assim, nós podemos estabelecer um parâmetro, por exemplo, porque nós já temos o parâmetro da quantidade, estabelecer o parâmetro máximo que pode atingir o mínimo dentro desse processo de variação, os custos, apresentar a tabela para o Deputado Jesuíno, e assim. Queria Doutor Ricardo, e o Fabiano, o Fabiano, tem um domínio muito grande nessa questão sanidade, até porque o controle da sanidade do estado de Rondônia, ela é segura, ela é segura que, por exemplo, vamos trabalhar junto com o Deputado para que não deixe nenhuma dúvida, não só a ele, mais também aos demais Deputados.

Assim, eu parabeno o Deputado, aquilo que eu fiz no início, pela preocupação, isso é importante, mas não podemos deixar nenhuma dúvida de fato na execução desse Projeto, não é um Projeto assim aventureiro, não é um Projeto que se pensa de alguém ganhar dinheiro não, o Projeto, não tem esse pensamento, o pensamento é de fato que a empresa que executa o processo, ela possa ter o seu rendimento também de fato que o Estado, por exemplo, se sobrar dinheiro para que o Estado possa fazer aplicação em outras áreas que se faça, mas o investimento será de fato para tirar os animais, até porque diz em alguns parágrafos que diz que o dinheiro será reembolsado, alguém, essa empresa que deverá atuar que vai ser um processo licitatório, de qualquer forma, ele vai precisar de um capital inicial porque ele tem alguns investimentos para fazer. Mas o Estado tem a obrigação de ressarcir todos os investimentos que foram executados, isso sem dúvida nenhuma com acompanhamento do Estado na execução do Projeto.



**O SR. ANDERSON FELIPE BAUER** – Não podemos esquecer, para executar um Projeto, nós devemos sempre pensar na questão orçamentária. Eu entendo do ponto de vista mais amplo, pensando nos princípios da administração pública, o que se apresentou aqui, precisa de uma complementação, por quê? Porque se fala em *superávit*, mas que *superávit*? Você não sabe, você não é taxativo, qual é o percentual do Estado e qual é o percentual da empresa, e até, não é taxativo. Então assim, se nós vamos tratar de *superávit* para a criação da unidade de conservação, a unidade de conservação é prioridade. Então, porque não destinar um percentual específico para garantir a criação? Porque o *superávit* vai depender da existência de um possível *superávit*, mas até hoje, eu não consigo ver na administração pública um *superávit*, na administração pública não existe *superávit*. Então, para garantir o desenvolvimento sustentável que é o princípio maior do meio ambiente, nós devemos, é interessante você criar um percentual, é evidente que o artigo 48, ele deixou bem claro que todos os recursos irão para o estado de Rondônia, ok, vão para o Estado. Então qual a necessidade de limitar o recurso que fica para o Estado até 75%? Não tem, existe sim necessidade de limitar, qual é o percentual, qual é a fatia que a empresa vai ter direito. Se o recurso já é meu, eu não preciso dizer o quanto é meu, já é meu, não precisa dizer que é até 75% porque eu posso ficar até com 100. Agora precisa delimitar quem? O quanto à empresa vai ficar e quais os critérios para ela ficar com esses 25%, e isso não está claro. Veja, por que assim, os artigos eles se conflitam, o artigo diz que o fato da empresa ser responsável pela execução do projeto, ao mesmo tempo diz que o Estado poderá, ou seja, não deverá, poderá ressarcir custos, mas custos específicos, não todos.

**O SR. FRANCISCO SALES** – Todos os custos.

**O SR. ANDERSON FELIPE BAUER** - Não, aqui diz ele o investimento poderá ser ressarcido dos custos de captura e transporte. § 1º, do artigo 51, ele diz que o Estado poderá com custos de captura e transporte, não todos.

**O SR. FRANCISCO SALES** – Não, porque quando envolve assim, desculpe aí o termo, assim quando envolve a captura, porque aqui no projeto básico envolve a contratação de vaqueiros, envolve a aquisição de cavalos, aqui envolve uma implantação de uma infraestrutura, então isso faz parte da captura, isso vai fazer parte da captura.

Então, todos os investimentos que serão feitos pela empresa, todos os investimentos feitos pela empresa serão ressarcidos pelo Estado ou com recurso oriundo dos búfalos ou oriundo de outra fonte de recurso. Então esse é o projeto básico, ele diz isso daqui.

**O SR. ANDERSON FELIPE BAUER** – Então, para o cumprimento do princípio da segurança jurídica, da eficácia plena, da legalidade, quando você deixa aberta a discricionariedade para a prática do ato como poderá, fica complicado. Por que o poderá é uma interpretação muito subjetiva de quem vai aplicar? É interessante deixar poderá num texto deste que envolve o recurso grande, que envolve a execução de um projeto grande,

essa letra poderá, pode futuramente embargar toda essa execução dessa lei. Então é o dinheiro que pode travar ou destravar a execução de qualquer projeto. A questão sanitária é extremamente importante, mas nós não podemos esquecer que para ela ser executada ela não pode sofrer nenhum problema de interrupção no seu andamento, e o que pode acarretar é justamente uma palavra e ainda no aspecto financeiro. Porque é o dinheiro que vai trazer o eventual crime de improbidade administrativa, que vai incorrer em demais aspectos legais. E aí vai autuar quem? Vai autuar o Ministério Público, vai autuar a Polícia Federal. Então nesse quesito poderá ressarcir ou você deixa, ou o Estado é obrigado ou o Estado não é. Para não ter margem a interpretação, porque diz está subjetivo, ou seja, não confere direito a empresa receber, por quê? Porque o Estado pode. Se ele disse eu não vou pagar, e aí? Aí a empresa não vai ter dinheiro, e vai ter que parar o projeto? E aí compromete a questão sanitária, se a questão sanitária é prioridade, ela deve conferir a mesma prioridade para que não sofra interrupção na questão financeira. Porque essa palavra poderá gerar margem a eventual discussão no âmbito jurídico e essa discussão é longa e vai suspender toda a execução dos trabalhos. E qual vai ser a consequência? Então, ao mesmo tempo, que diz que a empresa deve custear, ao mesmo tempo diz que o Estado poderá. E diz no parágrafo 3º do artigo 51 que o Estado vai pagar em 30 dias. Mas espera aí, se o Estado é pré-aprovado qual é o prazo para apresentar o orçamento? Aqui a lei não diz prazo para a empresa, não confere obrigação para a empresa. Então é interessante o projeto conter que qualquer investimento que seja necessário o seu ressarcimento, deva estar contido no projeto para que ele seja pré-aprovado. Porque do jeito que está aqui, eu como advogado de uma empresa dessa eu chegaria a qualquer tempo e pediria o ressarcimento de qualquer despesa. Uma despesa, vamos supor que o projeto está em andamento, faltou ressarcir sei lá, mil litros de combustível, mas a aquisição daquilo ali. Ah! Vou pedir agora. Poxa dois anos depois? Pois é, mas a lei estabeleceu o prazo limite, estabeleceu prazo limite para a administração pública, só que nós não podemos esquecer o princípio maior para administração pública que é a supremacia do interesse público, ou seja, quem tem a maior obrigação é o particular, é a empresa privada, não é o Estado, então do jeito que está aqui, entendo, é até interessante passar pelo assessor da CCJ para ele dar um parecer com relação a isso. Faltam sim mais obrigações, falta deixar mais claro quais os critérios para o recebimento dos 25% e qual a justificativa de limitar até 75%. Não, o recurso é do Estado, o Estado não tem que sofrer limitação “de até 75%”, é 75%, o viés é se a empresa vai receber os 25%, que pode ser que não seja necessário ela receber e se vai receber 25% cadê, qual critério? “Ah o critério eu acho”, não, o critério tem que estar na lei pelo Princípio da legalidade senão não vai receber também, o Ministério Público manda suspender o pagamento e aí? Aí um projeto de 5 anos, diversas reuniões, aí o Promotor da Fazenda Pública vai falar, “e não viram isso?” e a OAB participou, “e a OAB não levantou essa questão?” e assim prejudica o Estado inteiro, então devemos ter esse cuidado, as obrigações não estão claras, principalmente para a empresa não estão. O artigo 49, desses elencados para a reunião de hoje ele é o mais tranquilo, mas o 48, o 50 e o 51 merecem ser reavaliados por completo. O 48

porque ele se choca com o *caput* do artigo 50, quando ele diz que o recurso é do Estado e depois ele diz que o Estado na verdade não tem o poder sobre ele, quando diz que o Estado pode ficar com até 75%, se depois lá na frente precisar de mais já está autorizado que ele vai poder complementar. Então não precisa limitar o Estado ficar com o dinheiro de até 75%, é 75% do Estado, podendo ser até 25% do particular, mas do Estado é 75% já garantido. Ademais, o Parágrafo único, do artigo 50, como hoje o Brasil precisa respeitar a legislação ambiental, é prioridade, deve ser prioridade a criação da unidade de conservação, mas do jeito que está aqui ela não vai ser criada, vai depender de um *superávit*, por que não destinar 3%, 5% do recurso? Ele é tão prioritário para as gerações futuras quanto você melhorar a sanidade dali dos búfalos, mas não está sendo visto com carinho. Então o 48 e o 50 já foram vistos. O 51 interessante ser analisado como falei, então já finalizando, com relação ao Parágrafo único diz investimentos pela empresa, ao mesmo tempo diz que poderá ser ressarcido pelo Estado, “poderá” é muito complicado, temerário, e o parágrafo 2º já diz, não sendo suficiente o Estado vai poder alocar recursos de outro lugar. Espera aí, mas esse não é um projeto autossustentável? Por que ele vai buscar projeto de outro lugar para colocar? Vamos reavaliar, ver onde nós podemos retirar ou não retirar, então é algo... Já falta dinheiro para o Estado, se nós olharmos o órgão hoje que mais serve de avô para fornecer recurso é o DETRAN, será que aqui amanhã ou depois vai ser mais um neto para ir buscar dinheiro, sendo que a intenção inicial era ser autossustentável? Então é uma observação a ser feita.

Por fim, o parágrafo 3º - quando ele diz que o Estado tem 30 dias para pagar, mas não diz qual é o prazo para a empresa apresentar o que ela tem que ser ressarcida ou que ela pode ser ressarcida. Que ela poderá, não que ela será, ela não tem essa garantia pré-constituída de ressarcimento porque tem que ser analisado que foi. Não duvide se amanhã ou depois, porque nós temos que ter o pé atrás, amanhã ou depois um carro popular ele dizer que o carro consumiu 80 litros no abastecimento sendo que o tanque é 40, na requisição. Então, assim, isso é um exemplo, então nós temos que ter o quê? A empresa poderá, ela será ressarcida mediante a análise e aprovação. Agora todo esse custo se já vai ter um projeto pré-aprovado, deve ser obrigatório que só será ressarcido o que está no projeto, não amanhã ou depois “poxa, ficou faltando isso ou aquilo”, não. É o que está lá, fora isso passou, preclui o direito, ficou o ônus. A incompetência não pode ser absorvida pelo Estado, pela população, o que o Estado arca com a custa da população, então nós não podemos esquecer isso. Então do que foi encaminhado e dentro da pauta da reunião, eu observei esses quesitos e são questionamentos que o Ministério Público fará, com certeza. E por ser uma propriedade que é da União e está sob a administração Estadual ele também tem uma competência concorrente junta com a União. Então o Ministério Público Federal também vai analisar isso, amanhã ou depois. Então, isso provavelmente terá uma interrupção por um, talvez, porque nesse ponto se nós não tivermos feito uma análise melhor, planejamento. É melhor nós planejarmos em cinco anos e executar em dez, sem problema nenhum, do que executar em um e ter interrupção esse ano, no que vem outra interrupção, outra interrupção, e aí vem aditivo, porque foi interrupção sem

ser por conta da empresa. Então ela tem direito a esse aditivo. Então devemos ter cautela sobre esse prisma, o Deputado levantou uma questão que é a pauta da reunião esses artigos, extremamente relevantes. Vamos olhar sempre junto relacionando questão ambiental com a questão jurídica orçamentária, para amanhã ou depois não ter problemas. Obrigado.

**O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente)** – Obrigado Doutor. Realmente essas explicações foram faladas, concordo com todos os pontos que foram mencionados e, nesse aspecto amanhã ou depois o fiscal do Ministério Público, o Ministério Público Federal entra com uma demanda e vai sobrestar e o prejuízo vai ser para o Estado. E realmente tem que ter essas obrigações por parte da empresa. Tem que ser demonstrado na lei. Como eu digo, no início, não é uma lei que está alterando um artigo, não é uma lei que está criando, é algo de grande relevância. Está tratando do Meio Ambiente, de matança, está tratando da questão de saúde, da questão, uma série de coisas, engloba uma série de coisas. Então é importante que haja esses apontamentos.

Eu peço para o senhor poder me encaminhar um documento da OAB, um Ofício apontando também, para a gente discutir isso. Eu não sei se são os técnicos do IDARON, vocês? Ou não? Da SEDAM. Então se vocês estão fazendo algum apontamento, também, que possam somar que deve ser isso, tem que ser acrescentado isso aqui, tem conflito. Desde que essa lei chegou lá e eu a peguei, como relator, eu vi essa problemática, foi em cima, mesmo. É isso. Pedindo novamente que sejam juntados todos esses dados técnicos para mim, para que seja anexado, para que seja levantado para mim, anexado, vai ser anexado nesse processo legislativo no caso, esse Projeto de Lei, a OAB vai encaminhar para mim, esse documento. E aí eu vou passar a palavra agora para o Júlio.

**O SR. JÚLIO CÉSAR ROCHA** – Mas Deputado conforme eu tinha apontado na primeira fala, o artigo é o artigo 17, que eu me equivoquei e falei do artigo 28, mas vem ao encontro à preocupação apresentada pela OAB na pessoa do Anderson, agora, é a continuidade de ações. É de suma relevância o tema de preocupação orçamentária, preocupação financeira, aporte de capital, mas principalmente, como diz no artigo 17: “é atribuída a um ente a obrigatoriedade de vigilância constante, análise clínica permanente, e garantia de isenção sanitária para enviar esses animais para o abate”. Como eu disse na primeira fala: isso existe um custo, custo de diária, custo de pessoal, custo de logística, alojamento, que nós somos favoráveis, Secretário Sales, nós achamos que está bem feito a colocação. Porém, temos que atentar pela fala do Anderson, agora, à continuidade, sempre é essa a nossa preocupação.

E ademais, Deputado Jesuíno, eu gostaria de parabenizá-lo pela atitude de ter chamado essa Audiência Pública com o intuito de discutir a lei. Discutir a lei, é isso, cada um apontando para a sua, para o seu quinhão, vendo qual é a sua responsabilidade, a ambiental e sanitária apontada até aqui até o momento, a preocupação financeira e a maturidade com que está sendo tratada a pauta. E gostaria de fazer aqui uma ressalva e parabenizar o posicionamento da dona Clotilde que apesar de uma defensora dos animais teve sabedoria e

entendimento para vê que além da questão de proteção dos animais envolve a questão de economicidade e risco de segurança alimentar. Parabéns pelo posicionamento, parabéns pelas palavras com clareza que fez, agradeço em nome do Sales o voto de confiança depositado no grupo, e como o Sales já apresentou, é um Projeto que vem sendo construído a várias mãos, não teve aqui o ego de dizer que é desse grupo, isso já vem sendo trabalhado e como é um assunto de extrema relevância existe alguns pontos aí que com sabedoria, Vossa Excelência encaminhou como se fosse elucidados. Mas de toda forma eu fico muito feliz em nome, por parte da Secretaria de Agricultura de ver a seriedade que a matéria está sendo tratada, a segurança que nós vamos dar para o agronegócio e pela continuidade do estado sanitário de Rondônia.

Então Deputado muito obrigado pela oportunidade, inclusive, de me retificar aqui quanto ao chamamento do artigo que fiz de forma equivocada e mais uma vez parabenizar todos aqui os presentes. Muito obrigado.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Agradeço Júlio, vou passar de novo a palavra ao Secretário.

**O SR. FRANCISCO SALES** – Deputado, assim, a gente queria agradecer a oportunidade de que a gente possa gerar de fato um trabalho de responsabilidade que possa trazer o resultado para toda a população.

Parabenizar aqui o representante da OAB, o Dr. Anderson na sua preocupação e a gente gostaria no fechamento porque a previsão, talvez, até terça-feira, não sei se é possível, porque eu dependo dos pares, justamente para que a gente possa fazer esse fechamento, mas aí ou Anita, eu gostaria que você já convidasse e já ficam convidados os companheiros, os colegas, para na segunda-feira, de manhã a gente já sentar para fazer o fechamento. Eu sei que, talvez, possa atrasar a questão do encaminhamento para a discussão entre os demais membros desta Casa, mas, talvez assim, mesmo que atrase uma semana, mas nós precisamos fazer esse fechamento, esse fechamento, o nosso representante ele foi, ele foi realmente lá da OAB ele foi feliz, nós vamos trabalhar e gostaria também de contar com o seu apoio para que você possa nos ajudar, nos orientar. Tem aqui o Dr. Pereira que trabalha na parte jurídica da SEDAM e que a gente vai trabalhar junto com COTEL e fazer o fechamento necessário para que de fato a gente possa atender às necessidades desta Audiência.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Eu já ia, é porque a dinâmica das Audiências Públicas, ela tem regido no Regimento Interno, dispositivos, no final lavra-se uma Ata, eu, o Deputado Léo Moraes nós temos também elaborado ao final alguns termos de acordo que aqui não vejo necessidade, a necessidade....O que é que vou fazer? Vamos lavrar uma ata, uma ata sucinta e aí o senhor já propôs, pela propositura de se reunir com seu colegiado, com os demais e posteriormente apresentar junto com o membro da OAB para encaminhar já essas devidas ratificações necessárias ao Projeto. E aí eu quero também que fique aqui claro, eu quero que seja apontada no Projeto a contrapartida, o que realmente a empresa poderá apontar, pode ser em anexo; o que a empresa vencedora da licitação irá disponibilizar, qual é a contrapartida dessa empresa, da

vencedora; mudando também esse trecho, onde fala-se, leia-se, vocês podem encaminhar o Projeto para mim, até para não ter necessidade de Emendas.

Então, fica esse acordo, vocês novamente, eu quero agora aqui, cadê o Kid?

**O SR. FRANCISCO SALES** – Eu só queria assim, me desculpe, eu sei que, talvez, não seja do regimento da Casa, mas assim essa nova intervenção. O que a gente, o Projeto Base que ele está aqui nós vamos mantê-lo, porém, nós vamos fazer, o que se fizer vai ser suplementar, nós não vamos mexer, não se mexe e nós vamos fazer a complementação, os anexos necessários. O senhor está entendendo não é?

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Qual o Projeto que o senhor fala?

**O SR. FRANCISCO SALES** – Eu estou dizendo assim, o Projeto do Manejo. Ele existe. Nós vamos fazer o que foi discutido, o que precisa ser acrescentado nós vamos fazer em anexo ao Projeto.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Não. A Lei,...

**O SR. FRANCISCO SALES** – Não. E a lei também.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Ela deve ser alterada,...

**O SR. FRANCISCO SALES** – Alterada, exatamente.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Os pontos que foram aqui discutidos.

**O SR. FRANCISCO SALES** – Exatamente.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Aí eu peço para as pessoas participando aqui as instituições que tiverem interesse o IDARON, no caso a EMBRAPA, as pessoas que são responsáveis pelo Projeto façam, eu vou também fazer uma leitura mais aprofundada e encaminhe, porque é que acontece, vou dar um exemplo: houve um problema numa lei aqui, que foi a mesma coisa. Eu suscitei uma dúvida e aí veio o Secretário George Braga, ele, nas discussões, ao final foram feitos os devidos apontamentos e a própria COTEL encaminhou. Por que encaminhou? Para não ter esse problema do governo vetar. Então peço que... A gente pode propor essas alterações. Pode porque a emenda pode ser alterada. Mas eu peço, até em reunião aqui, já ficou, é de consciência dos senhores que há de ser revisto alguns artigos.

**O SR. FRANCISCO SALES** – Tudo bem.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – E eu vou pedir...

**O SR. FRANCISCO SALES** – Eu só queria a questão de tempo. Segunda-feira, pela manhã, nós nos reuniremos, vamos fazer... Mas na segunda, à tarde, eu vou estar ausente, segunda e terça. Terça será o dia todo ausente do Estado, aí na quarta. E



aí nós podemos assumir o compromisso, até quinta ou sexta-feira entregar. É possível, Dr. Ricardo, Fabiano, é possível contar com a colaboração, no máximo, até quinta-feira a gente repassar todas as informações? Posso contar com os senhores? Porque nós temos que já trabalhar tempo, não é?

**O SR. RICARDO GOMES** – Eu acredito que não tem dificuldade nenhuma com relação à Comissão. O que está havendo é um desentendimento e um confundimento com relação ao projeto que a gente colocou, deu o nome de Plano de Manejo, que vem com todas aquelas explicações, que são 50 páginas, e a Lei. O Deputado está citando que precisa haver mudanças na Lei, até pelas explicações que o representante da OAB citou. Então eu acho que tanto o Projeto como o documento da Lei está em aberto. A gente pode fazer qualquer modificação que seja preciso. Só que é preciso que a gente receba um documento, “olha, muda aqui, muda ali, por isso, por isso, por isso” e a gente vai colocando, onde foi pedido para que se tenha, para que se resguardem mais ainda os direitos, principalmente para deixar transparente. Realmente, quando a gente lê o Projeto, a gente sente um bocado de questão, mesmo quem está escrevendo sente essas questões que o Deputado está falando e que qualquer pessoa vai falar. É porque a gente não tem número redondo...

**O SR. FRANCISCO SALES** – Dr. Ricardo, na verdade, o Deputado Jesuíno entendeu também, esse é um Projeto pioneiro no Brasil. Pelo menos eu não conheço, ele é pioneiro...

**O SR. RICARDO GOMES** – Exato. No mundo...

**O SR. FRANCISCO SALES** – Então, portanto, ele requer... E nós fomos claros também que ele poderá sofrer algumas adaptações. Mas é importante que a gente, é a questão da segurança jurídica, e eu acho que é fundamental, nós temos que ter a segurança jurídica e a segurança técnica. Isso aí, eu acho que é fundamental e, é isso que nós temos que trabalhar. Aí, Dr. Ricardo, nós precisamos contar com o quê? Com os nossos pares, os técnicos das instituições envolvidas para que de fato a gente possa cumprir o papel que determina o que possa ser determinado no Projeto. Só isso.

**O SR. JÚLIO OLIVAR** – Senhor Secretário Sales, mas há de se sublinhar que como o signatário é o Governador Confúcio Moura, cabe à COTEL, tão somente à COTEL a modificação nessa questão da Lei. O que está se tratando aqui, são duas coisas distintas. O Deputado levanta falhas no Projeto de Lei encaminhado pelo governador. Então, na verdade, só bastam mencionar as possíveis falhas, as supostas falhas enunciadas pelo senhor Deputado e pelo representante da Ordem dos Advogados e, a COTEL faz essas devidas mudanças. Não cabe à Comissão ou a nenhuma Secretaria, posto que é o próprio Chefe do Executivo o signatário do Projeto de Lei. Simples assim.

**O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente)** – Eu entendi Secretário Júlio. Eu entendo como esse Projeto foi feito pela... Primeiro, para entender, esse Projeto foi feito pelos senhores, não é isso? Foi feito por quem? Quem discutiu a matéria no aspecto geral e encaminhou para a COTEL? O colegiado. Então

o colegiado pode, como o próprio Secretário Júlio colocou, é só sentar, de uma forma... Enquanto isso, de forma regimental, o processo está parado. Eu tenho essa autonomia, enquanto não for discutido no Regimento, não for superada essa questão, o Projeto não pode ser pautado. Isso os senhores podem ficar tranquilos. Isso aí é uma garantia nossa, regimental, que não precisa nem... Vocês podem sentar, discutir, mandar para a gente, lembrando, eu quero que venha anexo aqueles pontos que foram apontados. Eu posso mandar, até para ficar mais rápido, a cópia sucinta para vocês, o que foi discutido, os pontos principais, primordiais e aí vocês elaboram, encaminham para a gente. Que é o anexo que foi solicitado, que é esse Projeto que vai ser em anexo, porque como disse agora, é um Projeto em nível de mundo, não é? É um Projeto único. Nunca, pioneiro..., que foi discutido. Então tem que ser realmente debatido, discutido para que não haja, mesmo discutindo ainda pode haver uma falha ainda, isso é ponto, mas pelo menos a gente está tentando fechar todos os pontos.

**O SR. PEREIRA** – Bom dia a todos. Meu nome é Pereira, eu trabalho na Assessoria Jurídica da SEDAM. Eu só queria, não podemos nos esquecer da PGE. Na verdade, isso aqui foi passado vista pela Procuradoria Geral do Estado, temos uma Procuradoria específica. Eu fiz aqui algumas observações, algumas anotações, levarei ao conhecimento em que pese que a COTEL, faz o encaminhamento, mas a própria COTEL também, eu estou lembrando, ela se reporta à PGE. Então, acredito que possa ter, Dr. Anderson, até alguns pontos que possa ser entendido, embora que eu anotei cada observação sua aqui, para poder colher, com relação ao que pudesse ser objeto do próprio regulamento da lei, talvez. Não vamos entrar na questão, eu acho que não é o momento para o mérito, talvez, porque é questão orçamentária, mas o que eu quero e reitero é que eu já fiz as observações. Só quero deixar registrado que a PGE vai novamente passar a vista e seria bom que o senhor fizesse algumas observações, passasse o quanto antes para que a gente discuta com antecedência.

**O SR. ANDERSON FELIPE BAUER** - Já pela afinidade de trabalho junto com a SEDAM no Conselho de Recursos Hídricos e no CONSEPA, eu vou encaminhar um ofício até segunda-feira ao Deputado, a SEDAM, dos apontamentos realizados com vistas a aprimorar isso aí, já que nós vamos ser provavelmente modelos desse quesito para o mundo.

Então, nós temos que alinhar o desenvolvimento sustentável dentro da legalidade. Obrigado.

**O SR. PEREIRA** - Até porque seria um cumprimento com a própria Lei Orgânica 620/11 da PGE, que há um interesse do Estado, a PGE, por força de lei, ela tem que ser ouvida.

**O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente)** – Não, ninguém vai, os trâmites administrativos, vocês podem levar para parecer. Eu vou fazer uma crítica, infelizmente a nossa Procuradoria aqui, trás cada parecer control C, control V, é uma crítica, eu admiro os procuradores, mas tem coisa aqui que me causa mais do que, sabe. Eu sou muito reto, eu tenho parecer de constitucionalidade, você ler a matéria, a mesma situação, vai analisar, mas o que está sendo analisado aqui, eu quero sempre

tratar com responsabilidade independente de procurador, deve analisar, ele é um órgão, ele vai ter que dar o parecer dele. Mas a Casa aqui legislativa está analisando realmente a coisa de maneira com vocês, com os senhores, é com os senhores que eu devo um parecer técnico num ar-condicionado, ele vai analisar da forma que nós estamos analisando? Não. Então, eu vou sugerir realmente que deve passar essa questão de trâmite do governo, aí é lá o Estado, que o parecer da procuradoria venha. Mas, eu já estou já te noticiando, parecer da procuradoria para mim, tem diversos aqui, que cada Secretaria parece que tem um procurador e esse procurador, às vezes. Opa! Não tem o mínimo de zelo, às vezes, em analisar de uma forma como deveria, eu não estou falando que todos os outros procuradores, eles agem dessa forma. Mas se alguém quiser, tiver um dia interesse, pode pegar aqui os processos legislativos de algumas matérias, que é a mesma sustação de exemplo de constitucionalidade, não analisou nem a matéria como deveria, não sou, eu quero dizer que eu não sou formado em direito, mas por questões até de contra tempo estou finalizando meu curso, mas gosto de estudar. Se fosse para eu dar um parecer e nos meus Projetos que eu faço a relatoria, eu tenho também uma assessoria, eu gosto muito de me aprofundar na matéria, para não dar um parecer vazio, um parecer que futuramente a própria, os órgãos inerentes podem arguir uma constitucionalidade, aí ele vai pedir o processo legislativo "meu amigo era só uma folha só", isso aqui era o que vocês faziam?. Então, é importante isso, que haja os trâmites por parte da administração pública, passar pela procuradoria para análise. Mas aqui hoje, para mim, para mim, porque aqui que vai decidir, que vai decidir se a matéria vai tramitar ou não, eu estou satisfeito. Por hora estou satisfeito, mas eu peço para vocês que o Estado deve, aqui é uma crítica não só, pode ter certeza, eu tenho ainda algum tempo nesta Casa, tenho alguns meses, o mandato é de quarenta e oito meses, são quatro anos. Qualquer matéria, não é especificamente de vocês do búfalo não, qualquer matéria que eu achar que haja necessidade de convidar ou convocar as pessoas inerentes da parte para discutir, eu vou, e não é perseguição, não é nada, é preocupação e zelo, e responsabilidade. Porque amanhã ou depois os órgãos de imprensa vão falar: rapaz, isso tramitou em todo local e ainda passou na Assembleia e ninguém analisou? Não, a gente analisa e mesmo analisando às vezes, ainda passa despercebida alguma coisa e a gente tem que voltar e alterar a Lei.

Então é isso, atingiu o objetivo, para mim atingiu o objetivo, a ata vai ser lavrada de forma sucinta, os senhores já se comprometeram em encaminhar às devidas proposições, as devidas alterações, as devidas discussões que foram levantadas aqui. Mandar cópia quando encaminhar para mim todo esse Projeto aí com essas alterações que nós discutimos aqui, fazendo alguns apontamentos, levantamentos de valores para mim. Podendo também encaminhar, como você colocou, fixe o valor de 75%, então isso vai ser bem discutido, e quem sabe destinar para o órgão IDARON, tudo tem que ser, tem que ser fixado, não deixem, a minha preocupação é deixar valores espaços, o *superávit* pode ficar, vai ficar para o Estado, sim, mas o Estado vai para fazenda, mas quem vai administrar? Isso a gente tem que começar a fixar, e editar e deixar bem claro dentro do processo legislativo, dentro da lei.

Eu quero agradecer, alguém tem alguma consideração final, falar? Não?

Eu quero agradecer a todos, imensamente, 11h43 minutos, de plena sexta-feira, nós estamos aqui discutindo essa matéria. Peço desculpas na forma que às vezes eu me manifesto, mas não é contra ninguém, não é atacar A, B, C, ou D, é o meu modo de pensar, é o meu modo, às vezes de analisar, e no aspecto geral, e aí é uma crítica que eu sempre falo, saúde, educação, vem segurança pública, hoje não só o Estado de Rondônia passa por percalços. Então o Estado de Rondônia tem riquezas pecuária, agropecuária, tem riquezas de minérios e às vezes não é explorado da forma que é, não é explorada. São valores que são às vezes colocados e remanejados para outras questões que causa realmente, às vezes uma certa dúvida e uma certa estranheza, isso que eu busco sempre agir, e quem sabe um dia esse Estado brasileiro ele vai realmente valorizar e garantir o mínimo dos direitos consagrados, no artigo 5º, da Constituição Federal. Infelizmente o direito a moradia, direito a uma boa saúde, o direito a uma boa educação, direito a uma segurança, mas enquanto isso eu como representante do povo o qual foi dado esse direito para mim, eu vou buscar e sem apegos, sem amores e de forma independente. Então muito obrigado e eu vou encaminhar cópia para todo mundo.

Declaro encerrada esta Audiência Pública.

**(Encerra-se esta Audiência Pública às 11h47min).**

**ATA DA 39ª AUDIÊNCIA PÚBLICA  
PARA DEBATER SOBRE O ESPORTE NO ESTADO DE  
RONDÔNIA**

Em 1º de Outubro de 2015.

**Presidência do Sr.  
LÉO MORAES – Deputado**

(Às 10 horas e 20 minutos é aberta a sessão.)

**O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias)** – Senhoras e senhores, bom dia. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo a Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Léo Moraes, proponente, realiza nesta data Audiência Pública, para discutir sobre o Esporte no Estado de Rondônia. Convidamos para compor a Mesa o Excelentíssimo senhor Deputado Léo Mores, proponente desta Audiência Pública. Excelentíssimo senhor Deputado Lazinho da Fetagro, Excelentíssimo senhor Deputado Adelino Follador. Senhor Valmir Júnior Rodrigues, representante da Defensoria Pública do Estado. Senhor Walter Alves Brasil, Presidente da Federação de Atletismo do Estado de Rondônia. O Gerente de Esporte da SEJUCEL, Senhor José Carlos, também para compor a Mesa.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Gostaria de desejar primeiramente bom dia a todos os presentes. Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense declaro

aberta esta Audiência Pública com objetivo de discutir o esporte no Estado de Rondônia.

**O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias)** – Pedimos por gentileza a todos que fiquem de pé para ouvirmos o Hino Céus de Rondônia, letra de Joaquim de Araújo Lima e Música de José de Melo e Silva.

#### (EXECUÇÃO DO HINO CÉUS DE RONDÔNIA)

Convidamos o Radialista e Jornalista Miguel Silva, também para compor a Mesa. Senhor Deputado com permissão de Vossa Excelência, já vou registrar a presença das demais pessoas que participam conosco dessa Audiência Pública. Professor Dr. Célio Borges, Chefe do Departamento de Educação Física da UNIR e Membro do Conselho Estadual Esportivo, Senhor Evaldo Silva, Presidente do Genus. Professor Luiz de Souza Barros, representando o SINDSEF. Senhor Douglas Suckow, Pastor da Igreja Metodista Wesleyana. Senhor Chiquinho Teixeira, Radialista do Sistema Rede Verde Vale de Comunicação de Juazeiro do Norte – Ceará.

Esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo para todo o mundo. Luiz Gonzaga, representante do excelentíssimo senhor senador Acir Gurgacz e também do eputado estadual Airton. Luiz Gonzaga, ex-deputado estadual, radialista também, homem ligado ao esporte. Convidamos também para compor a Mesa, o senhor Rodney Antônio Paes, Secretário de Estado da SECEL. Senhor João Lima Gonçalves, queremos registrar sua presença, ele é Vice-Presidente do Moto Clube. Senhora Iracy Toledo, presidente da ABASA Associação dos Atingidos da Barragem de Santo Antônio. Senhor João Bernardino Neto, que representa o Conselho Estadual e Esporte e Lazer. Senhor Professor Expedito Júnior, representando a SEDUC.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Bem, mais uma vez bom dia a todos. Gostaríamos de agradecer a Deus pela oportunidade de mais um dia, e de tê-los aqui conosco na Casa de todos vocês, a Assembleia Legislativa, nada mais é do que a Casa do Povo e vocês devem cada vez frequentar este ambiente. Gostaria agradecer a presença do Professor Célio Borges, Chefe do Departamento de Educação Física da UNIR e Membro do Conselho Estadual Esportivo. O senhor Evaldo Silva, nosso grande colega está aqui, Evaldo do Genus, o nosso atual campeão rondoniense de futebol, mais uma vez exaltar o grande feito no nosso brioso Genus. Discutir aqui de forma bem saudável com os colegas do Cone Sul, que era a nossa vez e que eles deveriam respeitar, não sei se eles respeitaram, mas nós ganhamos, não é isso Evaldo? Então, parabéns também por estar aqui conosco. Professor Luiz de Souza Barros, que nesse ato representa o SINDSEF; o senhor Douglas Suckow, que é Pastor da Igreja Wesleyana que trabalha com atividades sociais relacionadas ao esporte; o Senhor Chiquinho Teixeira, radialista do Sistema Rede Verde Vale de Comunicação de Juazeiro do Norte, do Ceará; o Senhor Luiz Gonzaga, que conhece esta Casa mais do que a gente, faz parte da história e certamente ficará para posteridade como o eterno Deputado Estadual do Estado de Rondônia e neste ato representa o Senador Acir Gurgacz. Gostaríamos de cumprimentar os membros e

participantes desta Mesa, o meu colega, meu amigo de Parlamento, Deputado Lazinho da Fetagro, a quem acompanho e vejo a sua luta incessante por diversas áreas e, sobretudo, sobre a questão rural, sobre as pequenas propriedades, propriedades de subsistência, agricultura familiar e gostaria de aproveitar o ensejo para parabenizar o seu belíssimo trabalho de coração, Deputado, que certamente o senhor logrará êxito em muitas dessas demandas. Gostaria de agradecer e registrar a presença na Mesa também do Deputado, meu amigo Adelino Follador, que é frequente e assíduo nas nossas Audiências, ainda que tenha residência e domicílio eleitoral em Ariquemes, sempre se faz presente aqui conosco, então, agradeço de coração também o Deputado Adelino. E gostaria de agradecer o Senhor Valmir Júnior Rodrigues, representante da Defensoria Pública do Estado de Rondônia. O senhor Walter Alves Brasil Filho, Presidente da Federação de Atletismo do Estado. O Senhor José Carlos, Gerente de Esportes da SEJUCEL. O Senhor Miguel Silva, Jornalista, Radialista, aficionado, um apaixonado, um legítimo rondoniense que faz das tripas coração para se fazer ouvir o esporte no Estado de Rondônia. E logicamente, gostaria de agradecer e parabenizar e não poderia ser diferente a presença do Excelentíssimo Senhor Rodney Paes, nosso Secretário da SEJUCEL, a Secretaria de Juventude, Cultura, Esporte e Lazer, havia conversado com o mesmo e ele se comprometeu em estar aqui, mas uma vez honrou a sua palavra e não faria o menor sentido nós discutirmos esportes sem termos o representante oficial do Governo do Estado neste evento que se faz aqui através do senhor Rodney. Gostaria de registrar também a presença do nosso atleta paraolímpico, nosso triatleta Rogério, também que está aqui conosco, Rogério Lima, gostaria muito que o senhor adentrasse aqui no nosso plenário para enriquecer o nosso debate, Rogério, fique a vontade, seja bem-vindo, você sempre está aqui conosco e nós ficamos muitos felizes com isso. Gostaria de registrar a presença que eu vejo aqui do Alexsander Cunha, também, Presidente da FERROTRI, da Federação Rondoniense de Triathlon. Também dos alunos e dos atletas de atletismo do Estado de Rondônia que são os mais bem ranqueados de toda região norte, que vejo que se fazem presente ali, alunos também do SESI e a todos vocês, acabei de enxergar também e gostaria que fizesse parte da nossa Mesa, com muita satisfação recebemos o Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, o Dr. Rafael Claros, por gentileza Dr. Rafael venha compor aqui o dispositivo, será uma honra recebê-lo.

Por gentileza, eu gostaria que colocasse uma cadeira a mais aqui, o nosso dispositivo que é que nem coração de mãe, Deputado, sempre cabe mais um, para nós discutirmos o nosso esporte mais ainda. O Professor Marto que acaba de chegar também, seja bem-vindo, prazer tê-lo aqui conosco. Pois bem, essa Propositura de Audiência Pública de autoria do Deputado Léo Moraes, que requer à Mesa Diretora, seja realizada Audiência Pública nesta Casa de Lei para debater sobre o esporte em nosso Estado. Audiência Pública dia 03 de agosto, às 10h, foi aprovada por unanimidade e nós estamos aqui para discutir tudo que diz respeito ao esporte, ainda que tenhamos feito uma mobilização, fomos a rádio, em vários programas, fomos a televisão, algumas emissoras abriram espaço para divulgarmos um evento dessa magnitude, desse



grau de importância, a gente fica um pouco ainda tanto quanto chateado, desapontado por não enxergar os militantes, os ativistas do esporte fazendo valer o seu direito de pleitear as melhorias e participar dessa Audiência Pública, logicamente é lamentável, ainda que eu consigo constatar de forma muito cristalina, que as pessoas estão um tanto quanto desacreditadas. Deputado Adelino, quando nós falamos em incentivo, quando nós falamos em apoio, em suporte, em política pública efetiva do esporte, eles já não acreditam mais, eles acham que é mais uma conversa de comadre e que nada vai ser feito. Então, gostaria de pedir para os que aqui estão que leve essa mensagem de esperança, sem sombra de dúvidas, de resiliência que algo só vai acontecer se todos nós tivermos engajados. Esta audiência nada mais é do que um pleito de todos vocês para que nós possamos fazer o devido encaminhamento para o esporte. Sabemos que temos diversas leis que estão vigentes no Estado de Rondônia, leis, papel, letra morta nós temos aos montes, nós também sabemos que devemos criar outras tantas para efetivá-las aqui no nosso Estado de Rondônia, haja vista que ainda existem lacunas e por conta disso temos trabalhado nesse sentido. Prova maior que com o apoio de todos os Deputados apresentamos um projeto de resolução que converte as milhas aéreas voadas pelos Deputados estaduais e pelos servidores desta Casa em passagens aéreas para os nossos alunos da rede estadual de ensino que são desportistas. Isso é uma prova cabal que este Poder está atento. Está vigilantes às necessidades, mas, nós sabemos que isso é muito pouco, que isso também depende de regulamentação, nós necessitaremos de um Comitê Gestor dessa lei, o Rafael Claros, que é advogado, sabe muito bem que as milhas, Deputado Lazineiro, ela tem um caráter pessoal e intransferível, tentaram em dado momento aplicar essa lei no Governo, do hoje Senador Ivo Cassol, e ela não foi adiante. O nosso querido Deputado Hermínio Coelho também apresentou uma lei e por conta disso, nós apresentamos um projeto de resolução para que se aplique imediatamente no âmbito do Poder Legislativo e que não se confunda com o Poder Executivo por que foi tentado e nós não alcançamos sucesso por conta das ferramentas da dificuldade organizacional. E nós esperamos que agora consigamos realmente lograr êxito e sair vitoriosos desse projeto. Eu acho que antes de apresentar um prospecto minimamente, fazer um preâmbulo do que nós temos em vigência aqui no Estado de Rondônia eu gostaria de passar a palavra para os membros do dispositivo, por que Audiência Pública talvez o grande trunfo e o grande sucesso que ela pode proporcionar é esse diálogo direto, é essa comunicação entre os interessados, entre seus representantes e entre os executores, os donos da tinta, os donos da caneta que são, logicamente, os Poderes Executivos, tanto o Municipal como Estadual. E também parabenizar pela assiduidade dos mesmos, tanto o Secretário Municipal que eu conheço de longa data, é meu amigo em particular, o Secretário Municipal de Esportes, Rafael Claros, advogado, militante da advocacia e que tem se desdobrado, eu vejo ainda que com recursos parcos na sua Secretaria para fazer acontecer no município de Porto Velho, como o Secretário Rodney que nunca se esquivou dos nossos chamamentos e gostaria de parabenizá-los por que eu tenho uma péssima experiência de Audiência Pública, por que na condição de Vereador que foi durante dois anos, Expedito, meu professor na época de Colégio, Pitágoras,

hoje da SEDUC, está aqui conosco. Gostaria de parabenizá-lo na época, de vereador simplesmente o executivo municipal não encaminhava os seus representantes das pastas, não debatia com a Câmara Municipal, dando a impressão de que trabalhava de costas ao interesse público. Vejo que pelo menos hoje o Rafael Claros tem atuado de forma constante e perene, nós ficamos muito felizes. Gostaria também de registrar a presença do Bernardino a quem também tenho contato de muito tempo, afinal apesar de vocês não acreditarem justamente pelo sobrepeso, por estar rechonchudo, fui um atleta de natação e representei o meu Estado em diversos campeonatos, campeonatos brasileiros, campeonato Centro-Oeste, Norte e Nordeste, campeonatos dos mais importantes do País. E tivemos grande sucesso, não é isso Guto? O Guto é campeão brasileiro de natação, atualmente nós também temos um campeão brasileiro e nós fizemos história, eu como um "Paitrocínio", que graças a Deus tinha um pai para me dá apoio, um suporte. Outros tantos fazendo o que hoje continuam fazendo passando o chapéu pedindo troco, pedindo migalha, fazendo leilão, fazendo rifa, vendendo feijoada para que se possa representar o nosso Estado em nível de Brasil. E é isso que nós queremos mudar, essa mentalidade tem que ser mudada, e só se muda com o apoio de todos que aqui estão. Ninguém faz nada sozinho, nós temos que estar irmanados nesse propósito. Então gostaria já imediato passar a palavra para o nosso Mestre de Cerimônias para que ele faça o encaminhamento.

**O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias)** - Só para registrar aqui Deputado a presença do S. José Carlos, Coordenador do Esporte e Lazer da SEJUCEL, Sr. Alexsander Correia da Cunha, Presidente da Federação de Triathlon, Membro Suplemente do Conselho de Esporte, Senhora Tais Lourenço, Chefe da Divisão de Educação Física e de Desporto e Recreação Escolar do Município, atletas, professores que nos prestigiam nesse dia.

E o Desembargador Francisco José Pinheiro Cruz, encaminhou ofício ao Presidente da Casa para participar da Audiência Pública objetivando debater sobre regras, para debater sobre o Esporte no Estado de Rondônia, nesse sentido o excelentíssimo senhor Desembargador cumprimenta vossa excelência, deseja parabéns pela conduta em convidado para participar desta Audiência Pública, mas lamenta não ser possível prestigiar o evento, haja vista ele ter uma agenda anteriormente.

Agradecemos o convite para participar da Audiência Pública a ser realizada no dia 1º de outubro, agradecemos o convite, mas, não poderemos participar dessa Audiência Pública. O senhor deputado Federal Expedito Neto que encaminha o agradecimento através da senhora Gislaine Sampaio da Secretaria Parlamentar.

E também, acusa o recebimento do convite para participar da Audiência Pública sobre o Esporte no Estado de Rondônia, a realizar-se hoje, dia 1º de outubro. Comunico a Vossa Excelência que por motivo de compromissos administrativos dessa Corte já agendados anteriormente não comparecerei ao evento. Excelentíssimo senhor Euler Potyguara Pereira de Melo, Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)**- Obrigado nosso Mestre de Cerimônias. Registrar a presença que acaba de chegar, também o Professor Paulo, que é uma referência, é um baluarte aí da luta do Desporto Estadual, Professor de Natação. Inclusive, lembro dos áureos tempos que acabei de mencionar, Professor Paulo, Professor Nei, Professor Ivan que fizeram a Natação alcançar outro patamar, e nós sermos lembrados em nível de país. O senhor continua na militância, parabéns. Imagino que o vestiário do João Bento da Costa deve estar saindo para o senhor continuar o seu trabalho de cidadania na forma como bem conduz. Parabéns. E muito obrigado. Seja bem vindo. E quem quiser se inscrever passe o nome já temos aqui alguns nomes, passe os nomes ao nosso Cerimonial, que nós vamos tentar franquear a palavra a todos que tenham interesse, que é importante ouvi-los.

Gostaria de passar a palavra nesse momento para o senhor José Carlos, Gerente de Esportes da SEJUCEL. Senhor José Carlos, fique a vontade para utilizar a tribuna pelo tempo que achar necessário.

**O SR. JOSÉ CARLOS** – Pessoal bom dia. Bom dia a Mesa. Através do Deputado Léo Moraes eu cumprimento a todos os Deputados. E no nome do Professor Walter Brasil, Presidente da Federação de Atletismo. Cumprimento os demais membros da Mesa. Nesse primeiro momento, nós como Coordenador, estando aqui presente o Superintendente, a gente vai aguardar por um posicionamento futuro, que a gente está aqui mais para ouvir, e depois até tecer algumas explicações. Eu creio que o Superintendente estará colocando as questões já elencadas, os avanços já conseguidos dentro da Superintendência da Juventude, Esporte e Lazer nesses últimos anos. E depois, então, de acordo com os questionamentos, de repente a gente pode fazer intervenções retornando e colocando os posicionamentos, e de repente, dando as respostas que a sociedade necessita. Nesse momento é só. Muito obrigado.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Muito obrigado, senhor José Carlos. E de ato contínuo já passo a palavra ao senhor Miguel Silva, nosso Jornalista militante, que sempre está aí frente de batalha pelo esporte estadual.

**O SR. MIGUEL SILVA** – Bom dia. Em nome do deputado Léo Moraes eu cumprimento a todos os componentes da Mesa. E essa Galera que está aqui, porque realmente é o momento que pode ser o marco definitivo para o crescimento esportivo do nosso Estado. Bom. Eu já sou bastante conhecido, mas estou a 43 anos trabalhando dentro desta área esportiva, quer como dirigente, quer como radialista, hoje radialista. Hoje já tivemos a nossa presença marcada na televisão, até fui pioneiro da TV Rondônia, o primeiro programa que foi ao ar nós estávamos lá. Enfim, tem toda uma história de envolvimento de participação na área Esportiva. E, nós queremos nesse momento agradecer a deferência do Deputado Léo Moraes. Estamos aqui para juntamente com todos vocês definirmos realmente o destino do desporto Rondoniense, desporto que tem revelado grandes talentos. Já tivemos a oportunidade com voleibol, com basquete, com handebol e de maneira bastante clara com a natação e sermos destaque em nível nacional. Inclusive agora, nós temos uma atleta que é do SESI, que é uma atleta treinada pelo

Professor Paulo César, que é Campeã Brasileira e nós verificamos, gente, principalmente, nessa área esportiva de que falta o apoio necessário para que para que as modalidades olímpicas de maneira especial possam apresentar o seu trabalho com calendário anual. De maneira que, Deputado Léo Moraes; agradeço a indicação, mas preferimos esperar o segmento desta Audiência para que venhamos nos manifestar, mas só para registro.

Eu fui um dos Assessores do advogado que estabeleceu e que criou a Lei 272, só que foi uma Lei que veio para regulamentar, que veio para transformar o que está escrito na nossa Constituição são 8 artigos para o Desporto e essa Constituição Estadual de Rondônia em assembleia no Rio de Janeiro, oportunidade em que nós estávamos representando a natação rondoniense foi elogiada por todo o Brasil e alguns Estados aproveitaram o que está na nossa Constituição para fazer acontecer nos seus Estados. Então Rondônia teve seu momento de referência em nível nacional e isso para nós significa um marco muito interessante, as leis existem, e as leis existem como uma legislação para proteger o desporto e é claro que todos nós temos consciência de que se você oportuniza a prática do desporto, você diminui tantos outros segmentos, tantas outras atividades que às vezes complicam. Eu vou voltar ao tempo e falar o que eu escutei numa reunião do Governador Jorge Teixeira, veja que nós estamos indo lá no Governador Jorge Teixeira, ele falava: - "que cada quadra construída, cada ginásio, cada espaço esportivo construído significava muito para o Estado de Rondônia, porque no momento em que você atende a juventude, você deixa o marco saudável, de maneira que é muito mais barato, isso palavras do Governador Jorge Teixeira, você construir espaços esportivos do que construir hospitais e casas de recuperação para drogados".

De maneira que, Deputado, eu vou esperar o segmento dos trabalhos e no momento que eu tiver que passar, ajudar, trazendo uma ideia para que essa Audiência, tenha, seja o marco definitivo para mudar nós estaremos dispostos a colaborar. Muito obrigado.

**O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias)** – Antes do próximo orador, gostaria que vossa excelência me permitisse registrar a presença do Sr. Rogério Lima, Diretor do Paratriathlon da Federação de Triathlon de Rondônia e o Sr. Josiel Araújo, Programa Esportivo "Tá Na Rede".

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Muito obrigado. Gostaríamos de passar a palavra e registrar que o Sr. Miguel está coberto de razão, nós, logo, logo iremos passar também a palavra para os demais, para às demais pessoas ao Secretário, as autoridades para nós começarmos o bate papo.

Gostaria de passar a palavra ao Exmº. Sr. Valmir Júnior Rodrigues, que representa a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, Instituição, Entidade que eu tanto prezo, tanto tenho apreço justamente pelo belo trabalho que alcança quem mais precisa e mais necessita que são os hipossuficientes, as pessoas, famílias de baixa renda.

**O SR. VALMIR JÚNIOR RODRIGUES** – Bom dia a todos, quero cumprimentar as autoridades da Mesa em nome do Deputado

proponente, Deputado Léo Moraes, e Deputado Lazinho da Fetagro, e Deputado Adelino Follador e parabenizar Vossas Excelências pela proposição, proposição tão importante como Vossa Excelência mesmo colocou que muitas vezes fica esquecida na implementação das políticas públicas, o esporte e o lazer que é um direito fundamental do cidadão consagrado na Constituição Federal. Em nome de Vossa Excelência cumprimento os demais presentes na Mesa, quero cumprimentar também as demais autoridades presentes, representantes da sociedade civil, os atletas aqui presentes e o público em geral. Quero registrar também a presença do nosso Subdefensor Público Geral que se encontra no Plenário aqui nos prestigiando o Dr. Antônio Fontoura Coimbra, e Deputado Léo, coloco a Defensoria Pública, está à disposição desta Casa em outras proposições também, especialmente, nesta, no intuito de auxiliar e na implementação de políticas públicas para a efetivação desse direito tão importante que é o esporte. Parabenizo mais uma vez vossa excelência pela proposição. Parabenizo o Deputado Adelino Follador, Deputado Lazinho e os demais membros desta Casa por essa iniciativa tão nobre e nos colocamos à disposição em nome do Defensor Público Geral, Dr. Marcos Edson, para que no que for preciso auxiliar juridicamente e socialmente na busca dessa implementação do direito ao esporte em nosso Estado e no que for necessário. Eu costumo registrar que o esporte é um direito, muitas vezes, esquecido, mas é um direito imprescindível porque é a porta de entrada, muitas vezes, da educação, de busca de igualdade social e a própria efetivação da dignidade da pessoa humana. Portanto, a gente está à completa disposição, o que for preciso nos encaminhamentos que esta Casa tomar, nesta ocasião, estaremos dando completo apoio de Vossas Excelências. Muito obrigado pelo convite e pela oportunidade.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Muito obrigado ao Dr. Valmir, que representa a Defensoria Pública do Estado de Rondônia. Também cumprimentar o Dr. Fontoura que aqui está presente, que mande um grande abraço também ao Dr. Marcos Edson. E só aproveitando o gancho do Defensor Público, e ele está coberto de razão, e todos vocês sabem que o esporte é a primeira porta de cidadania, é a primeira porta da disciplina, é a primeira porta da obediência, é a porta de valores que toda sociedade precisa ter e, logicamente, valorizar.

Gostaria de passar a palavra, neste momento, para o nosso querido colega, amigo, Deputado Lazinho da Fetagro, fazer as suas considerações. Deputado Lazinho, fique à vontade.

**O SR. LAZINHO DA FETAGRO** – Bom dia a todos. Quero, primeiramente, cumprimentar Vossa Excelência, Deputado Léo, e parabenizar pela atitude e pelo brilhante trabalho nesta Casa. O Deputado Léo é, para nós aqui, Deputado Adelino, a juventude no meio da segunda, terceira e quarta idade. É claro que de vez em quando ele aparece aqui com o cabelo cortado diferente e a gente estranha, mas é típico da juventude inovar.

Então parabéns, Deputado, pelo seu trabalho. Vossa Excelência pode ter certeza que a gente aprende muito com o senhor aqui, porque as épocas de vivência no mundo trazem conhecimentos diferenciados. E o Deputado Léo traz para a nossa Casa muita juventude, muito alegria e muito trabalho e

muita responsabilidade também. Parabéns, em nome de vossa excelência cumprimentar toda a Mesa. Dizer que eu fiz questão de estar aqui porque é um tema e é uma política pública que a meu ver o Brasil precisa tratar diferente. Tem recurso para a saúde, é específico. Tem recurso para educação, é específico. Eu não vejo educação e saúde sem esporte, cultura e lazer. Não vejo educação sem que o esporte seja o complemento, ou seja, parte dessa educação. Então, o Brasil precisa pensar dessa forma. Eu não vejo a Saúde resolver o problema da saúde no Brasil, sem que o esporte seja o instrumento de fortalecimento dessa ação e de fortalecimento do ser humano para evitar a doença. Então, é de suma importância. Então, eu parabenizo, eu adoro, eu sempre... Eu joguei muita bola, Deputado, muita bola. Eu jogava cedo, de tarde e de noite. Então, quando você joga bastante assim... Mas no colégio, na época em que a gente brincava sem estrutura nenhuma, se a gente analisar aquele tempo nosso, dos mais experientes e o de hoje, nós mudamos muito pouco coisa em termo de esporte. Precisamos valorizar muito mais. Então é um tema importante. Eu agradeço e quero poder participar aqui até a hora que eu puder, que eu tenho outra agenda, mas dizer que pode contar com esta Casa e com este Deputado para que a gente possa juntos, fortalecer esse setor e dar, principalmente ao esporte do nosso Estado aquilo que ele merece. Muito obrigado e estou à disposição.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Muito obrigado pela sua permanência aqui na Capital, Deputado, de forma excepcional, justamente para participar do nosso evento. Infelizmente, perdemos então uma estrela galáctica para o futebol, mas ganhamos um exímio Deputado Estadual muito atuante, combativo. Talvez seja muito melhor do que o senhor seria como jogador de futebol.

Gostaria de passar a palavra, agora, para o nosso querido colega, só falta dizer também que era jogador de futebol, só se for goleiro, com essa estatura e o tamanho da mão dele também... Passar a palavra para o nosso amigo, Deputado Adelino Follador.

**O SR. ADELINO FOLLADOR** – Bom dia a todos. Cumprimentar aqui especialmente o nosso colega, o nosso amigo Deputado Léo Moraes, proponente desta Audiência Pública. Também o Deputado Lazinho, companheiro de Comissões, de trabalho aqui nesta Casa, em nome deles cumprimentar todo pessoal aqui da Mesa, já nominados. Vocês aqui presentes parabenizar aqui o Evaldo, que está representando aqui o Genus que foi campeão. Eu quero dizer que também nós fomos campeões do Estado, eu era goleiro e presidente do time ainda, em 78, Ariquemes foi vice-campeão, joguei lá no Rio Grande do Sul, joguei aqui, fui goleiro, para mim naquele tempo, pena que hoje o tempo passa, mas eu sei o quanto é importante principalmente o futebol amador, profissional também é uma consequência do amador. E nós não queremos falar só sobre futebol porque aqui tem representante de todos os esportes, cumprimentar a imprensa também, não conhecia pessoalmente o senhor não, conheço muito pelo rádio, a sua voz é muito conhecida, jornalista Miguel, para nós é um prazer, em nome dele cumprimentar toda a imprensa. Dizer, inclusive hoje, eu fiquei aqui porque eu estou sendo muito cobrado inclusive no interior, para fazer uma audiência pública envolvendo todo o Estado,



eu sei que o Deputado Léo Moraes, talvez centralizou mais a questão aqui de Porto Velho, mas eu acho, em um pedido meu já para fazer uma audiência pública, talvez em Ji-Paraná ou Ariquemes, para tentar juntar os problemas de esporte do Estado todo, principalmente o futebol. Eu estou preocupado com essa situação, aqui está o Secretário da SECEL, possível no próximo ano, nós vamos ter um campeonato estadual com três, quatro clubes; está aqui o Genus, sabe muito bem. Isso é uma vergonha para nós, e todo começo do campeonato, nós já tivemos ano retrasado problema no estádio, ano passado problema no estádio e agora, acho que no próximo ano vai ter de novo pelo o que eu vejo. Aqui em Porto Velho é uma vergonha, só tem um campo, eu fui com Genus lá em Rio Crespo para negociar com o Prefeito, para o futebol de Porto Velho, o Genus fosse jogar lá em Rio Crespo na época antes que liberasse o estádio aqui. Então, eu acho que é uma situação constrangedora, Porto Velho deveria ter mais opções não só estádio aqui em Porto Velho. Então, nós temos que reestudar, o Heitor Costa, eu não sei se foi convidado, ex-deputado Heitor Costa, eu acho que nós temos que chamar todo mundo envolvido no esporte no Estado de Rondônia, ele esteve na comissão, quando eu era Presidente da Comissão de Esportes, ele esteve uma vez e depois não esteve mais. Mas, nós precisamos discutir a situação, Vilhena está falido, Ariquemes está falido, Prefeito deu um nó em todo mundo lá, mandou abrir todos os portões que só ia ter dinheiro público se fosse aberto os portões, abriu os portões e não pagou nada, suspendeu e cancelou o processo e hoje Ariquemes, já tem um CGC bagunçado estavam usando outro CGC de outro clube, agora bagunçou também, então, imagina como está ficando o futebol de Rondônia.

Então, estou muito preocupado, as outras modalidades também, todos têm as suas dificuldades, Deputado Léo, que nós temos que fazer uma discussão com essa situação e talvez chamar, o Secretário de Esporte está aqui, ver o que nós podemos fazer para poder sentar e ver porque ninguém mais se arrisca a contratar jogadores e muitas vezes com seu CPF, sem saber se vai arrecadar lá na frente, sem saber o que ele vai ter. Então, nós estamos muitos preocupados, por isso que eu fiquei aqui, mas, nós vamos sentar com os Deputados aqui, Deputado Lazinho, vê se a gente consegue fazer uma audiência, Deputado Léo, envolvendo a questão dos desportistas do Estado todo para poder fazer uma discussão maior sobre isso. Mas, Porto Velho, eu tenho certeza que hoje, deve sair aqui umas ideias importantes para a gente poder colaborar, e aquilo que estiver no meu alcance, conte comigo, obrigado.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Muito obrigado Deputado Adelino Follador, pela sua participação, pela sua presença, os convites foram enviados às federações, aos representantes das modalidades, é difícil, sempre são os mesmo que comparecem, e sempre são os mesmos que se ausentam, isso chama atenção e logicamente que entristece.

O Presidente da Federação representa a modalidade em todo o Estado, então, eles que deveriam replicar as notícias nas bases e nos municípios. Nós gostaríamos de passar a palavra para uma breve apresentação inicial o Secretário Municipal de Esportes, o Dr. Rafael Claros, logo em seguida todos falarão e eles também com as possíveis soluções que não adianta nós falarmos e também, não ouvirmos na sequência. Então, eles

vão fazer uma breve apresentação do trabalho, e na sequência vão debater com todos que estão aqui presentes. Dr. Rafael fique à vontade.

**O SR. RAFAEL CLAROS** – Muito bom dia a todos. Quero cumprimentar aqui todos os amigos e atletas e demais companheiros e parceiros do esporte de Porto Velho e de Rondônia, em nome do meu amigo pessoal, Deputado Léo Moraes, amigo que na maioria das vezes que pode me ligar, me sacaneia, mas, eu não vou nem dizer o porque, mas é meu amigo e justamente por isso me sacaneia. Mas, quero dizer a todos vocês da importância de estarmos hoje debatendo aqui o esporte para Rondônia. Não igual a excelência, Deputado Léo, eu nunca fui atleta, nunca fui do futebol, da natação, até tentei, até tentei, mas, não tive sucesso, eu preciso deixar isso sempre muito bem claro e espero que esse sucesso meu em relação ao esporte seja hoje como gestor, tenho algumas divergências, algumas reclamações, alguns insucessos a frente da Secretaria, tenho sim, mas acredito que comemoramos diariamente diversos sucessos, diversas aquisições, diversas felicidades a frente desta pasta. Eu tenho a dizer a todos vocês, que não adianta aqui, senhoras e senhores, debatermos o esporte, não adianta falarmos do esporte sem falarmos dos entraves e burocracias que nos são criadas para que a gente possa chegar ao esporte, atender financeiramente ao esporte, não adianta aqui falarmos de falta de recurso ou de excesso de recurso ou de recurso de alguma forma, sem poder fazer com que esse recurso chegue aos atletas. Porque, inclusive contrariando, Deputado, o que o senhor havia falado no início, a nossa Secretaria te recurso, eu não posso negar de que é uma das Secretarias e essa gestão foi a melhor dotada orçamentariamente para recursos para o esporte. Nós tínhamos no início na casa de nove milhões de reais para ser executado nesse ano e ainda temos e ainda temos, mas, a maneira que temos para utilizar desse recurso é que é muito complicado, é muito complexa, porque não há um consentimento, inclusive eu quero ressaltar aqui com muita tristeza, eu percebo que o Ministério Público não está presente, o Tribunal de Contas também não está presente, porque os nossos processos para que a gente possa fomentar o esporte através das subvenções sociais, eles chegam às unidades de fiscalização e infelizmente por histórico ruim, eles já são vistos como problemas e eles são analisados com lupa em que se vislumbra que todo o recurso é destinado ao esporte, cultura, ao lazer é rolo, é suspeito, isso é muito ruim para nós, porque nós, eu tenho certeza que todos nós que estamos aqui hoje, é porque estamos necessariamente comprometidos com esse esporte, porque vivemos esse esporte, porque a gente quer fazer com que esse esporte tanto de base, quanto profissional, ele seja desencadeado de maneira interessante, de maneira consciente, de maneira a mostrar que Rondônia em nível de Brasil, que Porto Velho em nível de Brasil vão sobressair, assim como sobressaíram, nós temos campeões aqui na plateia, nós temos pessoas, nós vamos ter agora no *taekwondo* atletas nas olimpíadas, nós temos o nosso Genus aí disputando o nacional, nós temos natação também disputando o nacional, o Rogério que vai para fora do país e faz um excelente trabalho. Pessoal, nós temos capacidade sim, agora, como fazer ilustres amigos e colegas, simpaticantes pelo esporte; como fazer para

que eu possa destinar esses nove milhões que eu tenho na Prefeitura para entregar ao esporte? Como fazer para chegar ao atleta? É essa a grande dúvida Deputado, é aí que a gente tem que discutir. Por exemplo, é com muita alegria que eu anuncio aqui hoje que nós temos um Edital publicado de trezentos mil reais para as escolinhas e apoio esportivos as entidades através de subvenções sociais. Nunca a Prefeitura de Porto Velho destinou tanto recurso para as entidades e escolinhas. Estamos destinando hoje, hoje não, destinamos na segunda-feira trezentos mil reais para as escolinhas e entidades. Para quê? Para compra de material esportivo de qualidade, porque como gestor é muito complexo, eu comprar um material esportivo de qualidade porque estarei direcionando, é muito complexo eu comprar uma bola de qualidade que seja porque eu estarei direcionando e para evitar esse tipo de situação, porque todos nós temos um nome a zelar, nós iremos permitir que as entidades possam comprar os seus materiais e desenvolver o seu esporte de acordo com a sua modalidade e o seu interesse, porque não há como eu pensar em fomentar o futebol com cem mil reais e fomentar o *taekwondo* com cem mil reais e a natação com mais cem da mesma forma; são modalidades completamente diferentes e eu não posso e aí vem o Rogério e fala: -"Rafael eu preciso comprar uma cadeira que custa trinta mil reais". E como que eu vou entender procedimentalmente que todas as modalidades são idênticas? Não são, cada modalidade tem a sua peculiaridade, e por isso nós precisávamos ter aqui hoje o Tribunal de Contas, para que ele saiba que o esporte é feito e trabalhado por pessoas sérias. E que não existem aqueles indícios de irregularidades, colocados por eles, mas que na verdade eles têm que entender que procedimentalmente falando é impossível cumprir com as exigências deles. No entanto, pessoal esse ano nós vamos contribuir com o esporte com a singela parcela eu acredito, de trezentos mil reais para ser destinado pelo menos para dez entidades. Ano que vem a Prefeitura do município de Porto Velho irá destinar mais de um milhão e duzentos mil reais para as entidades. Já está destinado no nosso orçamento para que a gente possa destinar, serão feitas análises, o nosso edital está proposto de maneira objetiva, as entidades têm que cumprir critérios objetivos para a distribuição desses recursos e terão que prestar contas de maneira objetiva. E a entidade que não tratou desse recurso de maneira séria, infelizmente vai ter que responder e é normal que seja. Agora não adianta só eu penalizar as entidades por não cumprirem com os requisitos técnicos se eu não capacitá-las. Então, Deputado Léo Moraes o que eu venho aqui hoje pedir para o senhor para que a gente possa envolver a Assembleia Legislativa, envolvendo o Governo do Estado de Rondônia e envolvendo também a Prefeitura do Município de Porto Velho, enquanto todas as outras Prefeituras do Estado de Rondônia é que a gente possa também fomentar essas entidades com capacitação. Eu preciso mostrar para a entidade como que ela vai buscar o recurso público, não adianta só eu exigir uma série de documentos que ele não sabe nem como ir buscar os documentos e que ele vai ao contador dele, e o contador dele também não sabe. Eu estou a frente da Gestão do Esporte em Porto Velho há um ano, vou fazer um ano agora no final do mês de outubro, e percebi a excelente intenção dos nossos atletas, dos nossos Presidentes de Entidades, dos nossos representantes do Esporte em buscar

o melhor para o esporte, mas eu não tenho uma uniformização das propostas. Então eu tenho propostas que me vem a Secretaria que são as melhores, de maneira, as melhores intenções, mas a formalidades dessas propostas não me permite com que eu coloque o dinheiro público naquela entidade. Por que me chegou ontem, por exemplo, uma Associação de Ginástica Rítmica me pedindo apoio para fazer um curso de capacitação com as melhores ginastas do Brasil que vai me custar dez mil reais.

Infelizmente eu não tenho como ir lá ao cofre da Prefeitura pegar dez mil reais e falar: contrate. Eu exigi, pedi para aquela Presidente me trouxesse as certidões da associação dela para que a gente pudesse saber como fomentar, e ela falou: "Eu não tenho certidão nenhuma, eu comecei agora". Mas se nós pudermos, Deputado, capacitar essas entidades para que elas possam pleitear o recurso público da maneira correta, para que elas possam fazer as prestações de contas de maneira correta, a coisa muda, aí o esporte engrena. Eu tenho certeza que as dificuldades que nós temos hoje na SEMAS, Secretaria de Esporte de Porto Velho, são as mesmas dificuldades encontradas que nós temos na SEJUCEL, está aqui o Superintendente que entende, sabe que a situação é realmente complexa, está aqui o José Carlos que sabe que a gente tenta fazer o melhor, mas que na verdade a gente não consegue atingir. Por que infelizmente os nossos Tribunais, o nosso Ministério Público não está adequado. Fizemos um evento, o interdistrital do município de Porto Velho em que algum site fez uma denúncia vazia, descabida e o Ministério Público recomendou que suspendesse o pagamento por conta de denúncia descabida de um site. E aí eu tive que ver dois mil atletas decepcionados com o Município de Porto Velho, por que um site com uma denúncia descabida prejudicou todo o andamento, ou seja, dois meses depois agora nós vamos retomar todo o procedimento para que a gente possa realizar o evento e processar e punir aquele *site*, aqueles denunciante que não tinham compromisso com o município de Porto Velho ou o compromisso com o esporte que seja. Agora e o prejuízo que o município teve com isso? E o prejuízo que aquelas 35 empresas envolvidas com aquela situação tiveram, quem vai pagar esse prejuízo? Então senhoras e senhores a gente está aqui hoje para discutir e debater o esporte de Porto Velho e de Rondônia de uma maneira séria, é isso que a gente pede. Debater de maneira séria para que a gente possa criar procedimentos e leis que possam incentivar o esporte através de benefícios tributários a empresas e esses benefícios possam vir ao esporte. É como foi colocado pelo Deputado, de maneira que a educação, a saúde tem recurso próprio destinado, o esporte não tem. Eu sei que é muito difícil, seria uma exigência, uma necessidade de alteração na Constituição e por enquanto e não nos cabe discutir Constituição, mas que pudéssemos pelo menos permitir com que o Estado de Rondônia o município de Porto Velho e demais outros municípios possam ter legislações possíveis de que a gente possa trazer dinheiro do privado para incentivar o esporte de maneira a beneficiar também essas empresas e o esporte de Porto Velho e de Rondônia. Nós temos, como já foi colocado, na prefeitura do município de Porto Velho, diversos recursos para utilizar como subvenções sociais. E essa semana através de uma discussão, fomentada por mim, na Controladoria, nós percebemos que

todos os recursos que a gente está destinando com subvenção social para apoio das entidades estão sendo administradas de maneira equivocada; o que vem sendo usado de maneira equivocada há vinte anos na administração municipal. E aprofundamos o estudo e percebemos e a Controladoria veio a perceber que está de maneira equivocada, ou seja, é a falta de capacitação, mais uma vez, prejudicando não deixando com que a gente venha levar ao Esporte os melhores recursos e os recursos necessários. Para finalizar, eu quero aqui agradecer as palavras do Deputado Lazinho, que colocou que não há Saúde e não há Educação sem o Esporte. E eu não vou só me restringir a Saúde e a Educação, e a Segurança Pública, que nós estamos reformando diversos equipamentos esportivos aqui em Porto Velho com uma principal intenção: é manter o nosso Jovem dentro dos nossos equipamentos esportivos, utilizando os nossos equipamentos esportivos, porque lá fora o crime está buscando os nossos Jovens, está buscando os nossos adolescentes, e estão buscando com muito mais recursos, porque eles não têm burocracia, e eles buscam mesmo e abraçam. Para isso o Município de Porto Velho está aqui para discutir de maneira séria e abraçar os nossos Jovens e nossos Adolescentes, para que a gente possa livrar desses males que tanto assolam a nossa cidade, nosso Estado, o nosso país. Muito obrigado.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)**- Obrigado Secretário Municipal, Rafael Claros, meu amigo especial, mesmo. E dizer que fico feliz que o Município tem aumentado o orçamento destinado ao Esporte, que antes era bem menor. E eu não tenho dúvidas que é possível fazer Convênio entre Município e o Estado, assim como esse Poder, a Assembleia Legislativa, nós temos a Escola do Legislativo com sistema 'S' para capacitá-los, não é tão difícil, é muito simples, com pouquíssimas aulas você consegue capacitá-los. Então, gostaria de fazer essa sugestão do nosso Secretário de mobilizar a fim de capacitar essas entidades, também fazer esse convite ao Secretário de Juventude, Cultura Esporte e Lazer. Talvez seja a parte das menos difíceis seja essa. Então, nós nos colocamos à disposição enquanto Instituição com a Escola do Legislativo a fim de auxiliá-los. Nos provoquem, encaminhem o Ofício, documentos aqui para esse Poder que nós, eu, o Deputado Adelino, Deputado Lazinho, Deputado Saulo, que também é boleiro, interessado no Esporte, Presidente da Comissão de Esportes aqui da Assembleia Legislativa, certamente nós vamos pressionar a fim de promover esse Convênio. Talvez esse seja o menor dos problemas. Nós gostaríamos de passar agora, não sem deixar de comentar, o Secretário, e clamar, suplicar para que dê uma resposta, e de que possamos definitivamente resolver o problema do Estádio Aluizio Ferreira, Secretário. Nós estamos já a pouquíssimos meses da nossa Copa do Brasil, e que provavelmente, um grande Clube de renome nacional, quem sabe nacional virá para cá jogar, se Deus quiser, com o Genus. Mas nós precisamos ter Estádio, e o tempo como diz o outro, o tempo urge, faltam apenas seis meses, é uma contagem regressiva. E não vamos permitir que nós sejamos mais uma vez motivo de chacota, Evaldo. De não ter um Estádio apto a receber um clube para promover um jogo de Futebol, que certamente será divulgado e publicizado para todo o nosso país. Dê uma resposta para todos nós, porque eu há quatro meses, Evaldo, eu até falei para você, eu fui ao senhor Daniel Pereira

que estava à frente dessa atribuição e disse que o montante, os dez milhões já estavam em caixa, já estavam nos cofres, pelo que eu sei da Caixa Econômica, para encaminhar para o Estado, Agora eu já sei que são apenas três milhões, que é uma contrapartida da Copa do Mundo, e que não são mais os dez. O que de fato está acontecendo com o nosso Estádio Aluizio Ferreira e que consiga acolher os nossos amazônidas, os nossos Portovelhenses para assistir o jogo de Futebol da Copa do Brasil, e logicamente para atender a todos os interessados na sequência. Então, Secretário nosso amigo Rodney Paes, com a palavra, fique à vontade. Por gentileza.

**O SR. RODNEY PAES** – Bom dia a todos. Quero cumprimentar e ao mesmo tempo parabenizar o Deputado Léo Moraes por essa iniciativa; Deputado Lazinho, Deputado Follador; e dizer que sou testemunha nesse período que estou à frente da SEJUCEL da preocupação desses três Deputados que aqui estão com o esporte do nosso Estado, o Deputado Lazinho, várias vezes já estive na cidade de Jaru que é a sua base política aonde ele tem preocupação imensa sobre o desporto daquela região; Deputado Follador também nos questionou, já buscou apoio ali na região de Ariquemes e hoje aqui com a iniciativa do Deputado Léo Moraes nós estamos debatendo o esporte em Porto Velho, Estado de Rondônia. Estou à frente da SEJUCEL praticamente há sete meses e realmente tem sido um grande desafio porque nós percebemos que por muitos anos a preocupação com o fortalecimento do desporto, com a institucionalização do esporte em Rondônia não houve avanço e nós temos esse grande desafio, mas Deputado Léo Moraes, eu gostaria neste momento de fazer uma breve apresentação aos Srs. Deputados, aos colegas que aí estão, do Conselho Estadual do Desporto de Rondônia hoje, um Conselho atuante, CONEDEL – Conselho Estadual do Desporto e Lazer e gostaria que os colegas que aqui estão se colocassem de pé para que este Plenário pudesse estar conhecendo. Vou chamar pelo nome, está aqui já à Mesa o Professor José Carlos, que é representante da SEJUCEL no Conselho; Professor Walter Brasil, representando as Federações; Professor Expedito que está lá no Plenário, também faz parte do Conselho; Professor Bernardino, nosso colega também. Professor Marto, também que está ali, gostaria que se colocasse de pé; Professor Célio Borges, Professor Paulo, também da natação; e acho que nós temos um colega também da SEAS, dois ali que gostaria que se colocassem de pé, para que vocês conhecessem, esse é o Conselho Estadual de Desporto e Lazer. Ele se reúne todo o mês nós temos as reuniões acontecendo e esse Conselho, Deputados, tem realmente se preocupado com a institucionalização do Esporte. São profissionais de Educação Física como Vossa Excelência os apresentou conhece quase a todos, preocupados realmente com o andamento e com a institucionalização do esporte e eles fizeram questão de estarem presentes para se apresentar a esta Casa e dizer: olha, o Conselho está preocupado sim e o Conselho já tem tomado algumas atitudes, Deputado, e nesse período que nós estamos à frente nós temos algumas legislações que já foram deliberadas e aprovadas como a criação do Tribunal de Justiça Desportivo do Estado de Rondônia, onde nós temos este Tribunal constituído por advogados conhecedores e especialistas na área da justiça desportiva e o Deputado Léo Moraes que acabou



de se apresentar aqui como ex-atleta conhece o JOER, conhece o JIR, conhece outros campeonatos aqui no Estado e nós somos sabedores que os profissionais que trabalhavam na Comissão de Ética dessas competições eram os próprios profissionais de Educação Física que tinham a responsabilidade de ir para uma Comissão de Ética julgar o próprio colega, Professor de Educação Física por alguma ação, por alguma atitude que ele foi representado. E hoje não. Hoje é um tribunal constituído através de um Decreto do Governador e eles já atuaram nos Jogos Estaduais Especiais e este ano já vão estar no JIR, onde realmente eles compõem durante os jogos esse tribunal, o atleta que às vezes é denunciado que comete algum equívoco, ou própria alguma contravenção ao regulamento, ao regimento, o atleta ou técnico ou o dirigente é convocado por este tribunal e ele tem direito até de defesa, ele tem um defensor durante essa ação. Então, é uma preocupação dessa transparência e é realmente o que Vossas Excelências tem feito aqui nesta Casa pela institucionalização. Então, é uma das primeiras ações que esse Conselho tomou. Outra ação Deputados é a criação de um certificado de regulamentação de todas as federações. Nós temos várias federações no Estado e, infelizmente, nós sabemos que muitas dessas federações ainda são federações com a pastinha debaixo do braço, que ela não tem um certificado, não tem condições de estar recebendo recurso do Estado, não tem condições de estar recebendo apoio do Estado e a gente tem que buscar essa regulamentação, e o Conselho preocupado com isso criou uma normatização, um certificado e a partir de uma data que será deliberada por esse Conselho toda e qualquer federação do Estado de Rondônia só receberá apoio e recurso do Governo do Estado se tiverem certificado e para receber esse certificado ela tem que está com todas as certidões em dias, tem que estar toda regulamentação. Para que nós possamos passar definitivamente pela regulamentação, pela institucionalização do Esporte de Rondônia. Então, essa é a nossa preocupação. Queremos apoiar, queremos fomentar o esporte, mas nós precisamos que essas federações também se evoluam, que elas possam estar crescendo para que elas possam está se organizando. Então, isso aí já é uma Lei. Nós temos hoje o Fundo Estadual do Esporte criado, nós já conseguimos através da SEJUCEL e desse Conselho um CNPJ para que este Fundo realmente a partir do ano que vem e isso já está conversado com o Secretário da SEPOG, da Fazenda do Estado e com a SEFIN, esse Fundo Estadual de Esporte vai passar a ser Unidade Gestora, o que significa isso, Rafael? Quando a gente briga, enquanto Gestor para que nós tenhamos um orçamento, que possamos estar definitivamente investindo dinheiro no esporte, nós temos algumas dificuldades, os Deputados sabem muito bem disso, às vezes o dinheiro é colocado no orçamento para investimento no esporte, mas quando aperta lá na saúde, aperta na educação, infelizmente os nossos gestores vêm, retiram do esporte, retiram da cultura e levam lá para socorrer os problemas da saúde, os problemas da educação, que nós entendemos que realmente é falho e às vezes precisa de apoio, mas o esporte acaba sendo prejudicado. Tornando esse Fundo em uma unidade gestora, Deputado, nós precisamos do apoio desta Casa, nós teremos o dinheiro definitivamente num Fundo que só poderá ser mexido com a deliberação do Conselho. E aí nós teremos a garantia de que o

dinheiro vai ser investido realmente, verdadeiramente no esporte.

Então, é um passo que o Conselho e a SEJUCEL já tomou e a partir do ano que vem, com o apoio da SEPOG, do próprio Governador Confúcio Moura, nós teremos um Fundo Estadual. E olha o investimento, o Deputado Follador estava falando das dificuldades dos municípios, da cidade que ele conhece bem, Ariquemes, da falta de apoio, às vezes, do governo do Estado. Deputados, o encaminhamento é que os municípios também criem o seu Conselho Municipal do Esporte, que lá ele tenha um Fundo Municipal do Esporte, para que assim, nós com um Fundo Estadual do Esporte possamos transferir esses recursos, Fundo a Fundo, que é o encaminhamento que nós já temos na Saúde hoje, que é assim que funciona. O Fundo Nacional de Saúde transfere diretamente ao Fundo Municipal de Saúde sem intervenção de Senadores, de Deputados, de Secretaria...

**O SR. ADELINO FOLLADOR** – Mas a iniciativa tem que ser do Governo. Então é uma proposta que tem que levar para o Governador e o Governador tem que mandar para cá. Porque nós não temos essa autonomia para criar esse Fundo.

**O SR. RODNEY PAES** – Isso. Com certeza. O Fundo já está criado, o Fundo já tem o seu CNPJ. Como nós vamos transformar ele em unidade gestora, deve vir para Casa com o orçamento, previamente já providenciado os valores para o ano. Então nós precisamos no orçamento. Então são alguns encaminhamentos que já estão sendo feitos dentro da SEJUCEL por esse período.

Senhores Deputados e amigos aqui desportistas. O Governo do Estado, a SEJUCEL, criou um programa de atendimento aos municípios com alguns kits, que nós temos ali pedidos diversos de Federações, desculpa, de Associações, de Ligas e até mesmo alguns assessores de Deputados e Vereadores, pedindo apoio para bolas de futebol, rede, para os campeonatos que acontecem. E nós sabemos das dificuldades de alguns municípios da aplicação desse recurso. A Lei Pelé, o Governador Confúcio Moura, há dois anos, encaminhou para os municípios um recurso para ser aplicado no investimento do desporto. Mais de 70% dos municípios do Estado de Rondônia não conseguiram gastar esse recurso ainda. Dois anos, dinheiro na conta. Não conseguem gastar e aplicar o plano que foi designado.

Conhecedor dessa dificuldade, nós criamos um programa dentro da SECEL, o Governador também, através de Decreto, nós estamos comprando agora no mês de outubro, alguns kits, *per capitamente*, pelo tamanho dos municípios, eles vão receber, não vou saber de cor aqui, município por município, uma média de 25, 30 bolas de futebol de campo; 25 a 30 bolas de futebol de salão, bola de voleibol, bola de handebol, desde que o Prefeito, o Secretário de Esporte do Município, autarquia, nos apresente um projeto que atenda, que tenha a necessidade de um atendimento no Estado com criança, com adolescente, que seja de interesse coletivo, de interesse social. O Estado vai sim fornecer esse material. Nós vamos comprar agora no mês de outubro, e eu acredito que até novembro, dezembro nós já tenhamos adquirido esse material para trabalharmos com os municípios. Porque nós sabemos da importância e se nós formos

novamente repassar recurso para o município, pode acontecer igual aconteceu há dois anos, os municípios até agora sem estar recebendo, podendo gastar esse dinheiro.

Eu devo retornar nos questionamentos dos companheiros que aqui estão, para poder prestar alguns esclarecimentos da SEJUCEL, juntamente com as modalidades.

Queremos dizer, senhores Deputados e desportistas, a SEJUCEL não faz esporte; a SEJUCEL é uma instituição governamental que tem a responsabilidade de dar suporte, de dar apoio técnico administrativo para que as Federações, através dos clubes, através das associações; para que os municípios, através das autarquias, das Secretarias, através das autarquias, possam sim organizar os seus campeonatos e fomentar o desporto em cada modalidade.

A partir daí nós temos, junto com as Federações, feito alguns convênios, e nós já temos aqui alguns dados deste ano. A SEJUCEL conseguiu apoio a 12 Federações, no apoio logístico de passagens aéreas para que seus atletas, foram doze federações que foram contempladas com seus atletas, está aqui o Rogério, que já teve apoio da SEJUCEL, já está pleiteando outra viagem e a gente tem apoiado, está aqui o Paulo, da Federação de Natação que já teve atletas que já saíram do Estado, atleta campeã brasileira de natação com apoio da SEJUCEL. Números, o ano passado, o Governo do Estado, gastou duzentos e vinte mil reais com passagens aéreas e até esse momento, nós já gastamos trezentos e noventa e dois mil reais com passagens aéreas. Enviando atletas para fora do Estado, para representar o nosso Estado, isso tem sido muito importante. E nós fizemos já em convênios com dez federações nos seus campeonatos estaduais o valor de trezentos e quarenta e cinco mil reais que o Estado também já colocou nas federações. Então, esses são alguns números para que os senhores possam já está sabendo do quanto a SEJUCEL hoje tem se preocupado com o desporto no Estado de Rondônia. E aquilo que eu disse, e parabeno os Deputados e esta Casa pela iniciativa dessa Audiência Pública, de nós estarmos realmente buscando uma legislação, uma Lei de incentivo Deputado Léo Moraes, uma Lei Estadual de incentivo ao apoio ao esporte, nós sabemos que nós temos uma federal, mas podemos ter uma em nível de Estado, para que nós possamos realmente aproveitar essas empresas que algumas até sonegam e a hora que ela ficar sabendo que o dinheiro que pode está sonegando, ela vai está investindo no esporte que é investir no social, e nós temos consciência disso, que o dinheiro colocado no esporte não deve ser encarado como despesa e sim investimento, porque nós vamos está tirando a criança, o adolescente da ociosidade, nós vamos estar deixando ele longe das drogas e nós vamos estar fomentando o desporto, trabalhando a qualidade de vida da nossa sociedade. Então, o esporte realmente transforma, o esporte é uma grande ferramenta para que nós possamos investir e ajudar a mudar os caminhos da nossa sociedade, claro que nós teríamos alguns números aqui para poder estar apresentando aos senhores, mas esse primeiro apanhado aqui é para dizer: a SEJUCEL tem o hábito de receber a todos, e a todas as reivindicações. O Secretário Municipal foi muito feliz aqui quando disse que às vezes nós somos procurados e somos impedidos de apoiar porque algumas associações não têm os seus certificados até mesmo algumas federações têm dificuldades de poder conveniar

com o Estado e da mesma maneira com o Município. Por isso, nós nos colocamos à disposição, o corpo técnico da SEJUCEL, a nossa parte jurídica para que nós possamos estar legalizando a situação dos senhores para futuramente bem rápido aí, bem próximo, futuro bem próximo, nós possamos estar colocando o recurso. Foi bem lembrado aqui pelos senhores sobre o futebol do Estado de Rondônia, infelizmente, nós temos visto a decadência no número de clubes participando, da falta de apoio, e o Governo do Estado, não está fechando os olhos para isso. Ontem eu recebi uma ligação, Deputado Léo, do Vice-Governador Daniel, nós temos uma reunião para a semana que vem com o Governador Confúcio Moura, e o Vice-Governador Daniel, é um guerreiro e tem se preocupado com isso, nós estamos negociando um plano B, porque infelizmente os senhores sabem muito bem, nós temos uma reforma prevista ali no Estádio Aluizio, mas é recurso do PIDISE, e não está liberado, já tem empresa ganhadora, só falta à ordem de serviço, mas o BNDES, não liberou recurso ainda porque entra num pacote de recurso, de outras empresas de obras, e lá tem também o tal do RIT, que é um problema sério nas nossas construções, e nós nos preocupamos como Vossa Excelência acabou de dizer, o mês de janeiro e fevereiro, já está aí e acreditamos que não. E paralelo a isso, nós estamos trabalhando e o Genus tem nos acompanhado, o Evaldo, de um plano B, o que seria esse plano B? Realmente, nós aproveitarmos aquele Estádio Aluizio, o CREA, está nos entregando um projeto à semana que vem, o CREA com um corpo quatro engenheiros, estiveram ali por um período já avaliando toda a estrutura daquela arquibancada para quatro mil lugares que está interditada hoje, liberada só para setecentas pessoas, e o CREA já apresenta uma proposta de nós recuperarmos aquela arquibancada para quatro mil pessoas, e a gente entra com o Projeto, a SEJUCEL de reforma toda aquela iluminação para que todos os refletores estejam acontecendo, em condições de uso, o gramado, aquela pista de atletismo, Valter é um sonhador, para que nós tenhamos logo, logo a pista oficial, mas infelizmente essa demora nos preocupa, e nós possamos no final de janeiro, termos aí um estádio em condições de receber um grande jogo da Copa do Brasil, e aí buscarmos uma parceria e alocarmos ali uma arquibancada para quatro, seis mil lugares daquele outro lado lá, e aí sim colocarmos dez mil pessoas ali para receber um grande clube. Então, esse é o plano B, que está sendo trabalhado na SEJUCEL, juntamente com a Vice-Governadoria, e nós vamos apresentar para o Governador na semana que vem, seria importante que Vossas Excelências que estão preocupados com isso participem com o Governador, para que nós tenhamos aí condições, não podemos chegar janeiro, e dizer: "olha a obra não foi dada início ainda, e nós não temos um plano B para poder solucionar". Então, nós estamos buscando com a nossa equipe um plano B, para que nós tenhamos um estádio, com as cabines da imprensa reformada, com os vestiários reformados que é o que nós temos, e nós temos que realmente buscar essa solução, não podemos é mandar infelizmente o jogo do Genus para Ariquemes, para Ji-Paraná, que seria uma vergonha para a Capital, uma vergonha para o Estado de Rondônia, é uma decepção para os torcedores do Genus e para nós que gostamos de esporte, que sabemos da importância ...

**O SR. ADELINO FOLLADOR** – Um prejuízo.

**O SR. RODNEY PAES** – Um prejuízo. O Genus vai estar aqui usando a palavra, com certeza vai saber o empenho do Governo do Estado para que o Genus pudesse mandar os seus jogos aqui e poder ser campeão. E da mesma maneira, nós estamos encaminhando com a mesma garra e a vontade para que aconteça aqui, o Evaldo sabe muito bem disso. Senhores Deputados, no primeiro momento é essa a nossa fala enquanto gestor do Estado, dizer que o Governador Confúcio Moura, se preocupa com isso e todos nós sabemos disso, infelizmente a falta do Tribunal de Contas aqui, do Ministério Público aqui, faz com que nós realmente estejamos nessa dificuldade de que uma obra possa acontecer. É um absurdo para poder liberar um RIT, esta aqui o Zé Carlos, quantas vezes foi na Secretaria Municipal de Urbanismo e Transporte, para poder conseguir esse RIT, cada vez que vai, volta com mais solicitações para poder corrigir e infelizmente não se consegue um RIT com facilidade, esse RIT impede que nós possamos estar liberados para poder receber o recurso, é um problema sério essa burocracia e nós estamos impedidos de avançar. O Governador se preocupa com isso, tantas obras paradas, deixando de acontecer e por causa de um documento, de um RIT ou de alguma coisa e aí a gente fica amarrado como gestor. Obrigado, obrigado aos colegas conselheiros do CONEDEL que estão aqui. Senhores Deputados, os senhores conhecem o currículo desse povo aí no esporte e aqui eles estão prestes a se doar, como já tem doado pelo esporte de Rondônia e eu fico feliz de poder está junto com colegas nesse momento ímpar para o Estado de Rondônia, que usa a palavra, a institucionalização do esporte no nosso Estado. Obrigado.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Agradecer o Secretário Rodney, até por ele assumir, ter a humildade de falar das dificuldades impostas e que lamentavelmente nós não vamos ter a obra até o início da Copa do Brasil, infelizmente. Eu lembro também, aproveitar que a Federação de Atletismo está aqui e atletas de atletismos estão aqui, são os mais bem ranqueados da região norte e estão suplicando para que seja deferido, Senhor Rodney, as passagens, o apoio, o suporte para que eles consigam representar o Estado de Rondônia também na região norte, eu gostaria, logicamente, que se puder, tiver viabilidade, o senhor se sensibilizasse também com a causa deles que estão aqui conosco.

**O SR. RODNEY PAES** – De imediato já o pedido de Vossa Excelência, dizer aos atletas que a passagem já está liberada, se eu não me engano já está com o Walter, já? Mas já está liberada e com apoio, deixar bem claro, com apoio desta Casa, os Deputados votaram há 10 dias aqui um remanejamento para que nós pudéssemos estar trabalhando e é importante esse alinhamento, esse alinhamento, Poder Executivo, Poder Legislativo, o órgão gestor para atender a demanda e nós sabemos da importância de vocês terem oportunidade de poderem ir para outros Estados, conhecer a realidade, o nível técnico para que vocês possam melhorar. Obrigado Deputado.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Muito obrigado Senhor Secretário e parabéns, parabéns pela atitude, nós ficamos

muitos felizes. Informar ao Secretário Rafael Claros, que no dia 23 de setembro foi dado recebimento ao Ministério Público, então ele sabe desde o dia 23 e não vieram, lamentável. Assim como o Tribunal de Contas que recebeu na data do dia 23 de setembro e também todas as Secretarias, todas as autoridades e militares, todos os órgãos federais, todas as federações, todos foram convidados, porque nós temos aqui o protocolo para provar que deveriam está aqui e acho que você está coberto de razão, eu te parabeno pela lucidez, é difícil também fazer esporte quando nós temos vários entraves burocráticos de ordem no que diz respeito a fiscalização e controle. O Senhor também tem razão nesse sentido. Bem, os Secretários também vão responder por que logicamente vão aparecer dezenas de questionamentos. Então, agora nós vamos dar a palavra para quem tem interesse e vamos começar, logo em seguida tem o Evaldo para falar. Mas, vamos passar para o Senhor Walter Alves Brasil Filho, que é o Presidente da Federação de Atletismo, também está aqui fazendo parte do nosso evento, abrillantando. Então, fique à vontade, quatro minutos, por gentileza.

**O SR. WALTER ALVES BRASIL FILHO** – Bem, bom dia a todos. Obrigado pela Audiência, é importante, já estive aqui num Voto de Louvor com o Deputado Lázinho da Fetagro. A SEJUCEL, realmente está passando por transformações em razão da Lei 775, de 2014 e que criou o Sistema Estadual de Esporte. Eu sou representante das Federações e poucas federações têm dado entrada com o CRET, que a Procuradoria Geral do Estado já está exigindo e algumas federações vão trabalhar no JIR, aliás, todas as federações vão trabalhar no JIR, mas corre o risco de não receber após o trabalho, se não se cadastrarem em razão disso. Em função disso, eu acho também que a Procuradoria Geral do Estado do Estado deveria estar presente aqui, mas o Superintendente, o José Carlos tem conversado lá com os Procuradores, por que quando existe uma competição oficial tem que ser feita a arbitragem oficial e são as Federações que fazem isso, e é mais uma renda para as Federações terem para poder tocar as suas atividades. No Conselho está se lutando pela regulamentação do artigo 212 que é a Lei de Incentivos Fiscais, a SEPOG e o Conselheiro Orlando Pereira da Silva Junior, que é o auditor fiscal estão no trâmite dessa lei para nós termos isso o mais rápido possível. Foi criado pelo Conselho a Medalha Dr. César Queiroz e também o prêmio Esporte Rondônia. Então as Federações, por favor, comecem agora a pensar em quem que vocês vão indicar para ser escolhido como o melhor atleta de sua modalidade. Pedindo aqui em Audiência Pública, já que eu soube que as passagens forma liberadas, eu ainda não tenho o plano de voo, têm que ter o plano de voo, eu tenho que repassar um recurso financeiro para o treinador Aluizio, por que lá nós só temos o alojamento, a alimentação é por conta. Então eu tenho esse dinheiro reservado, graças a Deus recebi um serviço e eu tenho que passar isso para o Aluizio e mandar o plano de voo senão a Presidência do Maranhão não vai buscá-los lá no aeroporto. Agradeço mais uma vez a SEJUCEL por isso, e a SEJUCEL tem provas mais do que cabais da Federação de Atletismo que eu mando os pedidos bem balizados. Esse foi o maior pedido que eu fiz de passagens, 09 passagens, não sei se saíram todas, mas o número que saiu para mim está ótimo. É ranqueados, os nossos atletas tem um



ranking nacional e nós temos que relacionar esse ranking e eu peço que quem faz a seleção são os treinadores, não é o Presidente, é ele que me entrega os nomes e eu faço o ofício e entrego lá na Secretaria. É assim que eu faço, e não tem jeito, eu não posso fugir disso. Nós estamos lutando lá no Conselho, nobre Deputado, o resgate dos jogos universitários. E nós temos um problema que eu acho que esta Casa deveria, eu falo problema entre aspas que está sendo discutido, é quanto a questão da arbitragem do JOER, que deveria ter sido feito por todas as Federações e não é, é feito por Associações. E a lei Pelé é bem clara, ela diz que os árbitros podem fazer as suas associações, mas, para ele atuar tem que ter a autorização das Federações e normalmente essas associações são feitas por profissionais de Educação Física. E esses profissionais de Educação Física podem ter atletas lá no meio. Ai vem à pergunta? Como é que fica legitimidade desses resultados? Eu recebi, está publicado no site da SEDUC, um tempo de um minuto e trinta nos oitocentos metros. Olha o Rudisha, o recordista mundial, ele tem um e quarenta e um. Então são coisas que vão acontecendo, são erros que não podem ser punidos pela Federação mediante o Tribunal de Justiça. Se um árbitro meu fizer um erro desse a gente pode puni-lo administrativamente e judicialmente através do Tribunal de Justiça. Então gostaríamos que isso fosse resolvido de maneira imediato, para que as Federações tivessem mais um pouquinho de renda nesse sentido. A Federação de Atletismo fez cursos, nós formamos 102 profissionais em cursos, em convênio com a SEDUC, o Expedito é testemunha disso e em convênio com a SECEL em 2013, nenhum está atuando, é que falta aquele sistema municipal de esporte, é que falta os Conselhos Municipais de Esporte certo? Então essa Audiência fica boa por isso, falando de instalações esportivas sem o Ginásio Cláudio Coutinho, as pistas de atletismo, e as quadras que estão lá no Estádio Aluizio Ferreira projetadas o ano que vem, Superintendente, Deputado Léo Moraes, nós vamos deixar de arrecadar acho eu, na casa de dois a três milhões de dólares, se nós tivéssemos essas instalações prontas hoje no mês de outubro, por que? Por que as delegações precisam de aclimações e são 220 países participando, e nós temos uma boa rede hoteleira e o Ginásio Cláudio Coutinho e o Estádio Aluizio Ferreira é perto de tudo. Então pelos meus cálculos acho que nós perderemos, deixamos de ganhar de dois a três milhões. O retorno do JIR é muito bom, 2011, e possivelmente Rondônia no atletismo estará participando da Olimpíada, não com um atleta que é meio complicado isso, muito complicado fazer um atleta olímpico, mas um árbitro se ele passar no curso de 3 a 6 de dezembro, em Recife, ele atuará na Olimpíada que é o Emerson de Souza Matias, que inclusive, se nós não tivermos o caixa, vou recorrer a Superintendência para a emissão dessa passagem, que as outras despesas são por conta do participante do curso. No mais esperamos os questionamentos, tem muita coisa para se falar e já foi falado aqui do Tribunal de Justiça e nós já temos o nosso código disciplinar do Tribunal de Justiça Desportivo. Gostaríamos só de resolver essas pendências, às vezes a gente fala demais e a gente é mal visto, mas, as Federações elas têm que correr atrás dessa sua regulamentação. Muito obrigado a todos.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Muito obrigado, senhor Walter Alves Brasil Filho, pela sua colaboração. Também falar

em relação ao Tribunal de Justiça Desportiva, eu acho que foi um avanço, o Governo tem trabalhado nisso de forma muito acertada. Inclusive, na vanguarda porque não são todos os Estados que já conseguiram avançar nesse sentido. Então, logicamente que a gente tem que dar a César o que é de César, e parabenizar essa iniciativa. Aqui é o 3º ou 4º Estado que implementou o Tribunal de Justiça Desportivo, que lá na frente vai equacionar esse problema que o senhor Walter falou, certamente, porque vai municiar também todos os eventos.

Gostaria de passar a palavra, até por conta do horário que está avançado, e ele quer fazer uso da palavra o quanto antes porque precisa sair. E dizer a todos que eu tenho aqui uma compilação de todas as Leis existentes em vigência no Estado de Rondônia para nós debatermos, o que não falta é Lei, o que falta é implementar, é efetivar, é cobrar, que realmente aconteça. Passar a palavra aqui para o Evaldo nosso eterno Presidente do Genus, para fazer uso da palavra no tempo de quatro minutos. E pedir a todos os colegas que consigamos respeitar esse tempo para que todos possam fazer também uso da palavra, por gentileza. Obrigado.

**O SR. EVALDO SILVA** – Bom dia a todos. Eu cumprimento aqui o Deputado Léo Moraes, Deputado Adelino, Deputado Lazinho da Fetagro; e cumprimento aqui e o meu amigo Alex lá do Triathlon, um grande baluarte, em nome de todos os Desportistas. Eu vou procurar ser sucinto porque a lista que eu tenho aqui é imensa, entendeu? São 25 anos de labuta nessa área esportiva, e eu não sou Técnico, eu sou de ação. E quando o Rafael Claros, meu amigo particular falou aqui das nossas dificuldades burocráticas é isso que me chateia. Porque o artigo 1º da Constituição diz assim: 'toda Lei emana do povo e em nome dele é exercida'. Mas as Leis estão burocratizando, e as Leis não estão deixando as ações chegarem. Nós precisamos, nós precisamos de um debate mais amplo sobre essas nossas normativas, nem todo mundo é bandido. E o esporte está sendo marginalizado. Meu amigo Rodney, a quem eu tenho o maior respeito, porque foi sensível a nossa causa esse ano. Deputado Adelino foi comigo lá em Rio Crespo, porque nós precisávamos de um Estádio no início do ano e o Rodney me chamou e falou assim: "Evaldo, não é justo o Genus jogar de novo no interior". E se nós não tivéssemos uma casa, com certeza nós não teríamos ganhado o Título, porque é muito difícil jogar fora, é muito. O meu amigo Guto que está aqui sabe o quanto é difícil, não é Guto? Fazer esporte. Eu fico até meio que emocionado com essa situação. Sério. Eu encontrei, também, um grande parceiro que é o vice-governador Daniel Pereira, um homem que não está medindo esforços para buscar saídas, soluções. E nós temos várias ações envolvendo. Eu quero só dizer aos senhores, inclusive, é uma satisfação encontrar o João aqui que foi Presidente do Moto, várias ações desenvolvidas ao longo desses 20 anos, e eu estou voltando a Presidência do Genus depois de 03 anos afastado, mas o Genus, gente, não é só Futebol, o Genus é mais que isso, certo? Para vocês terem uma idéia, eu pedi a fala aqui antes do Deputado Lazinho sair que eu queria que ele soubesse. Esse ano dentre todas as ações que o Genus desenvolve, nós promovemos uma competição chamada Super Copa Genus que ela tem 16 anos, 5.000 atletas participam. E sabe o que é inscrição para cada Atleta participar? Limpar a

frente da sua casa, condicionar o lixo e postar nas redes sociais. E eu sei que o Deputado Lazinho, a equipe dele é envolvida com projeto chamado 'Recicla Rondônia', porque o gabinete do vice-governador também está envolvido com isso. E nós, empiricamente, estamos trabalhando isso já há algum tempo. Conscientizando a nossa juventude, a nossa classe social, as nossas camadas esportivas a limparem a frente da sua casa e não esperar só pelo poder público, porque nós sabemos dos entraves, não é Rogério? É complicado demais Deputado, hoje, sinceridade, dá vontade de você chegar em casa parar e dizer: "para que eu vou continuar com isso gente"? Quando nós conseguimos colocar cinco mil pessoas nas finais do Estadual aqui porque conseguimos sensibilizar o Secretário, Daniel Pereira e o dono das arquibancadas a locar aquela arquibancada para nós, eu vi aquele estádio lotado quando se dizia assim: "não tem público". E tem. Tem público. Futebol, o esporte ele gira uma economia maciça, como é que o nosso Estado quer ser um grande Estado da Federação e não desenvolve isso? Como é que o Brasil sedia olimpíada e não investe no esporte? E aqui eu deixo só mais uma ressalva que eu sei que o meu tempo já está se esgotando. Nós temos que ter homens em todos os cantos, gestores com sensibilidade, isso eu encontrei no Daniel Pereira, encontrei nos dois Secretários tanto de Estado o Rafael e o Rodney e estou encontrando aqui com alguns amigos Deputados, como é o caso do Léo, que eu vou até pedir licença para lhe chamar de Léo, o Deputado Adelino sem sombra de dúvida, o Deputado Airtton, certo, pessoas com sensibilidade mesmo, gente, porque é muito complicado quando você chega a uma entidade pública e ele diz assim: - "não é minha competência fazer isso", ou então, "isso aqui não pode". E o que é que pode? Entendeu. O que é que pode? Nós temos que parar tudo.

Nesse mesmo Projeto da Supercopa, hoje Porto Velho nós mapeamos, nós tínhamos 25 campos de futebol periféricos há 16 anos, hoje nós temos 12, dos 12 só funcionavam 4, o resto estava tudo ocioso. Nós iniciamos o evento há um mês e já temos 9 campos em atividade, limpos, e em atividade. Esse final de semana nós teremos 32 jogos na cidade, podem passar em qualquer campo que vocês quiserem e vêem que vai estar lá rodando um jogo de futebol: Jardim Santana, Ronaldo Aragão, Marcos Freire, Poirão do Nacional, 13 de Setembro e aí vai.

Mas eu quero gente que o esporte fomenta e aqui eu faço agora mais um apelo, mais um apelo, nós temos que reeditar o Porto Velho Open, Rafael, nós criamos o Porto Velho Open em 2013 fomentando 14 modalidades esportivas, 10.000 atletas participaram, e de 2013 para cá nós não conseguimos mais por causa dessa "b", bendita ou sei lá o que, burocracia. Eu estou aqui dando minha cara à tapa, mas nós vamos reeditar o Porto Velho Open, nem que seja com condições próprias, por quê? Porque nós sabemos realizar e nós fazemos esporte, todos que estão aqui fazem esporte porque amam essa modalidade, ninguém faz isso por dinheiro, nós fazemos isso por amor mesmo, a modalidade. E eu como sou um atleta frustrado vim para os bastidores. Então gente, é muito séria essa questão. Incentivos fiscais para as empresas e nós vamos levar também essa ideia a nossas esferas maiores, não dá para fomentar futebol profissional tendo carga tributária para microclube como é o nosso iguais a de um Corinthians, de um

flamengo, de um Palmeiras. Nós temos que ter incentivos fiscais, gente, não dá, e isso tem que ser discutido lá em cima, na Câmara Federal e através dos nossos Deputados Estaduais nós podemos chegar lá.

Então, é uma discussão muito ampla e eu gostaria muito de agradecer essa oportunidade e dizer para vocês que nós estamos, enquanto tiver saúde, enquanto tiver vontade e amor a isso nós estaremos trabalhando em prol do esporte geral e o futebol como é o carro chefe vai ajudar todas as outras modalidades podem ter certeza e contem comigo Deputado, obrigado. Obrigado Deputado Adelino, obrigado ao nobre Advogado que está ali, ao Rafael, ao Rodney, ao José Carlos que está aqui, ao meu amigo aqui da comunicação que eu vejo também a sua luta, ouço seu programa todo o dia Miguelzinho. Obrigado.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Obrigado Evaldo, parabéns pelas sábias palavras e vamos tentar viabilizar isso com os Deputados, eu acho que os 24 encaminhando documentação para a bancada de Rondônia certamente nós ganharemos força no que tange a legislação federal. Tem um dado muito interessante que eu gostaria de compartilhar com vocês que a Assessoria me passou, inclusive, o Guto sempre comenta, que é o seguinte, Gonzaga, a cada dólar investido no esporte são quatro dólares que você deixa de investir na Segurança e na Educação. Então mostra que o esporte realmente, ele é importante, ele realmente traz o maior custo benefício do que todas as outras atividades, porém, muitas vezes, Fera, não se enxerga esse dinheiro sendo alocado, sendo aplicado e ali ele vira uma política pública secundária. A cada dólar no esporte são quatro dólares que nós não investimos, isto é, que nós economizamos na gestão pública para a área da saúde e para a área da segurança assim como também da educação. Então, vale a pena a gente refletir a respeito disso.

Passar a palavra para o nosso sempre Deputado Estadual Luiz Gonzaga, para fazer uso da Tribuna, que você conhece muito bem.

**O SR. LUIZ GONZAGA** – Com motivo de honra e alegria cumprimento a todos com bom dia, saúdo também aos componentes da Mesa através do Presidente que conduz os trabalhos, Deputado Léo. Obrigado, viu Deputado. Mas eu trago uma palavra também de solidariedade do Senador Acir, que o gabinete assim me recomendou, que viesse aqui para ouvi-los e também dizer que o Senador, como amante do esporte de um modo geral, tem o carinho e a dedicação que muito tem ajudado ao futebol que é, eu até o considero, o esporte mor do nosso Estado de Rondônia. Também justifico aqui, Deputado Léo, Deputado Adelino e Deputado Lazinho, a ausência do Deputado Airtton Gurgacz. Deixou de estar presente por um compromisso em Ji-Paraná, pela morte de um servidor da empresa, do qual fazem parte a família Gurgacz, estavam no sepultamento desse jovem, na cidade de Ji-Paraná, e pediu que viesse aqui justificar a sua ausência.

Bem, meus amigos, quando eu falei em relação ao futebol, desejo que os demais simpatizantes e praticantes de outras modalidades não se sintam, através destas poucas palavras, esquecidos. Não, eu acredito e pelo o meu tempo de

vida, quando ali em Cacoal nós começamos, ainda na Vila do Incra, jogar bola com meias, feitas através de meias de futebol, eu disse uma vez que as famílias se reuniam para nos assistir e todas elas faziam um cumprimento pessoal da razão do esporte. E essa é uma junção, Rodney, você que é lá de Rolim de Moura, que nos conhece há bastante tempo naquela luta, com o Ribamar, que foi um dos fundadores da Liga de Rolim de Moura quando ali chegamos, e estamos aqui nesta oportunidade e desejaria, Deputado Léo, que estas Audiências também, por motivos que nós sabemos, da não vinda de todos aqueles desportistas e dirigentes do interior para estarem aqui presentes, pelas suas dificuldades que lhes são peculiares, nós conversávamos ali, em rápidas palavras, e eu disse ao Deputado Léo que seria muito importante, Deputado Adelino, levar também para o interior, que houvesse, para que os senhores possam ouvir os reclames, os desejos daquelas pessoas que cada dia mais querem se integrar e muitas vezes não têm essa oportunidade. Portanto, meus parabéns, muito obrigado pela iniciativa e estamos juntos para que possamos cada dia mais fortalecer o esporte do Estado de Rondônia. Obrigado e um bom dia a todos.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Obrigado, nosso amigo Gonzaga. Saiba que temos o gabinete à disposição do senhor. E já fica aqui aquela proposta, Deputado Adelino, de nós, mais do que convidarmos por conta da logística, quem sabe levar uma Audiência Pública para o meio do Estado, a fim de, acho que logicamente facilitar à logística e receber todos os interessados também interior do Estado de Rondônia.

Gostaria de passar a palavra, no tempo ainda de 04 minutos, para o senhor Chiquinho Teixeira. Se ele estiver presente, por favor, Chiquinho. É Radialista do Sistema Rede Verde Vale de Comunicação de Juazeiro do Norte – Ceará.

**O SR. CHIQUINHO TEIXEIRA** - Boa tarde, senhores Deputados aqui presentes, que eu não conheço pessoalmente, mas agora estou conhecendo. E por nome também não conheço, mas é um grande prazer estar aqui nesta Casa, que eu considero minha, porque sou nascido e criado aqui na cidade de Porto Velho – Rondônia, onde nasci na até então maternidade Darci Vargas, ficava aqui próximo, em 1958, aqui na beira do rio Madeira, aqui no Bairro Arigolândia, onde morava nessas casas aqui atrás. E eu, batendo um papo, pela internet, com nosso amigo, eu acho que é o Presidente do Genus, não sei se é o Ednei, Ednei, é você? Evaldo, mas era com Ednei ou era com você? Então, eu como jogador de futebol aqui do Ferroviário, na época, 1974, 1975, 1976, e onde fui embora para o Ceará em 1977, porque meu pai se aposentou pelo, até então, Território Federal de Rondônia, e lá consegui dar seguimento a minha vida de jogador, me tornando jogador profissional de futebol no time do Icasa, até então, era da série B, desceu para C, e agora desceu para D. Então, eu me senti consternado, senhores Deputados e gestores aqui da cidade de Porto Velho, capital de Rondônia, me senti realmente muito triste. Triste pela situação em que se encontra o futebol de Rondônia, o futebol de Rondônia, hoje profissional, que na minha época, quando eu fui embora, era melhor do que hoje como profissional. Lembro-me como se fosse hoje, eu conheço aqui, aquele cidadão ali, se não me falha a memória, é o Fera,

Presidente do Vasco. Eu era juvenil do Ferroviário e assistia aquele cidadão como diretor do Vasco, jogando pelo Vasco e o seu Silva; não sei o que Silva, que estava aqui do lado, inclusive comentou uma partida, que eu vim emprestado pelo Icasa, de Juazeiro para o Ferroviário, o Capitão Nascimento, mandou me buscar na época, e eu fiz o gol do título do Ferroviário contra o Moto Clube, vendo aquele Estádio Aluizio Ferreira lotado, lotado, aquele alambrado não tinha mais gente que coubesse ali, e ver a situação do futebol de Rondônia, que é a mola mestra do esporte no Brasil e no mundo, a situação do Genus, disputando uma Copa do Brasil e sem ter um estádio para mandar os seus jogos.

Então, eu como filho de Rondônia, e acompanhando o Estado de Rondônia, pela internet, tudo que é de notícia, eu vim aqui pedir em nome do povo rondoniense, não sei se vocês eram nascidos, eu sei que me lembro bem do Miguel Silva, com o João Dalmo, com o finado Guedes, na época que eu vim, sai e retornei em 1981, para defender as cores do Ferroviário. Lastimável a situação do futebol de Rondônia, com um time como o Genus, disputando o campeonato brasileiro, e não tem apoio. Se bem que o futebol profissional tem que caminhar com suas próprias pernas. Mas como o futebol de Rondônia é caótico, não existe ajuda dos empresários e realmente a condição financeira, que eu acredito, do Genus, não é viável, como também do futebol cearense, tanto é que o Ceará está na série B e é ariscado cair para série C. Então, eu venho pedir em nome do povo de Rondônia, em nome do povo da minha terra, Porto Velho, que os gestores, os gestores municipais e estaduais, inclusive os que estão lá na Câmara Federal, no Senado Federal, olhem para o esporte de Rondônia, principalmente para o futebol que é a mola mestra, é a mola mestra, é o esporte que arrasta multidões. Eu entrevistei há um mês um radialista aqui em Porto Velho...

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Encerrando Chiquinho, um minuto final aí para você.

**O SR. CHIQUINHO TEIXEIRA** - Então, eu agradeço a oportunidade, eu ainda venho aqui pedir mais um tempo para falar sobre o futebol de Rondônia, e pedir ao povo de Rondônia, principalmente aos gestores que dêem um apoio sincero a esse cidadão do Genus. Meu muito obrigado.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Muito obrigado. Muito interessante o que o senhor falou, contextualizou o futebol do Estado de Rondônia. E nos chama atenção que é uma verdade absoluta, que antigamente o futebol era mais valorizado e tinha mais expressão do que nos dias de hoje aqui no Estado de Rondônia, impressionante.

**O SR. ADELINO FOLLADOR** – Concordo plenamente, Deputado, com as palavras, que na época o esporte tinha mais incentivo, tinha mais participação. O Cláudio Coutinho era lotado, aqui no Estádio também. E não é só aqui não, no interior também, nós tínhamos muito mais, com certeza.

Eu quero aproveitar aqui também para lembrar, o Senador Acir, no futebol, foi muito importante, aliás, a estrutura da Cascavel, porque senão, aí que não tinha nenhum jogo,



campeonato estadual. Quero registrar aqui o Gonzaga, que está apresentando aqui, e com certeza é uma mão muito grande, senão seria impossível esse deslocamento. Obrigado.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Isso aí, isso mesmo. Passar a palavra agora para o nosso amigo, o Félix, mais conhecido como Fera, para fazer uso da palavra, Fera, chega aí, por gentileza. O inoxidável, Fera, nosso colega usou aqui a tribuna agora, diz que viu o Fera jogar, daí você tira como ele é inoxidável.

**O SR. FÉLIX (Fera)** – Eu cumprimento todos os senhores, esse garotão aí, sempre que eu chegava na casa do pai dele, a mãe dele estava balançando na rede, o Leozinho. E aquele baluarte que está de camisa amarela ali, o Evaldo, por ser, eu vou te falar; é um craque, certo Evaldo, era o craque, porque eu conheço o seu trabalho e a sua convivência dentro do Genus, mesmo não tendo aquele apoio total, mas você vai ter, se Deus quiser daqui para frente aquele apoio, porque as autoridades aqui vão reconhecer todo o seu trabalho.

Quero também agradecer também toda essa bancada que está aqui presente, aqui o vice, o irmão do Senador Gurgacz, que é Senador da República, o Acir Gurgacz. Então, está de parabéns o Leozinho porque tomou essa iniciativa, esse futebol tão atrasado que a gente tem aqui, que eu acho que agora vai para frente, porque eu sempre digo para a juventude e para aquele pessoal, aquela moçada jovem; que o futuro do país são vocês, juventude. Agora, entenda e compreenda estude, tem que estudar para chegar onde esse garotão, o Leozinho chegou e vai seguir mais na frente se Deus quiser, que eu conheço o pai dele bem, o Paulo Moraes, do meu partido do PDT, também na época e está a prova que o Senador Acir que tanto trabalha aqui pelo Estado de Rondônia, tantas emendas que ele faz para vir recurso aqui para o Estado de Rondônia.

Eu também quero falar e agradecer todos os senhores que estão presentes e aqueles que estão ali no auditório nos escutando, que o nosso futebol aqui em Rondônia é muito capenga, porque quando existia aqui o amadorismo e o Copão da Amazônia dava de 10x0 hoje no time que disputa hoje com muita dificuldade agora no momento. Mas, fica tranquilo porque sempre existiu autonomia dentro da federação, que não vem trabalhando legal com o esporte aqui do Estado de Rondônia. Mas, tenho certeza, eu não vou me alongar muito tempo não porque, eu cheguei aqui em 61 jogando futebol, eu conheço tudo que passou e o que está passando e o que vem aí presente porque agora com os senhores na frente, tenho certeza Leozinho, que foi uma grande iniciativa que foi tomada nesse momento para o futebol de Rondônia se desenvolver.

Eu peço aqui na frente de todos vocês que estão no auditório, que não adianta hoje você criticar tanto, criticar, criticar e que eu digo assim: o nosso futebol não era para está numa situação que está passando, que podia ter uma intervenção hoje na nossa Federação de Futebol por causa do descuido, do descaso que está acontecendo no nosso futebol de Rondônia. Não vou me alongar muito não porque eu compreendo e sei e fui jogador de futebol, cheguei aqui jogando futebol, graças a Deus, o pessoal tem um grande respeito por mim e eu tenho pelo povo, pelos desportistas de Rondônia e por Rondônia por que cheguei em 61 me considero já filho de

Rondônia, quando cheguei aqui como Território hoje é um Estado, graças a Deus Léo está de parabéns. Muito obrigado por esse momento, por essa oportunidade que vocês me deram.

**O SR. LÉO MOARES (Presidente)** – Quero agradecer de forma especial o Félix, o Fera que é Presidente do Vasco da Gama, mas do que isso, é um líder do seu bairro, ele nos traz demandas para que nós possamos melhorar, inclusive, em dado momento não tivemos apoio e o senhor bem lembra, da Prefeitura para restaurar uma ponte, nós e o senhor por conta, foi lá compramos pregos, compramos alguns acessórios e o senhor refez a ponte de madeira para a comunidade conseguir transitar naquele bairro. Então queria saudar de forma especial o senhor, nutro um carinho muito grande principalmente pelo seu engajamento por Porto Velho e pelo Estado de Rondônia parabéns para o senhor Fera. Gostaria de saudar, cumprimentar a minha querida amiga, também de família super tradicional aqui já fez muito por Porto Velho e ainda vai fazer muito mais, que é a Nazaré que está aqui conosco, é um prazer muito grande tê-la aqui, satisfação enorme, seja sempre bem vinda. Gostaria de pedir aos colegas participantes que apresentem propostas, Paulo, Rogério, o João que é referência também, vai falar do esporte, do futebol para que a gente encaminhe, eu tenho as minhas propostas aqui que eu fiz uma pesquisa, mas que a gente encaminhe e faça um termo de compromisso tanto com a Secretaria Municipal como com a Secretaria Estadual por que problemas, nós sabemos que temos aos montes, nós devemos o quê? Encaminhar as propostas a fim de cobrar, e eu quero ser juntamente com os deputados, esse meio das cobranças, tanto da Prefeitura, como para o Governo do Estado. Gostaria de passar a palavra, pelo avançar do horário para o Dr. Célio Borges, professor e Chefe do Departamento de Educação Física da Unir e membro do Conselho Estadual Esportivo e pedir que se cumpra o tempo de 3 minutos para utilização da palavra, se não a maioria vai acabar não falando.

**O SR. CÉLIO BORGES** – Boa tarde para todos. Eu vou fazer um esforço, Deputado de ser o mais breve possível. Eu gostaria de cumprimentá-lo nessa oportunidade tão relevante, cumprimentá-lo e em seu nome cumprimentar os Deputados desta Casa, as autoridades aqui presentes, os componentes da Mesa e aos que ainda estão aqui, Conselheiros do CONEDEL, gostaria de cumprimentá-los e aos professores aqui presentes, atletas.

Todos nós, penso, que temos uma história e por esse motivo estamos aqui neste momento. Eu cheguei à Rondônia há 35 anos, uma das primeiras atuações minhas foi no JOER aqui na Rui Barbosa onde as tendas debaixo da Castanheira era ali o QG do JOER. Miguel, Carlinhos, Lenilson naquele tempo, nós já ganhamos uns cabelos brancos, atuando no esporte, na Educação Física em Rondônia e me sinto honrado, tenho grande prazer de dizer que naquela época eu fui o fundador, o professor que criamos a Federação de Judô em Rondônia.

E a Federação de Judô, isso me dá um prazer imenso vê o tamanho que está o Judô em particular o Judô em Rondônia. Deputado Léo, nossos cumprimentos a essa iniciativa de promover esta Audiência Pública, e a todos os presentes. O fato de estar aqui tem que além das palavras, significa estarmos nos comprometendo pessoalmente, profissionalmente e

Institucionalmente com o que nos propusemos a vir neste evento hoje. Senhores Secretários aqui presentes, esse comprometimento institucional de gestores vai ser fundamental. Não poderia de deixar de fazer uma reflexão até pelo, como professor, como pesquisador, uma pergunta básica de que esportes nós estamos falando ou discutindo aqui hoje? Eu listei alguma coisa rápida senhor Deputado Léo, Presidente desta Audiência Pública, de que estamos esportes estaremos falando? Escolar? Universitário? Alto Rendimento? Paralímpico? Profissional? De várzea? De aventura? O MotoCross lá de Pimenta Bueno, e não podemos esquecer o divertido Jirico de Alto Paraíso, que também é um esporte. Eu, em alguns momentos, em algumas palestras já fui muito crítico pela ausência da institucionalização de esporte tanto escolar quanto o geral em Rondônia. E isso me motivou a fazer parte do CONEDEL.

CONEDEL hoje, o Estado tem um papel extremamente importante, dessa institucionalização, me parece que agora nós já sabemos dos problemas, e um dos problemas é, nós estamos institucionalizando para estar indicando recursos, mas nós não temos infraestrutura que corresponda à capacidade do Esporte de Rondônia que é muito grande, é muito forte, a miscigenação está no povo de Rondônia forte. E nós temos uma capacidade desportiva muito grande, e com todas as dificuldades nós temos já resultados significativos. E, aí, eu gostaria de caminhar já para o encerramento da minha fala, Deputado, e gostaria de passar as suas mãos, nesse contexto, e aqui ainda tem atletas, tem alunos nossos da Universidade. Hoje como proponente como membro do CONEDEL, estou apresentando o Projeto de Institucionalização dos Jogos Universitários de Rondônia. Nós temos mais de 20 Instituições Universitárias em Rondônia. Nós temos na UNIR 08 unidades, 08 Campis, e o IFRO tem 07, isso significa mais de 30 unidades universitárias. Essa aqui é a proposta para institucionalização, quando sai do JOER os nossos alunos, nossos Atletas, nossos Jovens não tem oportunidade de praticar o esporte. E segundo ponto, Deputado, por favor, sem querer delongar muito, tenho aqui um resumo. Estamos desde 2013 propondo a pista de atletismo para a Universidade Federal de Rondônia, uma pista nível B que ela é internacional, essa pista o Ministério do Esporte está disponibilizando em torno de R\$ 10.000.000,00 e nós não estamos dando conta de trazer, porque ela custa mais do que isso, custa em torno de R\$ 16.000.000,00. E aqui eu quero registrar o apoio que vem sendo dado pelo Professor Walter, Presidente da Federação, especialmente assim assumiu essa bandeira junto comigo, o Secretário Rodney. Eu faço essa referência, nós estamos tentando buscar esse apoio junto ao Governo do Estado, para a diferença que é da infraestrutura para poder trazer, construir essa Pista, Rondônia não tem nenhuma pista oficial. Então esse é um registro que eu gostaria de fazer. Vou passar para o Deputado, isso aqui é um esboço, já está em discussão também com o DER. Então senhores, autoridades, senhores presentes senhoras, e o ex-deputado Luiz Gonzaga, por favor, faça chegar ao Senador esse sonho que é ter um Parque Esportivo na Universidade, nós fizemos reuniões com 08 Instituições para ver a capacidade dessa pista, e isso é um investimento que não é da UNIR para a UNIR. É para o desporto, é para o Atletismo de Rondônia. Bem, Deputado passo as suas mãos, muitíssimo obrigado. E nos colocamos à disposição para continuar nessa discussão.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Muito obrigado. Agradecer ao Professor Célio Borges é justamente isso que nós estamos procurando, solucionar e minorar os problemas, as dificuldades. Essa Pista nível B, não temos nada parecido, não é isso? Nosso Presidente sabe com muita propriedade, e juntamente com o Secretário de Estado, o Rodney, nós vamos ao DER pleitear toda parte do aterro, toda parte estrutural para iniciar essa obra aqui de grande valia para o Estado de Rondônia. Então, muito obrigado, eu acho que é um grande passo que foi dado aqui nessa Audiência Pública. Logicamente que o senhor vai enviar um Ofício também, para que a gente deixe registrado juntamente com esses documentos. Muito obrigado.

Gostaria de passar a palavra ao Domingos Anastácio está aí, o nosso Loló? Loló, 03 minutos para usar a palavra. Membro do Cruzeiro Esporte Clube. E, dizer aqui enquanto o Loló não chega que cerca de 40% das emendas parlamentares que o Deputado tem direito, Rafael, nosso Defensor também e o Presidente, as minhas foram destinadas ao esporte, nós vamos encaminhar lá Fera o CEDEL da Zona Leste, naquela confluência do Marcos Freire, Ulisses Guimarães e Ronaldo Aragão, nós vamos fazer um projeto inovador com pistas de Cooper, com duas quadras de futebol de areia e vôlei de praia e com dois campos de grama sintética, também algo que não existe em Rondônia para que a gente possa interagir e possamos ter cidadania, quem sabe lá também tem um atleta de alta performance, o caminho é esse.

Encaminhamos para as federações que estão aptas a receber também Emenda no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) se não me falha a memória. Então, nós estamos caminhando no que está a nossa altura para auxiliar o esporte do Estado de Rondônia.

Loló, por gentileza, três minutos.

**O SR. DOMINGOS ANASTÁCIO (LOLÓ)** – Sr. Deputado, Srs. Deputados, pela primeira vez na minha vida, pela primeira vez, não é primeira, segunda vez, terceira vez, eu vejo o movimento do esporte, eu vejo de cara a cara dois Secretários Municipal e um do Estado falando coisa com coisa, um diz que tem R\$ 9.000.000,00 (nove milhões) e não sabe desenvolver projetos. Outro disse que vai buscar alternativa junto aos Tribunal de Conta e não vai buscar também; me perdoe meu professor Rodney com todo o respeito, conheço o senhor longas datas, conheço sua história, conheço Claros o filho do ex-vereador, Claros, dizer que não tem como agir? Não tem. Companheiro me perdoe todos os Estados desse país brasileiro tem alternativa de financiamento para o esporte. Como? Que eles buscam o conhecimento e vão buscar. Eu peço ao senhor, não vá longe não, vá em Manaus, vá com o Governador do Amazonas, vá com o Prefeito de Manaus, vá com o Secretario de Esportes de Manaus, vá no Acre, aqui pertinho, que desenvolve o dinheiro que vem do orçamento da União para as Prefeituras, e sabe ser desenvolvido, e sabe dividir porque eu dei exemplo aqui perto, Secretário Rodney, Claros, aqui pertinho, nossa cidade aqui no Acre, cento e cinquenta mil para cada clube o seu Evaldo é testemunha disso, é dividido em três parcelas, de que maneira? Olha, três minutinhos para o Loló é muito pouco. De que maneira é dividido Secretários? Em três parcelas de cinquenta mil e os clubes tem as entidades,

as federações têm suas bases, oficialmente não é base fantasiada, é base legitimamente do clube e é fiscalizada pelo Município, pelo Governo Estadual Municipal, o Clube, a Entidade, qualquer federação que não prestar conta no ano subsequente não recebe um centavo e ela tem que prestar conta e devolver o dinheiro. Secretário, eu queria ser Secretário no seu lugar com esses nove milhões, que eu ia mostrar para o Prefeito Mauro Nazif, eu ia mostrar, Sr. Rodney, para o Governador Confúcio Moura que é o único Estado do País, Rondônia, que não tem verba para o desporto, é uma dificuldade, é não sei o quê, passagem para ali, vamos ver se consigo com empresário, vamos ver se tem performance, não é dessa maneira que se age, vai buscar o conhecimento, agora mesmo eu estive em Brasília falando com o Assessor do Luiz Cláudio, Deputado Federal, ele falou: “é coisa fácil, é só o Parlamentar incluir no Orçamento da União para a Prefeitura, seu Domingos, que vai chegar na Secretaria de Esporte um milhão e meio, vai chegar para a Prefeitura, a Secretaria de Esporte Municipal dois milhões para desenvolver o desporto”. Por quê? Foram buscar conhecimentos, é só pegar a Lei do Projeto, de Lei do Governo Acreano e a Prefeitura como vai fazer e o Executivo vai aprovar, não vai vetar não, o Parlamentar, o Deputado, a Comissão, os Deputados fazem o Projeto de Lei e vai ser direto para o Executivo, vai aprovar dentro da Lei, é a única Capital do País que nós não temos isso, Manaus dá um milhão e meio, Goiânia dá não sei quanto, o Acre dá não sei quanto, Cuiabá dá não sei quanto, Brasília dá não sei quanto e Rondônia, o nosso Estado, a única Capital do País que não tem o direito, às Entidades Federações Especializadas, Clubes Esportivos lutando com pires na mão buscando alternativa. Isso é uma vergonha Deputado. Isso é uma vergonha para o Estado pujante, grande, 52 municípios, um Estado rico, nós temos agora uma pesquisa 10 municípios vai servir de, vai ter a produção de soja porque o Grupo Maggi está invadindo Rondônia, e são os caras que patrocinam União lá de Anápolis, patrocina o Cuiabá e nós aqui, onde é que está à iniciativa das autoridades Deputado Léo? Deputado, isso é uma vergonha para nós.

O Pará recebeu cinco milhões do Sistema Enérgico de Belo Monte e salvou o Clube do Remo da degola, a Federação do Estado do Pará salvou o Clube do Remo, tirou da degola, o Clube do Remo que ele ia perder o estádio de futebol e salvou com um milhão e duzentos e fez o estádio para 30 mil pessoas e construiu ginásios e aqui? Nosso sistema, Deputado, enérgico é muito grande, e nós não conseguimos nada? Cadê os royalties para onde foi parar?

**O SR. LÉO MORAES (PRESIDENTE)** – Loló só encerrando a fala, um minuto para a sua conclusão.

**O SR. DOMINGOS ANASTÁCIO (LOLÓ)** – Quem fez isso Deputado? Para onde foi esse dinheiro? Olha, o futebol acreano, construiu três estádios de futebol, o Aquinão, que é da Federação dos Clubes; reformou o José de Melo, com 250 mil e fez o Arena da Floresta. E aqui? E nós aqui? Agora o Rodney vem com, ‘ah, vamos tentar não sei o que, porque o bi não sei o que, o Banco Internacional está, não pode liberar mais...’. A culpa não é sua. Você está com poucos meses na Secretaria de Esporte. A culpa é de quem estava lá anteriormente. A culpa é dos governantes que passaram por lá. A culpa é das

autoridades que ficaram por lá. Desapareceu dinheiro, Rodney! Desapareceu dinheiro, Rodney! Que você sabe que tem Secretário da Justiça...

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Concluindo, Loló.

**O SR. DOMINGOS ANASTÁCIO (LOLÓ)** – Eu quero concluir, Deputado. Quero parabenizá-lo pela iniciativa e dizer que nós precisamos dar um salto muito alto no futebol de Rondônia, não só no futebol, em todo desporto. Eu, como desportista, como cidadão comum, em nome dos meus amigos, dos meus parceiros, da minha família, eu queria que esta Comissão aqui constituísse uma Comissão de Inquérito Parlamentar para investigar a Federação de Futebol do Estado de Rondônia. Aonde foi parar o dinheiro de 24 anos, a era Ricardo Teixeira? Faço exemplo, como o Romário fez. Chega! Chega! Que nós recebemos por voto 500 mil e esse dinheiro; desapareceu, chefe. Eu não tenho medo de morrer não. Pode ir lá à minha casa, atrás de mim. Pode ir atrás de mim lá. Nós queremos, senhor Evaldo, você que é o seguidor do seu amigo Heitor Costa, nós queremos uma CPI para o futebol rondoniense. Está aí o Romário dando exemplo ao Brasil. Chega! Chega! Chega, Evaldo Silva, chega de tomar café! Chega de tomar café na Federação! Chega! Só isso. E outras Federações estão recebendo recurso e não estão prestando conta também. Federações especializadas, chefe. Ninguém admite mais isso no futebol rondoniense, no desporto do Estado de Rondônia, certo? E saiba gastar o dinheiro, garoto. Você é um cara novo, tem criatividade. Vá lá ao Acre, fale com o Secretário de Esporte, diga como você vai gastar o seu dinheiro e traga para o Prefeito, ‘eu vou gastar dessa maneira’. E o Rodney também, peça para os parlamentares de Brasília, Rodney, incluam para 2016, no orçamento da União, um milhão e duzentos cada um, para o desenvolvimento do desporto. Você não vai mexer com o cofre público, dinheiro público. Você vai mexer com o dinheiro da emenda parlamentar. Peça para o Airton para o Acir, peça para o Valdir, peça para o Luiz Cláudio, peça para todo mundo, a Mariana, sem exceção de cor partidária. Eu estive lá agora, visitei todos os gabinetes e foram taxativos: “queremos o pedido”. Só isso, chefe. Muito obrigado pelo seu trabalho. Que leve essa mensagem, leve essa proposta sua, debater o desporto no centro do Estado de Rondônia, Ji-Paraná.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Obrigado. Parabéns, Loló. Parabenizar a participação do Loló e dizer inclusive que o senhor estava mencionando a respeito dos clubes. Ainda que, aí eu queria fazer o modelo de Santa Catarina, Evaldo, ainda que aqueles clubes sejam tocados como empresa na sua gestão, eles tiveram aporte dos Poderes. Eles tiveram apoio financeiro do Estado de Santa Catarina, ainda têm. Eles ainda têm. Não é à toa que eles chegaram, hoje nós temos 03, 04 na série A e o restante na série B. Isso é, o único que ficou na série B agora, que nós temos o Avaí, nós temos Joinville, Chapecoense e Figueirense. E nós temos o Criciúma na série B. Isso mostra que dá resultado. Dá resultado, mas para iniciar precisa sim do aporte e do apoio do Estado, por exemplo, aqui do nosso Estado de Rondônia.

Outra, para não deixar sem resposta, o Loló comentou a respeito de uma proposição de CPI a título de início de



trabalho. Eu vou encaminhar, sem sombra de dúvidas, um Requerimento, que seja aprovado aqui no nosso plenário, solicitando informações contábil, fiscal, financeira, jurídica, tudo que diz respeito à Federação Rondoniense de Futebol, e daqui em diante, se não for com o apoio de vocês, nós não vamos a lugar algum. Então é bom que vocês trabalhem comigo, eu sozinho não vou trabalhar. Então eu quero o apoio de vocês.

Mas vamos chamar, para fazer uso da palavra, no tempo de 3 minutos, o senhor Paulo Siqueira, Presidente da Federação Aquática de Rondônia. Nosso amigo de longa data, e também saber o que é que ele toma, qual que é esse elixir da juventude, que o Paulo tem a mesma cara, desde quando ele me dava aula de natação, há 25 anos.

**O SR. PAULO SIQUEIRA** – Bom dia a todos. Em nome do Deputado Léo Moraes eu gostaria de cumprimentar toda a Mesa. Gostaria de cumprimentar meus atletas que estão lá no plenário. Três minutos realmente não daria tempo aqui de eu fazer o meu relato, a minha forma que eu vejo de como o esporte de Rondônia, vem se desenvolvendo ou retroagindo nesses últimos 27 anos que moro em Rondônia, e hoje me sinto um cidadão rondoniense. Então, eu gostaria aqui em nome do Rodney, que é o Presidente do CONEDEL, que juntamente com o senhor Deputado Léo Moraes, marcasse um simpósio com os representantes de federações, com os representantes das entidades que aqui deveriam estar, que é o Tribunal de Contas, Justiça e tudo mais, porque não tem como a gente continuar pensando em fazer esporte de maneira empírica e de maneira extremamente amadora. A natação de Rondônia vem se desenvolvendo com um trabalho de base, infelizmente sem recurso, sem estrutura nenhuma, porém, com grandes profissionais que estudaram, que se capacitaram, que sempre procuraram fazer o melhor de si para que a natação de Rondônia, sem dúvida nenhuma, de todos os esportes em nível nacional, que não tem série A, B, C, ou D, existe todos contra todos, sempre vem trazendo bons resultados. Miguel Silva é um dos fundadores da Federação Aquática de Rondônia, que este ano completou 31 anos de fundação. Nós já tivemos tempos áureos também, assim como outros esportes, como o Handebol, o Basquete, o Futsal já tiveram tempos muito melhores do que vivem hoje. Porque hoje nós estamos numa situação que sem recurso, sem condição, não tem como se fazer esporte, gente. A gente agradece o apoio da SECEL, que agora é SEJUCEL, da SEMES, e nos solicitaram, concederam algumas passagens, só que infelizmente, não é só passagem que faz esporte. É difícil, é caro formar um atleta, é treinamento, é uma equipe multidisciplinar, é suplemento, precisa de fisioterapeuta, precisa de nutricionista, precisa de fisiologista, precisa de muita coisa para se formar um atleta de rendimento. E se nós não discutirmos na plenitude o desporto de Rondônia, nós vamos ficar sempre falando da mesma coisa, sempre falando a mesma coisa, sempre andando contra a escada rolante. Então, eu gostaria que nosso amigo Rodney, que eu posso considerar meu amigo, que eu conheço há muito tempo, é uma pessoa extremamente voltada para o esporte, eu agradeço tudo que tem feito. Realmente, este ano, a SECEL tem agido de maneira diferente, como antes não tinha, nos recebe a todo o momento, nunca fechou as portas para nós, então, realmente agradeço muito. Só que eu fico aqui realmente embargado numa situação

que se nós não nos estruturarmos, gente, nós não conseguiremos dar início a nossa condução do esporte. Porque na verdade é início, porque até agora, nós não iniciamos. Obrigado a todos.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Muito obrigado ao Professor Paulo, e nós já vamos encaminhar ao professor, esse simpósio. Já pedi para a Assessoria comunicar ao gabinete, para nós propormos esse simpósio para falar de uma maneira holística, pensar geral para chegar ao local. Eu acho que é importante conforme o senhor falou, e hoje a gente vai se ater a algumas legislações, de modo que a gente possa também evoluir. Muito obrigado pela sua participação. Professor Francisco Matos, se encontra no recinto? Não, Professor Francisco Matos, já foi. Nós agradecemos.

Nosso amigo João Lima, gostaria que fizesse uso da palavra. O João Lima também tem uma história, uma trajetória de vida aí em prol do futebol, em prol do esporte de Rondônia, com certeza vai abrilhantar este evento.

**O SR. JOÃO LIMA** – Bom dia a todos. Parabenizar o Deputado Léo pela iniciativa de promover mais esta Audiência Pública, para tratar do desporto. E como representante do futebol profissional, eu queria aqui, ouvindo atentamente os que me antecederam a palavra aqui, a questão do Loló. O nosso Secretário aqui Rodney, eu acho que ele está no caminho certo, onde fala que se criou o Conselho de Desporto e fortalecer as entidades. Que realmente, a Secretaria não é para fazer o esporte, o futebol, seja qual for, e sim fomentar as entidades. Deu para se perceber que nós não temos aqui representantes das Federações, quantos representantes têm aqui hoje das Federações? Por quê? Porque não tem credibilidade junto ao poder público, eles estão se virando como podem. A nossa Federação, infelizmente, não está aqui. O Loló falou muito correto. Ele criticou o poder público porque não ajuda, mas a nossa Federação é que tem que ir buscar e correr atrás dos recursos. Acre tem a Federação, tem uma arrecadação quase de três milhões de reais, porque ela faz convênios. A nossa Federação aqui, quando faz um convênio, ela devolve parte do dinheiro porque não consegue gastar no futebol. Aí o cara vai dizer que devolveu o dinheiro porque não precisou do dinheiro. Cem mil reais, se devolve vinte mil reais. Isso é o fim da pecada! Tivemos, em 2012, um convênio de cento e noventa e um mil, conseguido junto à Secretaria, na época do Chicão, foi devolvido também por falta, foi cancelado depois de empenhado porque faltava fazer um documento lá justificando o atraso, e o nosso Presidente não se encontrava, ele tinha prazo para devolver o dinheiro, o dinheiro foi devolvido.

Então, Deputado Léo, que está entrando agora, começando agora, nós precisamos criar uma política para o futebol, na área que eu estou, como as outras áreas. Nós não podemos ficar dependendo de cada governante que entra faça o seu tipo de esportes. Nossa Secretaria Municipal, você falou que tinha vinte e poucos campos de futebol aí? Está acabado, tem 8, 9, 10. Tinha 2 anos, ou 3 anos que a Secretaria Municipal não deu apoio as escolinhas. A Secretária quando assumiu a Secretaria, a sua Secretaria lá, ela recolheu todos os professores de educação física que estavam à disposição das escolinhas e fechou as escolinhas, a maioria dos senhores

está sabendo disso aí. Por várias vezes encontrei os treinadores que continuavam com suas escolinhas, indo junto a Secretaria pedindo uma bola, pedindo uma rede e não conseguia, tinham que ir lá na Bolívia comprar bola lá para trazer para os seus jogadores, não foi um e nem dois, é só fazer o levantamento e me parece que agora estão tentando comprar o material para reativar as escolinhas. Nós precisamos, a Secretaria tem que realmente fomentar, a função da Secretaria é fomentar essas entidades, capacitar associações e coisa muito difícil porque tu fica lá, tu faz uma gestão, amanhã tu sai, não é um profissional; mas tem que ter dentro da Secretaria alguém capacitado para dar apoio para essas escolinhas, para dar apoio, lá no seu bairro tem uma associação, você cria uma associação, nós tivemos ali o exemplo do Negão do Sport, em 2011 ele tinha uma escolinha lá, ele mandou 2 jogadores lá da escolinha dele que fez parte do grupo do Moto que disputou o campeonato de 2011. Hoje eu falei o com ele, fechou, não tem mais nada lá, quando eu encontrei lá, vir para cá porque foi cortado e a Secretária lá falou para mim que só pode ter escolinha com um professor de Educação Física. Eu questionei com ela, Secretário; que professor de Educação Física muitos nem sabe jogar futebol, tem que ser alguém que saiba jogar, um ex-jogador de futebol. O quê que a Secretaria precisa fazer? É dar apoio logístico, contratar um professor de Educação Física para que possa fazer a parte física e deixa o jogador, o cara do bairro lá, movimentando aquela criançada, buscando, porque a melhor coisa que você tem é fomentar e trabalhar com a categoria de base. Voltando aqui Deputado Léo, a questão do Estádio, isso aqui é mais do que sabido, o Evaldo sabe que esse estádio hoje não está reformado para 4 mil pessoas, nosso assessor aí do Deputado Acir, por uma questão política, infelizmente o Deputado Follador está aqui, nem o Secretário Luiz Carlos. Quando o Chicão era Secretário, ele conseguiu uma verba da Loteria Esportiva de um milhão e trezentos para fazer a reforma no estádio para 4 mil lugares, eu estava lá, eu cobrei do Secretário na época, era diretor de esporte, o José Carlos, ele me falou, ele chegou a dizer: "olha, não vai sair porque o Secretário de Obras não quer assinar este convênio aqui, porque ele não quer dar moral para o Secretário Chicão e não vai ter estádio". Eu fui lá, estivemos aqui, fizemos uma reunião lá no plenarinho e ele falou a verdade, falou o que tinha acontecido que não ia sair por causa daquilo ali. Fomos lá, o Deputado na época era o Cláudio Carvalho, falar como Secretário de Obras na época lá, ele não deu nenhuma solução, não conseguimos nem pegar o processo, eu tenho um requerimento em mãos lá para pegar o processo, para ver o que poderíamos fazer. Não conseguimos. Então, o estádio hoje não saiu por questões políticas e eu falei para a Secretária na época, a Secretária Mara que ela estava lá, vai acabar o mandato do Governador e esse estádio não vai sair e está se caminhando, Secretário, para acabar o outro e não sair de novo. Se entendendo é isso aí.

Então, Deputado Léo, nós temos que trabalhar, temos Leis aí, se o senhor quiser eu lhe apresento temos que fazer uma política, uma política para que cada ano que chegar que entre governante novo, mude toda política, fazer uma política, principalmente para o futebol profissional, porque o futebol profissional está acabando e se o Vilhena sair, Evaldo, do campeonato, aí eu acho que vai acabar de vez e vai ficar feio

para o nosso grupo lá, Gurgacz, que é o patrocinador de um campeonato que infelizmente é uma vergonha nacional, que tem um campeonato com 05 times, que só dois tiveram condições de disputar, os outros entraram para poder complementar o campeonato. Então, nós precisamos, a questão que o Loló falou ali, é um caso para ser estudado isso aí.

Muito obrigado.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** - Obrigado. Obrigado ao João Lima por engrandecer e abrilhantar e colaborar com o nosso evento. Eu vou abrir a palavra para 2 minutos para os Secretários e depois eu preciso apresentar as leis que talvez seja o mais importante desse nosso encontro, pelo menos antes do nosso Simpósio que foi a proposta do professor Paulo e nós iremos fazer, se tudo der certo, também recorrer à iniciativa privada buscar o apoio. Secretário Rafael Claros se desejar fazer comentar, responder, colaborar nessa etapa final do evento fique a vontade, um tempo de 3 minutos. Então vamos passar a palavra ao Rodney o nosso Superintendente da SEJUCEL.

**O SR. RODNEY PAES** – Obrigado Deputado. Na verdade pessoal é muito importante essa Audiência, mais uma vez parabenizar a iniciativa desta Casa, ao Deputado Léo Moraes e aos outros Deputados, Lolo, as pessoas que estiveram aqui, claro que todos nós temos as nossas lamúrias pelo esporte, que eu sou professor de educação física há 31 anos no Estado de Rondônia, vou contar minha história aqui, eu também já fui goleiro, cadê o Deputado? Já foi embora, também tenho uma historinha no futebol, mas veja assim, gente o que nós pudermos fazer para melhorar não só o futebol, o desporto do Estado de Rondônia, nós estamos na SEJUCEL com essa responsabilidade, o Governador Confúcio Moura nos convidou para isso, não vamos resolver os problemas de 30, 40 anos que foram acumulados. Nós sabemos as dificuldades do Estado, nós sabemos a dificuldade do recurso que não chega, mas como foi lembrado aqui pelo Paulo e por outros que aqui passaram, a SEJUCEL está lá, gente, de portas abertas, faço questão de nem fechar a porta da minha sala para receber a todos. E nós juntos, não só o Rodney, nós juntos. Queria construir junto com o Deputado Léo Moraes, com esta Casa, uma política de Governo, não é a política do Rodney, por que eu vou passar, o Deputado Léo Moraes de repente tem outros pleitos por aí, mas ele também vai passar aqui nesta Casa e nós vamos deixar uma história, deixar um legado, nós queremos isso. Poder deixar: -"olha o Deputado Léo Moraes com aquela Audiência Pública, com outros projetos avançou nesse setor no esporte. O Rodney quando esteve na SEJUCEL pode avançar juntamente com a equipe nesse setor.". E outros vão assumindo as suas responsabilidades e nós vamos conseguir mudar.

Então cada um dando a sua contribuição, me coloco à disposição, sou um apaixonado pelo esporte, gostaria realmente que nós estivéssemos em outra situação, não estamos, mas hoje cabe a nós como gestor poder estar juntamente com vocês, sozinhos não, precisamos da imprensa, e esta aqui o Miguel, está o Guto que foi um grande atleta também, todos imbuídos num objetivo só, gente, nós alcançarmos um GENUS campeão, um atleta campeão na natação, outro campeão para que realmente o desporto de Rondônia alcance. E nós possamos

estar despertando mais ainda no Governador Confúcio Moura, nos outros Deputados, realmente a importância de nós fortalecermos o esporte, me coloco à disposição, não fico constrangido, Loló, entendo a sua lamúria, entendo as suas solicitações, de todos que aqui passaram; o ex-atleta aqui, o Fera, parabenizá-lo por ter vindo aqui estar brigando pelo esporte, já ai aposentado, mas está entendendo a importância do investimento no esporte. E eu me coloco à disposição pessoal, gosto; sou apaixonado e parabéns, Deputado; estou a disposição, sou parceiro.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Muito obrigado Rodney, vamos passar a palavra rapidamente, por uma falha, que na verdade não falou ainda, o nosso triatleta, e paratleta e afins por que na verdade é um guerreiro, Rogério Lima. Para fazer uso da palavra rapidamente Rogério.

**O SR. ROGÉRIO LIMA** – Bom dia a todos. Quero em nome do Deputado Léo Moraes, parabenizar a todos da Mesa presente aqui e todos aqui que estão presente. Na verdade a gente não pode se ater a ficar falando do passado, e a gente tem que se ater a falar do futuro. O futuro é fazer com que o esporte realmente aconteça e para isso a gente precisa de algumas ações básicas. Uma é ter locais para que sejam praticadas essas modalidades; estádio, pista de atletismo, piscina de natação, quadra de vôlei, enfim, todas as modalidades. A gente precisa ter esses espaços, são as questões básicas que a gente precisa resolver por que sem isso não adianta a gente discutir lei, discutir recursos, por que a gente não vai ter locais para poder fazer isso daí. Outra coisa, a gente precisa criar realmente a questão da iniciativa privada, para isso a gente precisa de leis para que incentive as empresas realmente a dar o apoio para atletas, para as Federações para que isso realmente aconteça. Por que sem isso também as empresas não têm a mínima intenção de patrocinar e de apoiar qualquer evento esportivo aqui dentro do Estado sem uma iniciativa, uma contraproposta para eles. Outra coisa a gente precisa também ter alguns critérios com relação aos benefícios dados para todos os atletas, por que hoje geralmente hoje esses benefícios são muitos políticos. Então eu como segundo lugar no ranking nacional às vezes entro com pedido de passagem e às vezes não sou atendido por que outros grupos foram atendidos, lógico, que o interessante era a gente ter recurso para atender todo mundo sem distinção, sem critérios. Mas infelizmente o esporte não tem como viver sem critérios. Então a gente tem que ter políticas para que esses critérios sejam lançados, para que realmente atletas realmente classificados e que tenham condições de estar representando o Estado, de estar trazendo resultado, não é também só atletas que vão representar o Estado e não trazer resultado, a gente tem que ter critérios para que realmente isso aconteça. Então eu acho que o princípio básico é isso daí e claro a gente tem que procurar trazer à tona uma coisa que está sendo discutida há anos e anos aí, é a questão do Bolsa Atleta. Hoje nós temos praticamente em todos os Estados com Bolsa Atleta, tanto Municipal como estadual. Hoje o exemplo para vocês terem uma ideia, o Estado de Manaus, hoje a bolsa Municipal de Manaus é R\$ 5.000,00. Bolsa Municipal. E a gente no Estado de Rondônia, a gente não tem Bolsa de nada. E, aí, quando se pensa em implantar uma Bolsa

Estadual aí você coloca um critério de que o Atleta tem que ter no mínimo ter participado de uma competição nacional. Maravilha para mim, já participei de várias e estou classificado para todas as outras, mas, e os outros Atletas que não participaram de competições nacionais? Que critério é esse? Se é uma Bolsa Estadual, porque um critério de colocar um Atleta tem que ter participado de pelo menos uma etapa nacional? Eu acho que isso é uma das coisas que estão sem colocar no Bolsa Atleta que acho que não convém colocar, porque vai tirar os benefícios que os Atletas poderiam ter para estar custeando as suas suplementações, seus uniformes, que hoje a gente não tem recurso para nada. Então eu acho que era isso. Não quero me ater muito, que tenho outro compromisso para fazer. Obrigado.

**O SR. RODNEY PAES** – Deputado, Questão de Ordem.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Pois não.

**O SR. RODNEY PAES** – Parabenizar o Rogério pelo seu manifesto. Bolsa Atleta, nós estamos com a lei pronta, eu tenho construído essa Lei junto com o Deputado, ele tem-nos cobrado isso. Na verdade aquilo que eu disse na minha fala ali, nós estamos em busca da institucionalização, nós precisamos nos organizar. As passagens, meu querido, as Federações nos procuram e eu concordo plenamente com você. Às vezes chega uma passagem lá de 14, 14 em uma modalidade, não vou entrar em detalhe. Nós vamos criar um critério para atender, nós não podemos mandar Atleta para fazer experiência lá fora, mas não existia isso. O professor Marcos é um estudioso, já está preparando uma legislação baseada até em Santa Catarina se eu não me engano, para que a partir de agora nós estejamos nos organizando. Eu entendo a tua reivindicação, nós estamos brigando para isso. Realmente dar a César o que de César, dar apoio aqueles que merecem. O Governo do Estado não tem dinheiro sobrando para mandar Atleta ficar passeando. Nós temos que mandar Atleta que está ranqueado, Atleta que está em busca de representar o nome do Estado e fazer, realmente, colocar o nome do Estado lá em cima como você tem feito e outros Atletas, a menina da Natação que é Campeã Brasileira. E nós temos condições de fazer isso, então é questão de organizar, só questão de tempo. Obrigado aí por tua presença. E eu só queria pedir, Deputado, uma coisinha que eu tenho visto e que aqui nós tivemos três Presidentes da Federação aqui. Eu li agora a pouco para vocês o recurso que nós colocamos nesse ano nas Federações, R\$ 345.000,00 direto nas Federações para os Eventos das Federações. Nós colocamos quase R\$ 400.000,00 de passagens com as Federações. E Deputado, pasmem! Algumas Federações e alguns Atletas viajam, fazem o evento e sequer falam o nome do Governo do Estado. E, aí, a população fala ai fora: - “o Governo do Estado não ajuda.” Eu gostaria que as Federações tivessem esse reconhecimento também. Município ajuda? E às vezes o Atleta vai e volta e não consegue usar uma fala: - “eu vou agradecer o Governo do Estado.” Porque é importante? Porque a população precisa saber que está tendo ação do Governo, e às vezes a gente se depara, e às vezes até acontece esse evento efetivo hoje acontecendo e não tem o reconhecimento. Obrigado.



**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – É isso aí, muito obrigado, Secretário. Até uma fala do Rogério Lima me chamou atenção, do Bolsa Atleta, que eu já fiz o encaminhamento, inclusive, para o Governo. Tem um colega meu, o Antônio Braga Neto, é lutador de Vale Tudo, e ele foi para o UFC, hoje ele é Atleta do UFC, e nós perdemos ele, inclusive hoje ele carrega a bandeira do Amazonas por regime de contrato, e fala o nome do Governo do Estado por pouca coisa. Quando eu o procurei já através da iniciativa privada Dydyo, Dullim, nós já havíamos conversado já era tarde, ele já estava recebendo uma Bolsa, se eu não me engano de R\$ 10.000,00 por parte do Governo do Estado do Amazonas. Então faz total sentido o que você está falando. Mas isso daqui já está bem encaminhado, logicamente que é o nosso papel, não é dele, de provocar, de procurar. Vamos atrás, vamos nos unir se não nada acontece não, pode ter certeza.

Quero agradecer aos heróis da resistência por estarem aqui até agora, vejo o Alex, nosso Presidente da Federação até esse horário aqui conosco. E, agora, eu gostaria de tratar rapidamente com vocês, rapidamente então a palavra para o Rafael Claros para despedida.

**O SR. RAFAEL CLAROS** – Deputado Léo, eu preciso que além desse Termo de Compromisso que nós estamos hoje assumindo, compromisso público, dessa cobrança desses recursos, destinado ao Esporte, desse Fundo específico. Nós precisamos também fazer um Compromisso Público, Deputado, de efetividade desta nossa discussão. A gente precisa saber, e precisa de uma maneira objetiva, o que será feito, como o professor Paulo sugeriu o simpósio, mas o que será feito efetivamente para que a gente possa incentivar o esporte em Porto Velho e em Rondônia. A gente precisa ter aqui um documento público, eu acredito que de sua autoria, seria o mais lógico, de quais as ações de maneira pontual e objetiva: amanhã vamos fazer o quê? Depois de amanhã o quê? E sistematizar o que será feito para o esporte em Rondônia para que a gente já saia daqui com a pauta definida porque a Secretaria de Esporte do Município de Porto Velho está aqui à disposição, a gente está à disposição para qualquer discussão saudável do jeito que está sendo essa, mas que não seja somente por medidas políticas e medidas politiquieiras então. Que sejam medidas pontuais e objetivas para que a gente possa sair daqui com encaminhamento. Vamos trabalhar hoje assim, amanhã assim, para que no ano que vem a gente possa está com a Política Estadual de Esporte já bem estabelecida e que a gente não tenha isso como discurso eleitoral para o ano que vem e para o ano que vem e para o ano que vem.

Eu preciso que a gente pontue de maneira a transformarmos o esporte em Rondônia, porque o esporte em Rondônia ele vem, vem surgindo, mas esses entraves não nos deixam e a gente tem que, já que o esporte em Rondônia já existe, já sobrevive, já é nacionalmente reconhecido, o esporte de Porto Velho já é nacionalmente reconhecido que possamos aproveitar essa ênfase, esse gás para que a gente possa no ano que vem ter uma política estadual de esporte, municipal de esporte completamente estabelecido. É esse o meu pedido.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Muito obrigado ao nosso Secretário Rafael Claros.

A fim de deliberar eu proponho que nós façamos algo que eu não gosto por ser mais propositivo, Gonzaga, de montar uma Comissão para acompanhamento das ações e que nós possamos ter pelo menos cinco federações presentes, membros da sociedade civil, pessoas da imprensa e um membro de cada pasta, Secretaria Municipal, Secretaria Estadual, a nossa Defensoria também, que tenhamos pelo menos 10 pessoas para acompanhar sistematicamente a evolução de tudo que nós conversamos aqui. Fechado?

Quem aprova permaneça como estão? Deliberado. Até porque essa hora com fome ninguém vai se mexer não é Gonzaga?

Seguinte, agora vamos tratar do que eu penso ser o mais importante para esse evento.

Nós temos aqui um calhamaço de Leis que existem no Estado de Rondônia, a minha equipe, a Assessoria e também agradecer a Assessoria Técnica Legislativa da Assembleia Legislativa, eles vasculharam, investigaram tudo que tem que existe de Lei; de Lei vigente, de Lei que foi sancionada, outra que foi revogada, Gonzaga, e eu vou aqui falar de forma geral para todos vocês:

Lei nº 2.850 de 21 de setembro de 2012, institui a Semana Estadual do Profissional de Educação Física. Ela está em vigência.

Lei nº 285, de 30 de maio de 1990. Essa matéria foi Vetada pelo Governador do Estado e mantida pela Assembleia Legislativa, no Projeto de Lei que disciplina o funcionamento e a fiscalização de academias, clubes e demais locais onde se ensine ou se pratique quaisquer modalidade de luta corporal genericamente denominada Artes Marciais. Vetada. Então, não tem vigência.

**O SR. LUIZ GONZAGA** – Presidente, pela Ordem? O Governador na época era quem que vetou aí, por gentileza?

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Qual?

**O SR. LUIZ GONZAGA** – Esse que Vossa Excelência...

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Essa última Gonzaga?

**O SR. LUIZ GONZAGA** – É, que foi Vetada e a Assembleia derrubou o Veto, quem era?

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Gonzaga, é de 90, tem que pesquisar aqui na internet.

**O SR. LUIZ GONZAGA** – Tudo bem, ok!

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Piana, Osvaldo Piana.

**O SR. LUIZ GONZAGA** – Está. Ok! Só para memorizar.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Não. “Faz saber que a Assembleia Legislativa manteve, e eu Osvaldo Piana, Presidente da Assembleia...” não. Presidente da Assembleia. Gerônimo Santana.

**O SR. LUIZ GONZAGA** – Ok! Ok! Então não gostava de esporte.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Ótimo. Isso mesmo.

Lei Complementar nº 272, de 11 de dezembro de 2002. Regulamenta os artigos 210 e seguintes da Seção IV do Desporto e do Lazer da Constituição do Estado de Rondônia e dá outras providências.

E é exatamente esse que eu gostaria de discutir com vocês, porque seu Miguel, eu já propus algumas Audiências Públicas e eu nunca me submeti a promover uma Audiência Pública, até de repente por remorso, do que eu convivi na Câmara Municipal e não ter o devido encaminhamento, não ter a devida solução dos fatos, por exemplo: Agentes Penitenciários, aprovados e que não foram convocados. Hoje estão lá 360 alunos da Academia dos Agentes Penitenciários e que logo, logo serão inseridos no mercado de trabalho, a fim de resguardar o nosso Sistema Prisional e a nossa Ordem Pública.

Polícia Militar, 440 Policiais Militares, isso diariamente indo nas Secretarias cobrando, indo para a imprensa, para rádio, para televisão, 440 Policiais Militares, agora no dia 05 de outubro a previsão é que se inicie também a formação dos mesmos, 144 Policiais, Delegados, Escrivães, Peritos e outros cargos dos diversos segmentos da Polícia Civil, do mesmo jeito, já foi incluído no Orçamento e agora eles estão em vias de iniciar a academia, inclusive, com a doação de auxílio moradia, que eu abro mão mensalmente e doe para que eles comprem ar condicionado e oitenta mil reais para que também consigam equipar de forma digna aquela Academia de Polícia.

Audiência Pública, também dos moradores dos bairros. Também fomos propositivos, conseguimos solucionar os problemas.

Iremos para União Bandeirantes daqui alguns dias também para a questão da Área do Conti, a regularização fundiária que é um problema sério.

Lei da ACUDA – Associação de Atendimento aos Apenados. Também já estamos agora na fase de conclusão com o acompanhamento do Ministério Público e Tribunal de Justiça.

E agora nós queremos que se pratique essa lei e agradecer porque eu já passei esse documento aqui na Mesa, todos assinaram. Isto é, o representante, que está aqui à Mesa, das Federações já assinou. O Secretário Municipal também já assinou. O nosso Defensor Público do Estado de Rondônia já assinou. Representante da sociedade, seu Miguel, já assinou. Os Deputados, da mesma feita o farão e o Secretário, Superintendente de Cultura, Esporte e Lazer, também assinou. E o que é que diz esse projeto de Lei Complementar? Acompanhem:

“O Estado, Municípios, sempre que adotarem um plano-diretor, o projeto de urbanização, ficam obrigados a reservar áreas para a construção de instalações esportivas que atendam as escalas e as escolas de iniciação esportiva e prática do desporto comunitário. Parágrafo Único – tratando-se de construção de unidades escolares, os projetos deverão prever instalações poliesportivas para a prática desportiva diversificada pelos alunos. Artigo 2º - O Governo do Estado destinará anualmente, no mínimo, 0,75% do seu orçamento para investimento, custeio, implementação e desenvolvimento do desporto e do lazer”.

Até perguntar aqui para o nosso Superintendente, quanto é que foi o orçamento da SEJUCEL para este ano?

**O SR. RODNEY PAES** – Então, um grande problema. Nós tivemos, no início do ano, 12 milhões disponibilizados para o esporte. Quando foi em fevereiro, remanejaram 03 milhões. Quando foi em julho, remanejaram 04 milhões. E quando foi em agosto, contingenciaram mais 02 milhões. Quer dizer, praticamente não sobra nada. Por isso a criação do Fundo, porque quando o dinheiro cair no Fundo, aí nem Deputado e nem Governo.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Observem bem, inclusive no nosso Termo de Compromisso, que aqui está e já foi assinado pelos nossos colegas, diz o seguinte, gostaria que lessem com atenção, se quiserem vou disponibilizar uma cópia para cada:

“Às 10 horas e 20 minutos, do dia 1º de outubro do ano de 2015, reuniram-se em Audiência Pública de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Léo Moraes, com as presenças de: Excelentíssimo Senhor Deputado Lazinho da Fetagro; Excelentíssimo Senhor Deputado Adelino Follador. Senhor Valmir Júnior Rodrigues, representante da Defensoria Pública do Estado de Rondônia; Senhor Rodney Antônio Paes, Secretário Superintendente da Superintendência de Estado da SEJUCEL; Senhor Rafael Claros, Secretário Municipal; Senhor Walter Alves Brasil Filho, Presidente da Federação de Atletismo do Estado. Senhor José Carlos, Gerente de Esportes da SEJUCEL e Senhor Miguel Silva, jornalista.

Após as explicações, o Senhor Deputado Léo Moraes, como representante do povo rondoniense e fiscalizador das ações do Poder Executivo, conforme preceitua artigo 8º, inciso I, artigo 9º, inciso IX, artigos 210, 211 e 214, todos da Constituição Estadual, propôs o compromisso de se cobrar do Poder Executivo o cumprimento dos dispositivos supracitados, bem como da Lei Complementar 272, de 11 de dezembro de 2012, que prevê destinações de 0,75% do orçamento do Estado para o desporto e lazer, a ser incluso na proposta orçamentária para deliberação por esta Casa de Leis, até o final desta Sessão Legislativa. Porto Velho, 1º dia do mês de outubro do ano de 2015. Assinam as respectivas autoridades.”

**O SR. LUIZ GONZAGA** – Pela ordem, Presidente. Eu não sei se seria importante, já que o Deputado Airtton pediu que eu me fizesse representá-lo, constasse em ata, se porventura Vossa Excelência não permita ou coisa parecida, do meu nome pessoal, não tenho nenhuma vaidade, mas o Deputado Airtton faz questão até porque ele é um desportista juramentado.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Ótimo. E peço até licença para aproveitar o gancho, haja vista que o senhor o representa, de que incluísse também o nome do Deputado Saulo Moreira, haja vista que é o Presidente da Comissão de Esportes, até para legitimar ainda mais este ato. Fato concreto, peço ao Departamento Técnico Legislativo que apenas mude essa primeira página e coloque o nome e mantenha a assinatura dos nossos colegas.

E ato contínuo, até para esclarecimento, por exemplo, nosso guerreiro, o Superintendente da SEJUCEL, hoje trabalha com orçamento, no montante geral, de quanto, esse ano, Rodney? Deu 12 milhões, mas o senhor conseguiu alguns remanejamentos, deu quanto o total?

**O SR. RODNEY PAES** – Retiraram aí, vocês viram as contas lá, 03 milhões e depois mais 04 milhões, 07 milhões de 12. Sobraram 05 milhões, mas nesses 05 está incluído manutenção da Secretaria.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Então são 12 milhões de reais?

**O SR. RODNEY PAES** – Aí você depende de um apoio de um Deputado que coloca emenda, igual Vossa Excelência, um recurso federal. Então, a gente precisa alinhar essas ações, não é? Que realmente venha definitivamente, 12 milhões? 12 milhões, nós vamos planejar em cima dos 12 milhões, não podemos e ser arrancados, depois nós não conseguimos nos organizar.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** - É isso que dizer o que Edvaldo? Que de 12 milhões, 0,75%, o nosso orçamento do Estado de Rondônia para o ano de 2015, foi algo em torno de sete bilhões e trezentos, sete bilhões e quinhentos milhões. Eu gostaria, se alguém pudesse fazer o cálculo para mim, de quanto representa 0,75% de sete bilhões e trezentos, sete bilhões e quinhentos?

**O SR. WALTER ALVES BRASIL FILHO** – Segundo o Cristiano, da SEPOG, que faz parte do Conselho, dá 35 milhões. Só que esses 35 milhões, daria sem custeio, sem folha de pagamento, sem nada, seria só para investimento. Nós estamos tentando fazer, por os 0,75% para investimento, tirando o custeio...

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** - Só tem tudo, custeio tudo, 12 milhões? Deu quanto? Dá 35 milhões? Ótimo. Então, como eu sou do Legislativo, o Conselho e o Cristiano que é da SEPOG; está dentro das suas atribuições, é prerrogativa dele, eu não vou de forma alguma me abster de cobrar o que nós firmamos aqui, que esse salto de 12 milhões, para 35 milhões, ele seja realizado sob pena de responsabilidade de todas as autoridades.

Eu agradeço, porque se a gente não tiver o apoio da SEJUCEL, nós não conseguiríamos de forma pacífica e harmônica. Então, talvez o grande passo desse encontro, Valmir, é não se deixar apenas, logicamente, ouvir, ou mais do que isso, orquestrar o Governo do Estado, mas que nós, enquanto legítimos fiscais e legisladores cobremos o que foi assinado aqui através do Termo de Compromisso, que queiram ou não, eles têm que destinar 0.75% para a SEJUCEL, 0.75% algo em torno de 35 milhões, haja vista a defasagem. Por exemplo, Porto Velho, aplica 09 milhões, dá mais, não é? Até porque em cima do ano que vem do orçamento, nós ainda vamos aprovar a peça orçamentária até dezembro, aqui na Assembleia Legislativa. A Secretaria Municipal aplica 09 milhões, como é que a Secretaria Estadual, aí quer que o sujeito faça mágica, Paulo, também. Aí ele tem que se equilibrar mesmo, não tem jeito, não acorda com manteiga, não tem como. Então, nós vamos sair através desse Termo de Compromisso de 12 milhões para, provavelmente, 40 milhões de reais para aplicar no esporte. E certamente, nós vamos atender o que o nosso colega professor da Universidade falou, é o esporte de base, é o esporte da várzea, da periferia, é o esporte de alto rendimento,

é o MotoCross, é o Kart, é o parapente, são todos os esportes que intimamente estão ligados e logicamente sob a égide da Constituição Federal e da Constituição Estadual, deve ser permeado e deve ser guarnecido pelo Governo do Estado de Rondônia.

Então, eu gostaria de encerrar a Sessão, agradecendo a presença de todos, que até o avançado da hora estão aqui conosco, e dizer que nós teremos um coquetel, que seria para ser um *coffee break*, mas talvez vai ser um almoço. E dizer que nós estamos ainda na luta. Teremos o nosso simpósio, se Deus quiser, e que o legado, de repente, maior dessa participação de vocês, tenha sido o debate em si e o encaminhamento do aumento superavitário, esse grande aumento do orçamento para o ano de 2016.

Invocando a proteção de Deus, declaro encerrada a Audiência Pública que tratou sobre o Esporte na nossa Assembleia Legislativa. Muito obrigado e fique com Deus, e aguardamos a todos aqui no salão nobre. Muito obrigado.

**(Encerra-se esta Sessão às 13 horas e 18 minutos)**

**ATA DA 52ª SESSÃO ORDINÁRIA  
DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA  
DA 9ª LEGISLATURA**

Em 07 de Outubro de 2015.

**Presidência dos Srs.**

**EDSON MARTINS - 1º Vice-Presidente**  
**JESUÍNO BOABAID - Deputado**  
**LEBRÃO - 1º Secretário**

**Secretariado pelos Srs.**

**JESUÍNO BOABAID - Deputado**  
**MARCELINO TENÓRIO - Deputado**

(Às 09 hora e 11 minutos é aberta a Sessão.)

**DEPUTADOS PRESENTES:** Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Alex Redano (SD), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PT do B), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jesuíno Boabaid (PT de B), Laerte Gomes (PEN), Lebrão (PTN), Leo Moraes (PTB), Lúcia Tereza (PP), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Ribamar Araújo (PT), Rosângela Donadon (PMDB), Saulo Moreira (PDT).

**DEPUTADOS AUSENTES:** Airtton Gurgacz (PDT), Jean Oliveira (PSDB), Lázinho da Fetagro (PT), Maurão de Carvalho (PP) e Só Na Bença (PMDB).

**O SR. EDSON MARTINS (Presidente)** – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 52ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.



Quero registrar a presença do Vereador Carlos Kleber, que está presente, e todas as pessoas. O Vereador Carlos Kleber, que é lá do Município de Teixeiraópolis, nosso amigo, muito obrigado, Vereador Carlos Kleber, todas as pessoas presentes, obrigado pela presença.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

**O SR. JESUÍNO BOABAI (Secretário *ad hoc*)** – Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

Lida a Ata, Sr. Presidente.

**O SR. EDSON MARTINS (Presidente)** – Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo observação, dou-a por aprovada.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura dos Expedientes recebidos.

**O SR. JESUÍNO BOABAI (Secretário *ad hoc*)** – Procede à leitura dos Expedientes recebidos.

#### EXPEDIENTE RECEBIDO

**01 – Mensagem nº 196/2015 – Poder Executivo**, encaminhando Projeto de Lei que “Dispõe sobre a autorização de repasse de recurso financeiro ao Convênio nº 141/PGE-2014, firmado entre a Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e a Pesquisa do Estado de Rondônia – FAPERO e a Associação de Assistência à Cultura na Amazônia Moacyr Grechi – AASCAM”.

**02 – Mensagem nº 197/2015 – Poder Executivo**, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o montante de R\$ 5.000.000,00, em favor da Unidade Orçamentária Fundo para Infraestrutura de Transporte e Habitação – FITHA”.

**03 – Mensagem nº 198/2015 – Poder Executivo**, encaminhando Projeto de Lei Complementar que “Autoriza o Poder Executivo a proceder à dissolução, liquidação e extinção da Companhia Rondoniense de Gás – RONGÁS”.

**04 – Mensagem nº 199/2015 – Poder Executivo**, encaminhando Projeto de Lei Complementar que “Dispõe sobre a criação de Cargo de Direção Superior na estrutura da Secretaria de Estado da Saúde – SESAU”.

**05 – Mensagem nº 200/2015 – Poder Executivo**, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o montante de R\$ 968.877,43, em favor da Unidade Orçamentária Ministério Público – MP”.

**06 – Mensagem nº 201/2015 – Poder Executivo**, encaminhando Substitutivo ao Projeto de Lei que “Institui o Regulamento de Execução de Medidas para a Erradicação de Búfalos (*bubalus bulalis*) e dá outras providências”.

**07 – Mensagem nº 202/2015 – Poder Executivo**, encaminhando Projeto de Lei que “Institui no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC a Ouvidoria da Segurança Pública”.

**08 – Mensagem nº 203/2015 – Poder Executivo**, encaminhando Projeto de Lei que “Dispõe sobre a Atenção Psicossocial da Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei”.

**09 – Ofício nº 507/2015 – Câmara Municipal de Jarú**, solicitando que os nobres parlamentares intercedam junto à SESAU para providências na solução dos problemas na saúde pública do Município de Jarú.

**10 – Ofício nº 155/2015 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal**, solicitando cedência de espaço para realização de Audiência Pública no dia 22 de outubro, às 14 horas.

Lido o Expediente recebido, Sr. Presidente.

**O SR. EDSON MARTINS (Presidente)** – Lido o Expediente.

Senhoras e Senhores Parlamentares, neste momento transformo esta Sessão em Comissão Geral, nos termos do inciso III do artigo 135 do Regimento Interno, para ouvirmos o Sr. Severino da Costa, Presidente da FUNPAR, com relação a esclarecimento sobre a Arrecadação e Aplicação dos Recursos Públicos, em virtude de denúncia.

Solicito ao Mestre de Cerimônias para dar prosseguimento.

(Às 09 horas e 26 minutos,  
inicia-se a Comissão Geral)

**O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias)** – Senhoras e senhores, bom dia. Transformada em Comissão Geral, convidamos o Sr. Severino da Costa, Presidente da FUNPAR, convocado pelo Excelentíssimo Senhor Deputado Jesuíno Boabaid para prestar esclarecimentos sobre arrecadação e aplicação de recursos públicos em virtude de denúncias de má aplicação.

Convidamos o senhor Severino da Costa a compor aqui a Mesa, ao lado de Suas Excelências os Senhores Deputados. Caso tenha outros assessores, por gentileza, podem entrar também aqui no Plenário.

Senhor Severino da Costa, Presidente da FUNPAR, convocado pelo Excelentíssimo Senhor Deputado Jesuíno Boabaid.

**O SR. EDSON MARTINS (Presidente)** – Neste momento, eu concedo a palavra ao Senhor Severino, o qual eu quero cumprimentar neste momento.

Senhor Severino da Costa, pelo prazo de 20 minutos, para que possa fazer sua explanação. Se for necessário, também poderemos até estender o prazo mais por 20 minutos. O senhor Severino com a palavra.

**O SR. SEVERINO JOSÉ DA COSTA NETO** – Obrigado. Bom dia a todos os senhores Deputados, suas Excelências. Meu nome

é Severino José da Costa Neto. Sou Presidente da Fundação Palácio das Artes de Rondônia. Fui nomeado pelo Governador Confúcio Moura para dirigir aquela Casa de Espetáculos de Cultura. Entramos no início de toda a estruturação da Fundação, a qual ainda não possui a verba própria, estamos ligados à SEJUCEL em todo orçamento e funcionamos com a ajuda também da SEJUCEL, aonde todo o nosso orçamento é proveniente da Secretaria da Juventude, Cultura e Esporte. Não temos acesso a gastos dentro da Fundação. O teatro vem desenvolvendo uma atividade cultural muito intensa, graças a Deus, com grandes espetáculos. Temos um agora, 30 dias consecutivos de espetáculo gratuito a toda a população.

Os espetáculos que são locados dentro do nosso rendimento, dentro da nossa Resolução, o dinheiro é depositado em conta do Banco do Brasil, a qual está vinculada à SECEL, não temos acesso a nenhum débito. A Secretaria de Planejamento do Estado de Rondônia, juntamente com a Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia, está providenciando a documentação para esta Casa de Leis, onde peço a autorização para que sejam usados esses recursos provenientes dessas locações. E no momento, em todos os nossos extratos, só existe crédito. Nós não fazemos e realizamos nenhuma despesa pela Fundação. Fico colocado à disposição de Vossas Excelências para alguma indagação.

**O SR. EDSON MARTINS (Presidente)** – Deputado Jesuíno vai fazer as perguntas, mas antes eu também gostaria de fazer perguntas, que está aberto para esse... Esse recurso é arrecadado no Fundo, no caso, tem uma lei específica, qual é o critério, é uma lei que estabeleceu valores para serem cobrados, é pelo evento, pela dimensão do evento, é por hora, como que são cobrados os valores ali?

**O SR. SEVERINO JOSÉ DA COSTA NETO** – Nós temos a Resolução publicada no Diário Oficial 2575, na página 33, onde é descrito todo o procedimento para locação do Teatro e uso dele, juntamente com a tabela de preços já estabelecida pelo Governo, que através de Resolução, através desse Decreto que estabelece esses valores. Nesses valores não pode haver, nós trabalhamos dentro do que a lei permite, não pode haver nem desconto, nem acréscimo, até que seja mudado em ofício e argumentados esses valores. Esses valores estão dispostos nessa tabela publicada no Diário Oficial.

**O SR. ADELINO FOLLADOR** – Enquanto o Deputado Jesuíno está olhando, eu gostaria, Presidente, de fazer uma pergunta. A minha preocupação, nós sabemos que esse Teatro demorou 09 meses para sair o alvará. Praticamente ficou 09 meses o prédio pronto sem funcionar em função desse alvará da Prefeitura. E nós vimos na imprensa que esse alvará ainda é provisório. E aí vai vencer de novo agora, um ano só de validade. Eu quero saber se já está sendo providenciado, porque se demorar 09 meses de novo para liberar outro alvará, já tem que ter dado entrada já bem lá atrás. Porque senão vai vencer de novo.

Eu gostaria de saber se já estão preocupados nessa questão, nós sabemos que foi uma novela e eu vi o próprio Prefeito falando que aquele alvará é provisório e que agora teria que renovar. Se já está sendo providenciado, em que pé que está?

**O SR. SEVERINO JOSÉ DA COSTA NETO** – Nós recebemos o alvará com a data de validade até janeiro de 2016. E nós já estamos providenciando através de todo processo de licitação para pagar as taxas, que não fomos isentos das taxas, apesar de sermos fundação, o estatuto do Estado não nos permite a isenção das taxas.

Então, já estamos providenciando um processo junto com a SEJUCEL, janeiro de 2016, o novo alvará. Não, nove meses mais não, com certeza não.

**O SR. EDSON MARTINS (Presidente)** – Neste momento, eu vou passar aqui a presidência, a continuação dos trabalhos aqui para o Deputado Jesuíno Boabaid, que é o autor do Requerimento, e cada Deputado depois que tiverem suas dúvidas e quiserem também fazer suas perguntas, algum esclarecimento, com certeza terá a oportunidade.

**O SR. CLEITON ROQUE** – Presidente, aí em seguida vai ser aberto para alguma pergunta, é isso?

**O SR. EDSON MARTINS (Presidente)** – Com certeza, vai ser aberto para todos os Deputados que quiserem fazer a pergunta, o questionamento.

**(Às 9 horas e 36 minutos o senhor Edson Martins, passa a Presidência ao senhor Jesuíno Boabaid).**

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Bom dia, senhor Severino. O intuito aqui desta reunião é para a gente ter ciência como está sendo administrado esse Fundo, tirar as devidas informações, porque a tabela mostra que valores como o teto chegando ao montante de sete mil reais, e aí vem quatro mil, dois mil, quatro mil e quinhentos, e a forma que é feito, se há um tipo de flexibilidade, se há algum tipo de anistia para esses valores, como está sendo realmente administrado. Porque existem denúncias, e aí quem vai poder informar, e a gente tem que se aprofundar, é que há certo tipo, exemplo, foi usada a Maçonaria, vou dar um exemplo da Maçonaria, utilizou, utilizou do local e, salvo engano, não houve, aí eu não entro em méritos, porque a gente tem a documentação propriamente dita, não foi pago nenhum tipo de taxa. Então, eu estou dando um exemplo de denúncias que ocorrem, então, para a gente ter ciência a necessidade de ter documentação, que eu peço ao final desta reunião que o senhor encaminhe as devidas informações, conta bancária, como o senhor colocou tudo isso. Eu vejo o Teatro, existe até denúncia na época da campanha do Governo Confúcio, que o Teatro foi aberto, na época, não era sua gestão, era outra pessoa, como é o nome dela, que foi antes do senhor?

**O SR. SEVERINO JOSÉ DA COSTA NETO** – Era o Luiz.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** - Não antes do senhor, quem administrou o Teatro, foi outra? Foi o Luiz?

**O SR. SEVERINO JOSÉ DA COSTA NETO** – Existia o Luiz, que eu não cheguei a conhecê-lo.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Então, é essa a situação que ocorre. Eu sei que a nossa preocupação é essa, a gente precisa ter esclarecimentos. Porque, exemplo, até esta

Casa, que for solicitado um espaço, vai ter que custear, do jeito que está a documentação, vai ter que custear. Então, são situações que nós precisamos, até o ato que foi feito a publicação não diz como vai ser utilizado o recurso, a administração do recurso, ele fala de uma forma bem sucinta, não tem.

**O SR. SEVERINO JOSÉ DA COSTA NETO** – É só arrecadação.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Só fala da arrecadação, mas não diz como vai ser utilizado esse recurso, são coisas realmente que devem ser esclarecidas. O total hoje arrecadado, o senhor que acompanha o Fundo, tem quanto hoje no Fundo?

**O SR. SEVERINO JOSÉ DA COSTA NETO** – Hoje, está vindo agora para cá, setenta e nove mil, quatrocentos e setenta e cinco reais que foram arrecadados. Existem alguns valores que ainda estão em pendência de pagamento, não foi gasto nada. Só há o depósito, que está encaminhando, como eu falei inicialmente, um projeto através da Secretaria de Planejamento, a Secretaria de Finanças do Estado, vindo para esta Casa, para que seja aprovada a utilização deste recurso, no momento a gente não tem a utilização desse recurso.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Qual o custo hoje de manutenção do Teatro?

**O SR. SEVERINO JOSÉ DA COSTA NETO** – Olha, no último levantamento que estamos tentando fazer, comprovadamente, através de uma parceria com a Santo Antônio Energia, que uma hora de funcionamento do Palácio das Artes, que é o maior, nós chegamos de quinhentos a seiscentos reais por hora, energia ligada. Então, um espetáculo de duas horas, gastaria mil e duzentos reais praticamente de energia.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Mas foi feito de forma oficial?

**O SR. SEVERINO JOSÉ DA COSTA NETO** – Não, nós estamos providenciando oficialmente.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Ainda estão oficializando?

**O SR. SEVERINO JOSÉ DA COSTA NETO** – Nós estamos tentando fazer uma parceria com a Santo Antônio Energia, justamente até mesmo para justificar a tabela de preço. Quanto à flexibilização do preço, está determinado também aí.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – 10% eu vi aqui.

**O SR. SEVERINO JOSÉ DA COSTA NETO** – Não, 10% é quando esse valor ultrapassar os quatro mil e quinhentos, se a bilheteria ultrapassar quatro mil e quinhentos, para os eventos culturais, então, é cobrado os 10%, nunca foi cobrado 10% porque nunca atinge o valor maior do que os quatro mil e quinhentos reais para os artísticos. Está previsto agora para o próximo evento, agora do dia 18, essa arrecadação de 10%.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Uma pergunta: quantos servidores existem? E se são CDS, como é que funciona a administração do Palácio das Artes?

**O SR. SEVERINO JOSÉ DA COSTA NETO** – A administração do Palácio das Artes está funcionando hoje, atualmente, com dois diretores, eu, diretor Presidente e a Gilca Lobo, diretora técnica artística; 4 reeducandos, através de convênio com a SECEL, a vigilância também da SECEL. Praticamente são só dois diretores.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Quantos servidores hoje nós temos na casa lá? Quantos que administram, que estão hoje à disposição dentro do Palácio?

**O SR. SEVERINO JOSÉ DA COSTA NETO** – Sete, entre os reeducandos, eu e a outra diretora.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – São sete pessoas. O custeio dessas pessoas é por parte de quem?

**O SR. SEVERINO JOSÉ DA COSTA NETO** – Por parte do Governo, são dois CDS, o meu e o da diretora artística, a dona Gilca, os 4 reeducando que é através de convênios pagos pela SECEL e cedido um funcionário para servir na função de secretário.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – O valor total desse custo o senhor tem?

**O SR. SEVERINO JOSÉ DA COSTA NETO** – Não, não tenho esse valor total.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Folha de pagamento, o senhor sabe?

**O SR. SEVERINO JOSÉ DA COSTA NETO** – Folha de pagamento nós da direção ainda não recebemos nenhuma...

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – A Fundação, o senhor não recebe nenhum tipo de valor?

**O SR. SEVERINO JOSÉ DA COSTA NETO** – Não recebemos ainda, porque houve uma mudança administrativa e a Fundação ficou de fora, então nós ainda não recebemos. Está previsto o nosso primeiro pagamento, da diretoria, agora para esse mês.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – É de forma solidária então, todos que estão lá, estão por amor então?

**O SR. SEVERINO JOSÉ DA COSTA NETO** – Estamos aguardando o...

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Mas qual seria o valor estipulado para cada um? Uma média salarial, só para a gente ter uma base.

**O SR. SEVERINO JOSÉ DA COSTA NETO** – É, vai ser avaliado pelo CDS, a Presidência ficou CDS 11, e a diretoria CDS 8, a diretora artística.



**O SR. JESUÍNO BOABIAD (Presidente)** – A minha pergunta, o senhor é diretor? Presidente diretor, como é que é?

**O SR. SEVERINO JOSÉ DA COSTA NETO** – Diretor Presidente.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – É Diretor Presidente, é porque a gente tem que ter custo/benefício do teatro. Vou dar um exemplo, lá em Manaus existe um elefante branco, que é a construção daquele estádio, aquela Arena Amazonas lá, salvo engano, ele tem um custo mensal de quinhentos mil reais aproximadamente só de manutenção, já tem um déficit de cinco milhões. E nós sabemos aqui que todo momento o Governo, seja de âmbito federal ou estadual, ele faz a informação que ele presta, que esta passando por crise, contenção de gastos, redução de gastos, um exemplo o teatro, a gente sabe que em Rondônia, Porto Velho nunca teve um teatro, é algo que não tem cultura, na verdade Porto Velho, Rondônia não tem cultura, não tem incentivo de nada. E o que nós estamos aqui não é, é uma denúncia, que fique claro, não é nada contra a pessoa, nem conhecia o senhor, nem tenho. Então, qualquer um pode sofrer uma denúncia, são essas situações, desse dinheiro, desse recurso, que para mim agora até causou, é muito pouco, Deputado Adelino, setenta e seis mil reais. Quantos meses têm?

**O SR. SEVERINO JOSÉ DA COSTA NETO** – Seis meses do alvará para cá, seis meses.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – É um valor muito... Quantas vezes foi utilizado o teatro? Vocês têm que mandar isso aí, tudo isso tem que ter ciência para a gente ter informação de quantas vezes foram utilizados, os valores que foram cobrados, porque eu tinha uma ideia que tivesse no cofre uns quinhentos mil reais guardados, pelos valores que são cobrados aqui, a exemplo, se for utilizado todo final de semana, quinta, sexta...

**O SR. FABIANO BARROS** – Eu queria só informar que o teatro, como o Deputado falou, ele passou nove meses para ser tirado o alvará, e sem esse alvará a gente não podia fazer nenhum tipo de cobrança. As cobranças só foram feitas a partir desse alvará, que não faz muito tempo, faz o que, cinco meses que ele saiu. E toda a programação que aconteceu lá foi feito o pagamento devido e o que acontece? A SEJUCEL, ela é responsável juntamente com a FUNPAR da administração desse espaço que é direcionado para apresentações artísticas pela sua própria origem em seu regimento. E estamos tomando providências até para deixar toda essa questão financeira mais clara.

Nós tivemos uma reunião agora com a SEFIN, há umas três semanas, e qual é a intenção da FUNPAR? É transformar todo esse repasse financeiro através de um DARE. Então, o que acontece? Todo mundo que fizer a locação desse espaço, vai lá na internet, imprime lá o boleto e automaticamente o recurso vai cair na conta do Governo e para ser administrado esse recurso vai passar por todo tipo de processos legais que são necessários.

Eu queria deixar ciente que esse espaço, ele é um espaço novo para o Estado, para a Capital. A administração ela está

fazendo de tudo para conseguir estruturar tanto tecnicamente, por que todos sabem que tecnicamente é precária a questão da capacitação de um técnico de som, um técnico de luz, as pessoas que manuseiam as varas. A gente também está pensando essa questão da capacitação junto alguns parceiros com o Sistema S, que já se disponibilizaram a ajudar nessa capacitação, toda a parte de estrutura, de servidores e funcionários está descrito no próprio Regimento onde cria o teatro, esse regimento ele foi criado pelo Conselho Estadual de Políticas Culturais, não foi nada construído dentro da Secretaria, e esse Regimento também foi criado juntamente com a sociedade. Foi publicado, e a gente segue à risca todo esse Regimento. Essa questão estrutural de CDS de servidores, a gente está em uma conversa também junto com as Secretarias responsáveis em liberação de CDS, o que existe lá, são três, são duas Diretorias e a Presidência à frente, o grupo de reeducandos que faz todo esse trabalho técnico que eu falei, existe toda a questão também da Segurança que é custeada pela Secretaria, e a questão de alguns servidores cedidos, que é a serviço da SEJUCEL, que alguns fazem parte do quadro efetivo do Governo, cedidos por outras Secretarias que também acompanham e também toda vez que se loca o Teatro, é obrigado que esse locatário, que esse grupo traga a sua equipe técnica também.

Então, para esclarecer, a gente está falando de um espaço novo que estamos nos esforçando para tentar regulamentar da melhor forma possível, que ele atenda a comunidade, a comunidade artística, e ele tenha claramente todos os seus recursos bem aplicados. Essa questão do levantamento também, a gente só vai poder ter de uma forma clara, Deputado, no final do ano, onde a gente faz de 12 meses quanto custa mensalmente toda questão de manutenção desse espaço, porque, na verdade, a gente tem o hiato de janeiro a março, ou é abril. A gente tem um hiato que a gente não consegue ter com clareza, com certeza quanto custa a administração.

Na entrada do Presidente, a gente agora consegue fazer um levantamento porque o teatro começou a ter uso, aí entra a questão de energia, água, pessoal e até dezembro a gente consegue mandar para os órgãos pertinentes os relatórios de quanto custa tudo isso. E junto desse relatório, todo financeiro de entrada e saída de recursos, com seus devidos contratos, Presidente, todos têm contrato, com seus devidos contratos e o uso desse espaço. E eu só queria enfatizar, eu escuto muito as pessoas falando que nós não temos cultura, nós não temos cultura, nós não temos cultura. Nós temos cultura. O que está faltando para essa cultura é um aparato por parte de todos os setores, tanto na Lei como na aplicação do recurso. É como no entendimento de que a cultura é memória e a gente tem que valorizar a memória, porque assim, o que seria de nossa cultura sem a nossa memória. E a SEJUCEL, junto com a FUNPAR, está se empenhando em parceria com alguns Deputados que vêm nos visitando, que vêm entendendo o trabalho de cultura no Estado e por mais que seja um trabalho antigo, ele ainda é pouco compreendido por vários órgãos e por várias instituições. Então é isso.

**O SR. ADELINO FOLLADOR** – Presidente, só para fazer uma observação. É ligada, vocês são ligados à SECEL? SEJUCEL?

Na realidade, tinha que ser chamado a SEJUCEL também para estar representada aqui. Então, eu acho que deveria ter uma Lei já, deveria ter mandado para esta Casa para a gente discutir uma Lei, tinha que ter uma Fundação com autonomia para poder gerenciar, eu acho que o dinheiro que entra é para a manutenção. Porque se for fazer uma licitação para trocar uma lâmpada, tem que fazer uma licitação para fazer uma manutenção lá no Teatro, a burocracia é muito grande. E eu acho também que nós temos que criar alguns critérios para que quando seja uma cultura regional, que seja uma coisa local, que não seja cobrado a mesma coisa, ou até isento para incentivar. Agora, é claro que quando cobra tem que ter bilheteria, tem arrecadação, concordo que seja cobrado, mas quando está ocioso, eu vejo várias vezes que o Teatro fica ocioso, que não tem ninguém que pleiteia, se a comunidade tiver algum evento eu acho que deveria ter isenção para poder incentivar, não sei, mas dentro dessa Fundação, dentro dessa Lei que eu acho que o Governo tem que mandar urgente aqui para a Assembleia para a gente analisar, para fazer uma coisa definitiva, para que vocês tenham amparo legal e que tem que ser através de uma fundação. Eu não vejo outro caminho para facilitar, tem que criar um fundo e através desse fundo vocês terem autonomia para gerenciar.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Só um momento, vou passar a palavra ao Mestre de Cerimônias para registrar a presença.

**O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias)** – Registrar a presença da senhora Sandra Moraes, mãe do Deputado Léo Moraes. A senhora Sandra Moraes foi Vereadora, Presidente da Câmara Municipal de Porto Velho. O Deputado está aqui com suas tias que vieram prestigiar a Sessão na Assembleia Legislativa, senhora Arlene Barreto, Ângela Barreto, Ana Moraes e Cristina Moraes.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Vou passar a palavra ao Deputado Cleiton.

**O SR. CLEITON ROQUE** – Cumprimentar o senhor Severino Costa, Presidente da FUNPAR, responsável pela administração do Palácio das Artes. Vou-me apresentar, sou o Deputado Cleiton Roque, sou do PSB, ocupo aqui a função de Vice-Líder do Governo na Casa. Vou fazer uma pergunta para o senhor.

**O SR. SEVERINO JOSÉ DA COSTA NETO** – Pois não.

**O SR. CLEITON ROQUE** – Nesse Regimento, o Regimento se tornou essa Resolução, foi publicada, é isso?

**O SR. SEVERINO JOSÉ DA COSTA NETO** – Resolução publicada.

**O SR. CLEITON ROQUE** – Esse é o Regimento da Casa. Certo. Disciplina alguma questão relacionada a evento gospel? Eu quero fazer aí em cima outra situação. Foi feito algum pedido de realização de evento gospel lá e gostaria de saber qual foi a posição do senhor como Administrador do Palácio das Artes sobre esse pedido, se houve esse pedido?

**O SR. SEVERINO JOSÉ DA COSTA NETO** – Prazer, Sr. Deputado. Em resposta a Vossa Excelência, o que existe de Resolução contra não a gospel, mas o artigo 4º que nos veta, movimentos religiosos, políticos e partidários. Quanto à questão gospel, já é reconhecidamente como cultura, é reconhecidamente como cultura e no momento que nos procurarem dentro de toda legalidade será atendido o seu pedido, o pedido do grupo.

**O SR. CLEITON ROQUE** – Porque eu lhe perguntei isso aí. Vossa Senhoria sabe que nós vivemos num Estado laico.

**O SR. SEVERINO JOSÉ DA COSTA NETO** – Um Estado laico.

**O SR. CLEITON ROQUE** – Eu, particularmente, sou um amante da MPB, eu ouço desde Roberto Carlos, enfim, sou também, mas também sou evangélico, no meu carro, por exemplo, se andar comigo uma hora o que toca lá é música evangélica e assim, eu recebi diversas reclamações por parte de pessoas evangélicas, lideranças evangélicas de que eles têm uma dificuldade muito grande de relacionamento com a direção do Palácio das Artes, por exemplo, quando chegaram foi mencionado e eu não vou citar o nome aqui, mas eu vou lhe falar, que quando chega um pedido de utilização, lá tem que ser mandado quais são as canções que vão ser cantadas e vocês antes fazem um pente fino na letra da melodia, eu vejo que isso torna-se desnecessário, até porque a pessoa solicita o agendamento antes e quem vai lá é justamente quem quer ir, ninguém é obrigado a ir, e a partir do momento que está sendo respeitado um critério, não pode ser impedido da gente utilizar um bem público que foi construído com o dinheiro público e a gente fechar as portas para um segmento importante demais para o nosso Estado, inclusive nós vamos estar aprofundando o debate sobre isso, o conhecimento sobre isso, porque para a gente construir uma estrutura daquela e ela não ter a utilização devida, o atendimento é a cultura, sim, mas a música gospel para mim é cultura, eu me sinto representado ali.

Então, eu até quero requerer de Vossa Excelência a cópia, se possível, de todos os pedidos que foram feitos lá na Fundação agora, desde o início da administração, quais foram os eventos que ocorreram lá nesse período e quais foram as solicitações que foram negadas pela direção e de preferência eu quero solicitar por escrito de Vossa Excelência todos os regulamentos que vocês se baseiam no processo de tomar decisão nessa questão.

**O SR. SEVERINO JOSÉ DA COSTA NETO** – Em resposta a Vossa Excelência, quando entra uma solicitação através de Ofício, ela é encaminhada todas as quintas-feiras à tarde à Comissão de Pauta, que é quem delibera sobre essa questão da análise, inclusive do próprio Regimento, a análise do pedido do evento através da programação que deva vir acompanhada do Ofício, e essa Comissão é formada pela sociedade civil organizada, pelo Conselho de Cultura do Estado, são três membros indicados e onde eles analisam o teor da programação e se está dentro dos critérios até mesmo para que a gente trabalhe seguro e baseado dentro do nosso Regimento.

E quanto à questão de levantamento, eu faço tranquilamente e envio a Vossa Excelência.

**O SR. LÉO MORAES** – Sr. Presidente da Sessão, Deputado Jesuíno Boabaid, se me permite também cumprimentar o Presidente Severino, da Fundação, desejar sorte e sorte e sucesso e que faça um belo trabalho, afinal nós estamos há 20 anos pleiteando, lutando para que esse Teatro ele seja útil e ele atenda toda a população do Estado de Rondônia. Só gostaria de fazer uma observação e também pedir o mesmo documento que o senhor encaminhar ao Deputado Cleiton Roque, na verdade que estenda aos outros 23 gabinetes, eu também faço questão de receber, até para nós avaliarmos quais são os critérios objetivos na condução da tomada de decisão, que eu acho que essa é a grande discussão aqui, que nós estamos tendo nesse momento, eu acho que é importante, é salutar, inclusive, Deputado Jesuíno, convites dessa magnitude, eles sejam feitos dentro da Sessão Ordinária, que nós consigamos fazer essa Comissão Geral para que todos os Deputados acompanhem. Isso é muito bacana e que isso agora vire praxe nesta Casa de Leis. E parabenizar o senhor que veio disposto a esclarecer e mais do que isso, bem fazer as suas atividades laborais, que prioritariamente é atender a toda a população do Estado de Rondônia, de forma indistinta, seja ela qual for o credo, a cor, a classe social, etnia, o senhor tem que atender a todos. E, logicamente, com critérios objetivos, vai avaliar de forma muito cristalina a condução do seu trabalho. Então, conte conosco, desde que nos passe todas essas informações. Parabéns.

**O SR. SEVERINO JOSÉ DA COSTA NETO** – Eu agradeço. Muito obrigado e realmente vim a esta Casa prestar esclarecimentos e dizer a que viemos, o que estamos fazendo e prestar contas é uma obrigação nossa. Lidamos com verbas públicas, com dinheiro público e que estamos no trabalho tentando atender esse anseio, essa vontade reprimida de cultura do nosso Estado, foram 20 anos e estamos atendendo. E eu me lembrei de responder a Vossa Excelência, quanto aos pequenos grupos que nos procuram. No nosso Estatuto fala que a gente cobra o valor mínimo, mínimo de quinhentos reais, que ele pode dar inclusive material de limpeza e alguma coisa para que a gente possa atender. Eu tenho feito isso com os grupos locais, os grupos que têm nos procurado, inclusive da Orquestra, a Orquestra foi simbólico o valor, porque é um evento aberto ao público, sem cobrança de ingresso. Nós vimos a grandeza do evento, então nós optamos, dentro do Regimento, pelo valor mínimo. Eles se apresentaram dois dias, pagando o valor mínimo de mil reais, que está comprovado no depósito aqui.

**O SR. CLEITON ROQUE** – Presidente, eu vou...

**O SR. JESUÍNO BOBABAID (Presidente)** – Porque ele quer se manifestar. Ele pediu a palavra, o senhor pode falar. Até para lhe responder, Deputado Cleiton.

**O SR. FABIANO BARROS** – Só para aproveitar a fala do Deputado, essa questão da religião e o uso do Teatro pela questão gospel. Infelizmente, ainda no Brasil, há pouca falta de atendimento sobre o sentido de cultura. A gente tem esse sentido de cultura, é muito amplo. Quando a gente trata de um espaço, e isso é descrito no Regulamento do Teatro, a gente tem que entender o conceito de cultura de massa, cultura regional, cultura religiosa.

Então, a gospel, ela nada mais é que mais uma parte dessa cultura religiosa. É porque a gente escuta muito falar que dizem '*não para o gospel*', essa coisa toda. A gente tem, na lei, dizendo que cultura gospel é cultura, e é gênero musical, a gente, na verdade, tem a cultura gospel como gênero musical e, em momento nenhum, em espaço nenhum isso é proibido no Brasil. Só que esses eventos gospel, eles têm que vir totalmente preenchidos de arte e cultura. A lei não permite que esses eventos não sejam realizados pela igreja, está na lei que qualquer evento gospel pode acontecer em qualquer órgão público, a não ser se ele seja realizado pela igreja. Se ele for realizado pela igreja, não pode. Qualquer ação de louvor ou de algo que aproxime de uma ação que pode ser dentro da igreja, também não é interessante que tenham. E quando a gente fala da questão da religião, é impossível desvincular ela da cultura, Deputado, porque nós temos história, não é? Na História, o Aleijadinho, que vem de uma cultura sacra, nós temos as culturas afro-descendentes, de terreiro, música, danças, tudo isso. Então, eu acredito que o Regimento não exclui, essa Comissão não exclui. E o que a gente está procurando é adequar. Só que a gente tem que começar a ter um maior entendimento dessas culturas. Aí eu concordo com o caro Deputado, de ter um debate maior e a gente da Secretaria de Cultura se propõe a vir aqui falar e discutir sobre cultura. Principalmente cultura de memória, cultura regional, cultura de massa, cultura gastronômica, enfim, a gente tem uma imensidão de coisas para entender. Às vezes a gente erra por falta de entendimento da coisa.

Então, eu acredito que o esclarecimento e a aproximação desses conceitos deixa todo mundo à vontade de construir seu espetáculo gospel, o seu espetáculo afro, seu espetáculo budista, enfim, mas que tragam para ele a cultura que essa religião tem intrínseca, que isso é demonstrado através das artes. É só um ponto de um pouco de entendimento e é muito pouco isso para que esse espaço realmente vire democrático para todo tipo de gente, todo tipo de cor, todo tipo de religião. É isso.

**O SR. CLEITON ROQUE** – Presidente, Deputado Jesuíno, eu concordo com o que o senhor Fabiano aqui colocou. Agora, fazer apologia à maconha, não. Não tem nada a ver com cultura e não poderia. Então...

**O SR. FABIANO BARROS** – Aliás, apologia a nada, não é?

**O SR. CLEITON ROQUE** – É. Aí você, por exemplo, você permitir um espetáculo que trata esse tema de drogas, como uma coisa natural, eu vejo que é você utilizar um espaço público muitas vezes para você disseminar o mal, quem sabe o que a droga promove na vida de um ser humano. Então, assim, viu, Fabiano, eu só acho, o que está acontecendo? Houve um endurecimento muito forte por parte da administração relacionada a esse tema quando o assunto é religião e a própria música gospel, houve um endurecimento e houve um afrouxamento para determinadas outras áreas, outros segmentos. Então, é somente isso que nós precisamos esclarecer melhor. Então, assim, não entendo de maneira alguma, nem o senhor, nem o Severino, como retaliação de nossa parte, mas aqui, se eu estou falando isso é porque eu fui provocado para falar isso,



vieram pessoas aqui na Casa e reclamaram para o Deputado Jesuíno, reclamaram para outros Deputados aqui da Casa sobre essa situação.

Então, o que nós queremos fazer? Queremos que aquela instituição, que aquele aparelho público esteja à disposição de toda a sociedade, que contemple essa diversificação cultural que tem, e também respeito a individualidade, a própria liberdade de cada cidadão se expressar, até porque nós vivemos em um Estado laico, não é verdade? Então, assim, você pode, é permitido lá, por exemplo, um espetáculo musical com letras de apologia satânica e outras coisas, você está entendendo? Porque me falaram que a pessoa fez o requerimento lá, pediram a letra das melodias, mandaram as melodias gospel e foi vetado por parte da administração. Então, assim, temos que ser igual para todos, até porque precisamos reconhecer que o segmento cristão no Estado de Rondônia ele é considerável, hoje, nós somos o segundo Estado do país com maior número de cristãos, enfim. Então, é preciso ser respeitado.

**O SR. FABIANO BARROS** – Eu, só queria completar a sua fala, Deputado, porque o que acontece na arte? Vamos falar de arte, um pouco de arte. Essa questão de apologia, isso é um pensamento particular, eu acredito que ela não pode ser feita em lugar nenhum. Apologia, na ditadura, quando tivemos a ditadura no Brasil, a gente sabe que tivemos censores que assistiam ensaios de espetáculos e começavam a cortar e desenhar o espetáculo de forma que eles quisessem para ser apresentada. A ditadura fazia isso. Hoje, nós temos mundialmente a liberdade de expressão, então, quando a gente falar de uma obra artística, e isso eu generalizo a pintura, o teatro, a música e todas as outras artes, a gente tem que entender que todo objeto artístico ele é o pensamento de um artista e ele é livre, e nem sempre ele está fazendo apologia. Eu posso citar, por exemplo, o *Guernica*, do Picasso, vocês conhecem o quadro *Guernica*, que é uma reprodução do bombardeio que *Guernica* sofreu, e o Picasso, ele pintou esse bombardeio e foi expor lá no salão de Nova Iorque. Automaticamente, as pessoas criticaram porque ele estava pintando a morte, pintando a desgraça, pintando tudo isso, depois começou a entender a força política e social que aquele quadro tinha.

Então, a gente tem que ter muito cuidado quando for falar de uma obra de arte, porque os artistas, eles estão protegidos pela liberdade de expressão e quando ele coloca algum assunto para ser discutido ou colocar algum assunto em voga, a gente tem que ter muita clareza para não cometer o erro de dizer que é apologia ou não. Apologia, eu acredito, é quando a gente incita, a gente influencia, e a gente cria grupos para começar a discutir sobre esse específico assunto ou defender. Então, assim, eu acredito que apologia nenhuma é interessante, mas, ao mesmo tempo, nós temos que ter o máximo de noção sobre liberdade de expressão e de obras artísticas. Obras artísticas elas fazem parte da cultura, como a dança faz, enfim, como a gastronomia faz. Então, existe esse pensamento amplo que a gente tem que começar a entender para a gente conseguir desenhar uma plataforma melhor de uso para toda a comunidade que seja cristã, enfim, de todo tipo de comunidade para esse espaço. Sem cometer esse erro de achar que é apologia ou não, aquele é um espaço para a

arte, o Teatro é um espaço para a arte, eu acho que todos nós temos contato com a arte deste de criança, um simples cantar. Uma música de ninar da mãe da gente é uma arte, eu acho que a gente já começa pegar isso de berço, e a gente tem que respeitar que a arte é diversificada. A minha arte, a minha concepção de cultura e de mundo é diferente da sua, como é diferente dos haitianos, que hoje são pessoas que frequentam aqui, se a gente for se deparar com algumas coisas da cultura deles, a gente talvez se assuste, a gente talvez julgue errado, mas é a cultura deles, é a arte deles.

Então, eu acredito que esse espaço tem que ser mais discutido, tem que trazer mais gestores culturais, tem que trazer mais artistas, tem que trazer mais representantes de todas as esferas do Governo para começar a entender isso, entender esse espaço como espaço de transformação da sociedade. Porque quando um artista leva uma temática específica para esse tipo de espaço, com certeza ele quer modificar o olhar do cidadão, quer modificar o olhar da comunidade. Obrigado.

**O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente)** – Só para entender, porque eu vi que entrou no embate, numa discussão bem acalorada agora, porque o Estado é laico e a gente tem que ter ciência. E a documentação, Deputado Cleiton Roque, que o senhor pediu até para que a gente, quais são? Todos os documentos?

**O SR. CLEITON ROQUE** – Primeiro, Presidente Jesuíno, todo regulamento em que a Fundação norteia no processo de tomada de decisão. Todos os pedidos que foram feitos desde o início do funcionamento, inclusive no período que não podia se cobrar, todos os que foram feitos, todos que foram autorizados, que foram negados nesse período. Eu gostaria de acrescentar, por exemplo, mas uma questão, foi citado, na realidade a decisão ela é tomada por um Conselho, não é? Eu gostaria de saber quais são as instituições, inclusive é composto por membros da sociedade organizada. Ai eu gostaria de ter por escrito a informação com o nome e quais entidades representam cada segmento que faz parte desse conselho nesse processo de tomada de decisão.

**O SR. SEVERINO JOSÉ DA COSTA NETO** – Me permita, encaminho para Vossa Excelência, só para esclarecer, eu mostrei aqui ao Presidente que falou na Maçonaria que tinha utilizado o espaço gratuitamente, eu comprovei agora o depósito da Maçonaria, o qual não foi gratuito e foi cumprido dentro do regime. Eu já passei em mãos o comprovante de pagamento.

**O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente)** – Eu vi aqui, Deputado, inclusive porque, olha só como existe, espera aí só um momento, eu vou registrar a presença do Vereador Marcão de Carvalho, da Câmara Municipal de Parecis, registrar a presença do Sr. Miguel Queiroz e do filho dele, Presidente do PMN. Mas assim, o senhor falou sobre a situação da questão da Maçonaria, tem realmente o valor de três mil reais, só que não existe um processo formal, são dois teatros ali, tem o pequeno e tem o grande. Aqui tem o valor de três mil reais, aí o Presidente falou que foi utilizado O pequeno, mas quem

dentro de um processo, eu posso pagar três mil reais e usar o grande nada impede, tem foto? Tem documento? Ele falou que não tem processo. Não tem um processo formal, tem que ter um processo? Tem um processo?

**O SR. SEVERINO JOSÉ DA COSTA NETO** – É assim, vindo a solicitação e sendo atendida de acordo com a disposição da data, alguns eventos não são passados para a comissão de pauta, o que está fora do contexto artístico e chega com certa urgência e a gente passa e delibera. É feito, elaborado um contrato no qual tem todas as cláusulas, inclusive com o oferecimento da nossa conta bancária e os valores que estabelecidos juntamente com o horário, lá está estabelecido para o uso no dia tal, ao horário tal o teatro do Palácio das Artes.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Eu sei, mas eu posso usar, eu vou falar, olha, só mês a mês; mês cinco o teatro só foi usado uma vez e foi pago dois mil reais, da forma que está escrito aqui é isso. Saldo de dois mil reais, esta aqui o saldo, vamos lá mês a mês.

**O SR. SEVERINO JOSÉ DA COSTA NETO** – Só explicar o mês a mês. Esses dois mil reais foi depositado anterior a nossa administração; e o Deputado solicitou desde o início, eu vou tentar fazer esse levantamento. Recebemos a Fundação sem nenhuma documentação, sem nenhum registro, não estava havendo registro, eu estou procurando sanar esse problema aí da documentação. Esses dois mil reais já estavam na conta, eu não sei a origem dele, posso prestar conta de todos da minha gestão para cá...

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Mas assim, só rapidinho, Deputado Cleiton, o senhor assumiu a posse quando? Quando foi a sua posse?

**O SR. SEVERINO JOSÉ DA COSTA NETO** – Pelo Diário Oficial, 10 de maio.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – 10 de maio? O Palácio, ele iniciou seus trabalhos quando?

**O SR. SEVERINO JOSÉ DA COSTA NETO** – Novembro de 2014.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Minha nossa! De novembro a maio teve um gestor? Se o Fundo não pode ser manuseado, como o senhor falou, que não pode ser? Então, o Palácio movimentou dois mil reais nesse período? Aí que, por isso que eu tenho que verificar, me aprofundar, porque dois mil reais de novembro de 2014 a maio de 2015, o Palácio, conforme informações, teve movimentação e o saldo que estava na conta de R\$ 2.000,00. Já com a gestão do Severino, já tem o valor, até hoje, R\$ 79.000,00, tirando os R\$ 2.000,00, então fica R\$ 77.000,00.

**O SR. SEVERINO JOSÉ DA COSTA NETO** – R\$ 77.000,00.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** - Entenderam? Então, como é que foi manuseado, é uma denúncia grave, se for

aprofundar e aí eu não peço mais só o Regimento. Eu vou pedir todas as informações do Palácio, toda a documentação, processo que foi do início do Palácio, como estavam sendo manuseadas essas verbas, quais foram, por quem foi autorizado? Quem era a Comissão que geria o Palácio? Vai ter que encaminhar. E não é, como falo, gestão, não é o senhor, Severino. O senhor também vai mandar, como o senhor já disse, o senhor está trazendo todas as informações inerentes, o senhor está dando a devida publicidade, mas o que me causou agora um espanto, porque no início da fala foi esse fundo não poder ser manuseado.

**O SR. SEVERINO JOSÉ DA COSTA NETO** – Não pode haver débitos, só crédito.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Só crédito. Entendeu? Não pode ter. E você tem R\$ 2.000,00, Deputado? E como foi usado? Quantas vezes foi usado? Que eu tenho ciência que foi usado por muitas vezes.

**O SR. CLEITON ROQUE** – Inclusive, Deputado Jesuíno, foram feitos eventos ali, cobrando ingressos de R\$ 40,00, inclusive com artistas de fora, e foram realizados. Então, eu quero aqui, assim, Presidente Jesuíno, não é nada com o senhor. Nós não estamos aqui para questionar nenhuma instituição, nenhum grupo de pessoas que solicitaram aquele espaço lá. Aqui, de maneira alguma, nós estamos questionando se foi Maçonaria, se foi um empresário do ramo artístico, nós não estamos aqui para questionar isso aí. O que nós estamos questionando aqui é a gestão da instituição. Que ela, segundo a informação que nós temos, e aqui está ficando claro para nós que procede isso aí, está tendo dificuldade de gestão. Está tendo critérios que não são claros para atender a utilização daquele espaço lá. E a gente sabe que houve problemas, por exemplo, houve um evento lá onde foi acionada a questão dos hidrantes, no caso todo o sistema anti-incêndio do teatro e aí houve praticamente mais de 15 mil litros de água, segundo informação que chegou para a gente, enfim. E com isso tem todo um custo para a própria gestão do Palácio.

Outra situação. Houve algum furto, que é de conhecimento do senhor, dentro do Palácio? Por exemplo, os cabos de aço do palco, houve, eles estavam lá e depois não estiveram mais? Tem conhecimento de alguma situação? Houve algum incidente neste caso? E outra situação. Aquelas poltronas do teatro, elas são muito confortáveis, enfim, e até foram pagos valores consideráveis nelas lá, mas elas ficam muito inclinadas, só para exemplificar aqui, se a gente senta lá, elas ficam assim. Mas, segundo informação técnica que eu tenho também, é porque faltou a regulagem delas que não veio, enfim, e hoje terá que fazer, o próprio Teatro terá que fazer alguns ajustes nas poltronas também, se quiser corrigir essa situação.

Então, são informações que chegam para a gente, muitas vezes elas precisam vir no papel e nós já solicitamos por escrito, para nos dar inclusive subsídio de questionamento. Mas e aí, como é de maneira informal aqui, eu estou fazendo essas perguntas ao senhor, se houve algum desses incidentes aqui falados?

**O SR. SEVERINO JOSÉ DA COSTA NETO** – Eu desconheço, Excelência. Eu desconheço qualquer coisa da minha gestão

nesse sentido. De repente alguém ouviu que no nosso Regimento fala: se for usar algum artifício, tem que ser comunicado a gente, para que a gente comunique ao Bombeiro, deve ter sido isso. Mas não aconteceu, graças a Deus, não aconteceu esse tipo de evento.

Quanto a furto, na minha gestão, eu desconheço qualquer denúncia desse tipo. E na gestão anterior, mostrei para Vossa Excelência agora aqui que ao tomar posse eu solicitei a tomada de conta junto à Secretaria de Esporte e Juventude, o levantamento anterior, o qual eu não posso responder até que seja feito esse levantamento de tomada. E quanto a esse incidente, realmente não aconteceu, pelo menos na minha gestão, eu desconheço esse tipo de denúncia.

**O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente)** – É porque é uma Sessão e a gente está aqui, vimos que a coisa foi salutar, eu não estou aqui até agora criminalizando ninguém, que fique claro, a única coisa que causou estranheza no seu saldo tem setenta e nove mil, na verdade setenta e sete mil, e desde o início aí a gente quer explicações, a Assembleia no seu papel constitucional deve ter as devidas informações, aí eu vou pedir para o senhor que conste nessas Atas, se for necessário a gente formaliza uma Comissão Especial para apurar esses fatos ocorridos ali e também o que o Deputado Adelino está falando aqui, e é verdade, a gente concorda plenamente, tem que sentar, discutir uma Lei, o Fundo para administrar tudo de uma forma, dar passo a passo, até para você gerir essa situação do Palácio das Artes, porque se a gente também aqui pode para um caminho, eu acho que já ficou bem esclarecido, então junto com... a gente vai formar, sim, a gente vai discutir se a gente forma uma Comissão Especial e nessa após a formação da Comissão Especial traz todo mundo, SEJUCEL agora, o próprio Presidente do Palácio das Artes, as demais pessoas, a SEFIN, discute com a sociedade civil organizada para depois a gente chegar a um denominador até em valores de uso, porque também é um patrimônio público que deve ser preservado, tem seu gasto, isso aí todo mundo sabe disso, ali tem energia elétrica, tem água, tem tudo, mas o fato hoje como foi feito um Projeto de Resolução que não é um Regimento, aí foi feito com esses valores, a gente vê que não pode ter débito, só pode ter crédito, então tem muita coisa que tem que ser construída agora e o momento é esse, é esta Casa Parlamentar, é isso que tem que ficar claro, como o Deputado Léo Mores falou aqui, temos que começar criar culturas, não são só vocês que irão ver, utilizar lá mesmo nossas ferramentas para que haja a elucidação de outros fatos que há denúncia.

Então, a gente vem, convida as pessoas, tem o direito de ampla defesa, de contraditório, aqui também não é um julgamento, que fique claro aqui, mas vocês têm o direito de manifestar, o duro seria a gente usar a Tribuna ali, foi feita a denúncia, do jeito que eu fiz, foi feita a denúncia, convidei, fizemos uma alteração aqui que o Regimento nos permite e vocês estão tendo aqui a oportunidade de manifestar, trazer as documentações, apresentar.

Então, a gente vai tomar outras medidas, aí compete ao colegiado da Assembleia para a gente deliberar quais serão as demais medidas, eu por mim me sinto satisfeito. Deputado Dr. Neidson vai falar.

**O SR. DR. NEIDSON** – Só quero aqui mandar um grande abraço aqui ao Superintendente da SEJUCEL. Agora, como o Deputado Jesuíno mesmo disse que nós não temos cultura, mas nós temos a cultura, falta resgatar, já desde o início do mandato, Fabiano, o Fabiano sabe da correria que nós tivemos aqui para resgatar a cultura lá de Guajará-Mirim do Festival Folclórico, que, inclusive, ele já me disse que estão se deslocando daqui um pouquinho, terminando aqui, para Guajará-Mirim para que possa ser realizado, terminar os últimos, as montagens das arquibancadas, do som lá que vai ser realizado esse Festival Folclórico dia 09, 10 e 11 e aproveitar e convidá-los, todos vocês aí para participarem desse festival, que é um resgate da nossa cultura do Estado de Rondônia e de Guajará-Mirim também.

Então, eu quero pedir também que todos nós, Deputados, possamos também ajudar a resgatar a cultura do nosso Estado e está aí uma das respostas que nós temos com a SEJUCEL, é com Guajará-Mirim, eu quero até que mande o meu grande abraço a toda equipe da SEJUCEL e a todos os representantes lá de Guajará-Mirim também, que o senhor vai estar lá hoje e aquele grande abraço lá caloroso da Assembleia Legislativa.

**O SR. ADELINO FOLLADOR** – Sr. Presidente, antes de fazer, ele está querendo cumprimentar. Mas eu queria dizer aqui, sugerir, Presidente, que a gente faça um documento para a Secretária de Educação, porque vocês são ligados à Secretaria de Educação, não é?

**O SR. FABIANO BARROS** – O documento pode ir diretamente para a Superintendência da SEJUCEL.

**O SR. ADELINO FOLLADOR** – Para o Rodney. Então, fazer um documento para o Rodney, pedir o mais rápido possível que mande, até para ajudá-los a trabalhar, cobrar do gestor que não são eles, que mande o Projeto para esta Casa, fazer um documento baseado nesta Audiência que houve hoje para que no mais rápido possível que seja mandada uma Lei que seja discutida, que seja regulamentada a Fundação para que possa gerenciar melhor os recursos que são lá arrecadados.

Então, que seja feito um documento por esta Casa, até para dar respaldo para vocês cobrar do Rodney, mas também da Secretária de Educação, porque ele é ligado à Secretaria de Educação, para que junto com o Governo do Estado também que seja até mandado uma cópia ao Governo do Estado também, que a Assembleia está cobrando essa atitude, que eu acho que é muito importante para poder andar e ser gerenciado, nós não somos contra que seja usado para eventos importantes aqui do Estado, até que não seja cobrado, incentivar, mas que tenha uma Lei que tenha uma diretriz para ser cumprida. Então, passar a palavra aqui ao Deputado Jesuíno Boabaid.

**O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente)** – Só para, Deputado Dr. Neidson, eu acho que eu me expressei de uma forma que não tem cultura. Cultura, não há um incentivo, na verdade é isso. Não há uma valorização por parte do Governo em projetos, você vai a Manaus aqui, qualquer outro Estado tem programas, tem ações voltadas realmente para incentivar, aqui o Teatro é todo, não tem realmente, é perceptivo, visível. Então,



a gente está aqui, acredito não só Vossa Excelência que está renascendo ali com aquele Projeto do Boi Bumbá, o confronto, o Duelo da Fronteira, então é importante resgatar essa situação, a *Flor do Maracujá*, e tem que ter sim a manutenção disso e agora o Teatro também. A minha filha, eu vou dar exemplo da minha filha, ela é louca para fazer teatro, ela tem até esse interesse de fazer teatro. Então, tem muitas crianças e isso nós temos que estimular, mas quanto à questão, Deputado Adelino, como foi falado, sentar hoje para discutir uma Lei, por isso que a questão da Comissão Especial deveria apurar essa situação também, a formação de um Projeto de Lei que não fique um retalho, amanhã ou depois a gente tem que fazer uma alteração. Então discutir de uma forma que também não sei, tem que ser rápido, célere, que é necessário, a gente chegou nesse consenso que é necessário esse Projeto de Lei e com todos os entes, o Legislativo, Executivo e a Fundação e todas as pessoas do hall. A gente vai provocar, a gente pode provocar através da própria Comissão esta situação. Então, eu me dou como satisfeito. Eu vou passar a palavra para o Severino para fazer as suas considerações finais e posteriormente retornar à nossa Sessão.

**O SR. SEVERINO JOSÉ DA COSTA NETO** – Eu quero agradecer a todos por essa oportunidade que há muito eu estava falando para o Deputado, eu vinha aguardando para dar as boas-vindas do Teatro a todo Estado de Rondônia. E me sinto honrado de ser convocado, quantas vezes for necessário mostrar o trabalho que está sendo feito e de uma forma transparente, limpa. E falo, com toda certeza, com muito amor, muita dedicação, que as problemáticas são imensas, são imensas. Dá para qualquer um desistir na primeira, na primeira. Eu estou tentando batalhar, quero deixar a marca registrada no Palácio das Artes como um monumento permanente e de bom uso para a nossa cultura, formação de plateia, incentivo à cultura. E estou sempre à disposição desta Casa e de qualquer outra para outro e qualquer esclarecimento. Sinto-me honrado e muito bem representado como cidadão rondoniense.

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – O Presidente Ezequiel Júnior é Deputado, é Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle. Eu acho que não tem, não há necessidade de formar essa Comissão Especial, porque ele, dentro do bojo da Comissão Especial, tem autonomia e tem essas prerrogativas de fazer essa apuração. O que eu vou fazer é só um memorando para a Comissão para iniciar, aí vai depender do Presidente para começar um procedimento de investigação quanto ao uso, Deputado Ezequiel Júnior. Que foi falado aqui para a gente verificar, no caso, convocar as pessoas que administraram o Palácio das Artes. E também a gente pode formar essa Comissão junto com quem está presente aqui e os Deputados interessados, para formar o projeto de lei para regulamentar o Palácio das Artes, com fundo, com tudo certinho. Isso é importante para a gente somar esforços. Então, eu acho que já dá por satisfeito, e a gente vai, eu já vou finalizar a Comissão Geral e vou passar a palavra. Agora vêm os encaminhamentos, não é? Formalizar, então.

**O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias)** – Então, a partir deste momento, ficam apenas os Parlamentares aqui

dentro do Plenário. Agradecemos a presença do Presidente da Fundação, do seu Assessor e, a partir deste momento, ficam apenas os Deputados aqui dentro da Sessão.

Senhoras e senhores, um bom dia, e queremos agradecer a participação aqui conosco.

### **(Às 10 horas e 31 minutos encerra-se a Comissão Geral e reabre-se a Sessão Ordinária)**

**O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente)** – Passamos às Breves Comunicações. Com a palavra o Deputado Adelino Follador.

**O SR. ADELINO FOLLADOR** – Senhor Presidente em exercício, Deputado Jesuíno, senhores Deputados, pessoal aqui presente, imprensa. Venho a esta tribuna hoje para falar de um assunto que nós falamos esses dias. Na semana retrasada, anunciamos a greve dos bancos, dos bancários, todos queriam entrar em greve. O Sindicato fez uma nota me desmentindo a semana passada. E três dias depois começou a greve. Eu acho interessante isso porque o Sindicato devia estar a par do que está acontecendo. Como eu conheço muitos funcionários que trabalham no banco, a gente já sabia dessa informação e estranhamente o Sindicato falou que não era verdadeira essa informação. E agora nós temos mais de trezentas agências paradas no Estado de Rondônia.

Então, quero aqui deixar registrada uma preocupação, inclusive como Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, que o consumidor mais uma vez está sendo penalizado, porque ele não tem como pagar os seus boletos e são prejudicados, são multados e já está avisando a imprensa que aquilo que vencer, se você não conseguir pagar, você tem que arrumar o seu jeito. E como cidadão não tem direito nenhum. Fecham os bancos, fecham as coisas, '*não, você tem internet*'. Nem todos têm internet. '*Ah, mas tem a loteria lá, a lotérica*'. A lotérica também, nem tudo você consegue pagar na lotérica.

Então, quero deixar aqui esse desrespeito com o consumidor mais uma vez. E esperamos que os bancos, que ganham tanto dinheiro, valorizem mais os seus funcionários. Porque se eles ganham bastante dinheiro é porque são os funcionários que se empenham para que isso aconteça. E agora, e eu conheço muitos funcionários que estão inclusive afastados, por problemas de saúde, por questão de pressão. A questão de cumprir metas, a pressão dos gerentes, o superintendente, de cima para baixo, são pressionados e têm que cumprir metas, sob pena de perder gratificações, perder direitos; e isso está criando um drama e as pessoas acabam ficando doentes.

Então, quero deixar aqui registrado e eles estão pedindo 13% e o banco ofereceu 5%. Eu acho que 13% é o mínimo que pode ser dado. É um direito que eles têm e com essa inflação hoje, 13% não significa nada. E os bancos, com certeza, têm que pensar bem e resolver isso o mais rápido possível para não criar tanto transtorno na vida das pessoas.

Senhor Presidente, eu também quero, venho a esta tribuna hoje para falar sobre um assunto que hoje cedo me preocupou. Falando com os funcionários dessa empresa de ônibus, eles estão se preparando amanhã para interferir e não deixar mais esses ônibus que foram contratados

emergencialmente rodar na cidade. Em vez de o Prefeito procurar resolver o problema já definitivamente, trazer uma solução para a população, esses funcionários das empresas que estão em greve, eles estão com todo seu direito, porque eles não receberam. Já deram três meses de prazo para ter a resposta e a empresa só falava para eles: *“Olha, quando, nós vamos aguardar porque nós não temos contrato”*. E aí a outra empresa vai assumir, que era para assumir semana passada, a empresa não assumiu, eles ficaram sem aumento, sem previsão nenhuma e eles querem uma resposta, eles têm direito a essa resposta. E agora o Prefeito contratou cinquenta ônibus de graça, vai criar uma bagunça, que cinquenta ônibus não vão resolver o problema da cidade no lugar de cento e quarenta ônibus, vão colocar setenta, aí já estavam superlotados esses ônibus e agora então, amanhã já estão se preparando os motoristas para impedir, inclusive que façam isso, para não prejudicar a greve deles. E eles estão com razão, porque eles estão esperando uma resposta, eles querem trabalhar, e nós precisamos, então, o Prefeito tome providência, que chame a outra empresa, tem a segunda colocada nessa licitação, qual a providência que está sendo tomada? Eu acho que isso é um desrespeito.

Eu vi ontem uma previsão numa rádio, dizendo que cento e noventa mil pessoas, estão deixando de ser transportadas, eu não tenho noção se isso é a real, mas são pessoas que trabalham todo dia, precisam se deslocar e ficaram a pé de uma hora para outra, sendo explorados pelo transporte muitas vezes cobrando coisas absurdas.

Então, eu quero deixar registrado, mas esse protesto a essa situação do consumidor, das pessoas que precisam aqui em Porto Velho. Tem outro assunto também, posso falar? Eu quero aqui registrar, eu estou preocupado já venho a alguns meses fazendo levantamento, porque a região do Vale do Anari é a mais violenta? Eu percebi, levantei que é o lugar que tem menos policiais militares, aí vai ver que tem menos escrivães, que tem menos policiais civis. Eu fui levantar aonde tem Delegacias no Estado de Rondônia, Polícia Civil, nós temos aí Cujubim, que tem instalada, mas não existem de fato, com vinte mil duzentos e quatro habitantes, não tem ainda Delegacia, não está funcionando. Alto Paraíso, dezenove mil, oitocentos e quarenta e um, não tem delegacia; Monte Negro, toda a região de Ariquemes, quinze mil setecentos e dez habitantes, não tem delegacia; Campo Novo de Rondônia, quatorze mil, zero oitenta e um, isso do IBGE, não tem delegacia. Agora, eu pego aqui municípios que eu não vou citar os nomes, que todos deveriam ter delegacia, com seis mil quatrocentos e vinte e dois, têm delegacia; outro com oito mil setecentos e seis, tem delegacia da Polícia Civil; outro tem nove mil oitocentos e trinta e um, tem delegacia; outro de dez mil oitocentos e sessenta, tem delegacia e outro tem de doze mil quatrocentos e dezenove, tem delegacia. E na região de Ariquemes tem municípios com vinte, com dezenove, com quinze, com quatorze, com treze mil e não têm delegacia.

Eu quero saber, eu quero cobrar agora, já mandei um documento para o Dr. Pedro e para o Secretário de Segurança do Estado, eu quero que ele me dê uma resposta e também do Governo do Estado, porque eu vejo discursos lá em Ariquemes: *“Não, nós não podemos, vamos privilegiar Ariquemes, vamos privilegiar a Região do Jamari porque o Governador é de lá”*. Eu

não quero privilégio mais, não, eu quero só o direito, o mínimo que pode ter para aquela região. E nós estamos a todo o momento vendo discursos nesse sentido e dizer que vai resolver e não resolve a região. E agora nós vimos assaltos e mais assaltos, mortes e mais mortes e a gente não vê uma resposta.

Então, eu quero aqui deixar registrado, porque nós temos registrado, porque nós temos dados em mãos e nós estamos preocupados, e agora vai tirar mais um médico legista de Ariquemes, vai tirar uma pessoa que trabalha na identificação e a gente não vê ninguém vir para Ariquemes, não ver ninguém naquela região, só tirando e não se preocupa muito, tinha três que trabalhavam na identificação, vão ficar só dois. Então, nós queremos deixar, e sem contar que naquela região ainda tem Teixeiraópolis, tem ali a região de Jarú, que tudo influencia, sem contar Urupá, outros municípios que estão próximos ali, e a violência ela se instala na região e eles contaminam a região toda. Então, se você não tem estrutura para investigar suficiente, e eu estou aqui reclamando que todo Estado precisa, mas agora nesse novo concurso que teve, nós fizemos uma indicação, nós cobramos do Governo para que fossem feitos esses concursos regionais, para que seja feito lá para Guajará-Mirim, seja feito para Machadinho, seja feito para Buritis, porque o que acontece? Os policiais tomam posse, no último concurso tomaram posse cento e dezesseis policiais militares lá em Ariquemes, aí nós tivemos uma reunião e eu assumi compromisso lá com o Comandante, na presença do Governador, que jamais ia pedir a transferência de um policial de lá porque eu estaria prejudicando minha comunidade. Mas eu fui pegar a relação dos policiais que foram transferidos, os políticos daqui de Porto Velho foram buscá-los lá porque eu atingi, mas o político tinha família aqui em Porto Velho, olha através do político vai lá buscar, Ji-Paraná foi lá buscar, Pimenta Bueno foi buscar. Ai eu até sou questionado por eles para não trazer eles embora porque eu estou prejudicando a minha comunidade, estou ajudando ele, mas estou prejudicando a minha comunidade. Agora eu fui ver, transferiram todo mundo. Então, nós temos que ter mais respeito, tem regras. Se naquela região tem tantos habitantes, vamos colocar, por que Rolim de Moura tem o dobro? Por que Ji-Paraná tem o dobro? Será que nós não merecemos, Deputado Marcelino? Nós temos que ter mais justiça, aqui em Porto Velho tem muito Delegado, vê quantos que tem no interior e quantos que tem aqui na Capital? E todo mundo está vindo para cá, tem duzentos e quarenta e poucos Delegados vai ver no interior quanto que tem e quanto que tem na Capital? A população mora também no interior. Então, eu gostaria de deixar aqui essa indignação e estou fazendo o relatório de todos proporcional ao número de habitantes, cada região quantos policiais militares tem, quantos civis tem, quantos Delegados, quantos escrivães tem para que a gente consiga fazer um relatório melhor para que o Governo do Estado chame a sua equipe e monte uma distribuição mais justa. Obrigado.

**(Às 10 horas e 44 minutos o Sr. Jesuino Boabaid passa a presidência ao Sr. Lebrão)**

**O SR. LEBRÃO (Presidente)** – Ainda nas Breves Comunicações, cinco minutos, sem direito a aparte, sem direito à Questão de Ordem, Dr. Neidson.

**O SR. DR. NEIDSON** – Bom dia a todos. A minha fala é rápida, Sr. Presidente, é só para convidar os nobres Parlamentares aqui para realizarem, hoje vai dar início ao programa nosso aqui feito pela Comissão de Saúde da avaliação da função pulmonar dos Parlamentares e dos funcionários desta Casa aqui no Posto da Assembleia Legislativa, aqui próximo cruzando a rua. Então, vamos dar início hoje a esse projeto para avaliar a função pulmonar de cada um para ver a nossa saúde, vamos começar por aqui e depois estender esse projeto a todo o Estado de Rondônia. Era isso. E quero convidar novamente, estender o convite aí para o Festival Folclórico de Guajará-Mirim que vai ser realizado nos dias 9 e 10, 11, em Guajará-Mirim. Aqui saudar a presença do nosso ex-presidente do PT do B, Miguel Queiroz, o ex-vice-presidente Valteir Queiroz e seu filho também, o Valter Queiroz.

Era isso que eu tinha hoje, Sr. Presidente, e obrigado.

**O SR. LEBRÃO (Presidente)** – Ainda nas Breves Comunicações, por cinco minutos, sem direito a aparte, sem direito à Questão de Ordem, Deputado Léo Moraes.

**O SR. LÉO MORAES** – Eu quero desejar um bom dia a todos, cumprimentar o nosso Presidente, Deputado Lebrão, que me deixou bem claro que não tem direito a aparte, talvez seja remorso do que aconteceu ontem, no dia anterior e o senhor está completamente correto, coberto de razão. Eu sou um defensor de que nós possamos cumprir o Regimento, então tenho que fazer a minha parte.

Primeiramente, rápido, de forma bem rapidinha, falar em relação ao que o Deputado Adelino Follador acabou de mencionar aqui, parabenizo por defender e lutar principalmente pela sua área, pela sua região. Mas aqui também nós temos uma defasagem muito grande, Deputado Adelino Follador, inclusive nós temos muitos desvios de função, muito Delegado trabalhando em atividade de meio, nós temos muitos Delegados de Polícia que são poucos que falam. E é o que nós devemos falar, que esse é o compromisso maior porque certamente atenderia várias delegacias do interior de Rondônia. Assim como dos nossos recantos e também dos bairros da Capital, nós temos Delegados na Secretaria de Administração, nós temos Delegados na Controladoria, nós temos Delegados na SEFIN, nós temos Delegados em tudo que é Secretaria do Governo do Estado para executar atividade meio, desvio de função. Esses Delegados que não sabem o que é bater no batente, bater na poeira, não sabem o que é inquérito policial, que nunca empunharam uma arma, eles que devem voltar para as suas atividades laborais de origem. Eles que devem sair do ar condicionado, eles que devem sair da poltrona, eles que devem deixar de receber diária, eles que devem deixar de acumular cargos, eles que devem trabalhar. O senhor pode ter certeza que com a direção, como a gente fala, tem precariedade? Tem. Tem defasagem? Tem. Mas, sobretudo, o que falta é gestão na administração da Polícia Civil, na Secretaria de Segurança e que tenha punho quem é de bem nesse Governo, que nós sabemos que tem muitos, inclusive aonde eu vou, aonde eu posso falar, comento da qualidade como pessoa, indivíduo, é o nosso Governador, que é o meu Governador, Governador Confúcio Aires Moura. Mas peço e clamo que faça algo, porque a gente fala aqui, nada é feito.

Quem vai precisar falar? O Ministério Público tenta intervir, também eu não vejo soluções.

Então, fica registrado também a minha insatisfação quanto aos Delegados que deveriam trabalhar, assim como policial civil, policial militar, bombeiro. Policial civil tem aos montes lá na CAERD, tem Delegado, o que ele vai fazer? Ele vai lá embaixo colocar os tubos de água? Ou o que ele vai fazer? Vai cuidar das galerias? Ou ele vai lá ao lago retirar a água para entregar para a população? Então, eu acho que cada qual no seu cada qual. Eu não chego aqui para cobrar uma atitude de um Secretário que porventura não possa ter me recebido, porque isso é inerente da Administração Pública. Eu não chego aqui para pedir demissão de Secretários, porque isso é discricionário do Governador, não é meu papel, e eu não vou, na condição Deputado, utilizar esta tribuna para fazer esse tipo de trabalho. Não faz parte da minha conduta, não estou desabonando, criticando quem quer seja, nem colegas nossos. Mas não é calibre, não é do meu perfil.

Outra coisa que eu gostaria de comentar, talvez falte tempo, mas utilizarei o Grande Expediente, é a questão do transporte público, que nós já falamos aqui em relação a nossa Capital, Porto Velho, vivemos um caos, uma grande lambança da administração, que eu não tenho dúvida alguma que ficará na história do Estado de Rondônia, talvez a falta de comprometimento e principalmente planejamento. Se de repente quiser fazer algo que não seja republicano, uma hora isso vai vir à tona, mas primeiramente gostaria de passar os dados e é por conta disso que eu tenho sempre questionado porque a Justiça do Trabalho ela já pediu para que a Prefeitura se manifeste, para que a Prefeitura sente junto com as empresas, que ela sente junto principalmente com os funcionários para resolver esse impasse, Deputado Lebrão. E até hoje eles não deram atenção a nada. Parece que exatamente estão de costas para o interesse do povo. Isso logicamente me causa uma perplexidade, como o senhor defende a sua região com muita propriedade eu tenho que defender Porto Velho, que é a Capital de todos os Deputados Estaduais, e é o que tem acontecido.

Depois eu vou fazer uso da palavra no Grande Expediente, mas deixa eu passar os números: 33.000 estudantes são atendidos por dia, Deputado Marcelino, 33.000 alunos, 28.700 vales transportes por dia, pessoas que pagam com VT Empresa que fornece; 40.000 pessoas que pagam diretamente a passagem; 6.500 idosos que por dia utilizam esse precário transporte público que nós temos, essas latas enferrujadas, mas que pelo menos transporta a população; 7.400 portadores de necessidades especiais que são transportados por dia. Veja bem a dificuldade, o flagelo que essas famílias estão passando, Deputado Adelino. Porque uma pessoa sadia, por mais que ela seja muitas vezes extorquida, que é o que acontece através de outros transportes alternativos, por falta do que deveria cumprir e fazer o seu serviço, eles têm que subir, por exemplo, numa moto. Como é que um deficiente físico vai subir numa moto? Como é que uma pessoa como eu, eu assisti e convivi com isso em um ônibus que eu tomei indo Circular Sul, como é que uma pessoa com paralisia cerebral ela vai subir em uma motoneta? Não. Não vai e nós sabemos disso. 7.000 pessoas que fazem integrações realizadas por dia sem pagamento de passagem. Isso quer dizer o quê? Minimamente até os nossos colegas



que estão aqui na Galeria já sofreram, por exemplo, uma secretária, hoje a empregada doméstica, ela não tem como ir à casa de vocês, ela está sem transporte, aconteceu conosco, aconteceu comigo, R\$ 25,00 para sair do Aeroclube para chegar no centro, de moto, esse é o preço que estão cobrando. Por exemplo, lojas, comércio, órgãos, Secretarias, que não conseguem acolher os funcionários, os servidores porque eles não conseguiram chegar. A culpa é do funcionário? E isso vai gerando um prejuízo, vai sem sombra de dúvida, acarretando um efeito cascata.

Então, é lamentável que não se discuta. Eu não vim aqui para achincalhar a administração. Eu não vim aqui para menosprezar Prefeito, ele foi eleito democraticamente, de forma legítima, mas é muito claro que existe a incúria administrativa, existe a omissão de quem deve fazer. E o direito também acoberta essa omissão. Então, eu gostaria de deixar registrados esses dados, que a população saiba e que, sobretudo, sensibilize os gestores. Como o Secretário de Trânsito que foi na TV ontem falar, Deputado. Estou encerrando.

**O SR. LEBRÃO (Presidente)** – Não, eu quero até lembrar a Vossa Excelência que tem Vossa Excelência e pode fazer uso da palavra à vontade, finalizar o seu discurso.

**O SR. LÉO MORAES** – Já estou encerrando, Presidente. Que o Secretário de Transporte na televisão falou: “*Não, isso daí é questão contratual, Deputado Aécio, é questão contratual*”. Questão contratual bulhufas. Rapaz, pelo amor de Deus, deixe de ser inconsequente, deixe de ser inconsequente. Todo contrato da administração é uma concessão do Poder Público, o Poder Público concede para que faça, realize esse contrato. Então, você tem, sim, a responsabilidade. Vá à Justiça do Trabalho, converse com o Promotor do Trabalho, com Juiz e resolva pacificamente esse problema. É isso que nós pedimos, é isso que nós clamamos. E logo, logo também falarei no Grande Expediente, desculpe pela demora.

Muito obrigado.

**O SR. LEBRÃO (Presidente)** – Ainda nas Breves Comunicações., o Deputado Laerte, com cinco minutos, sem direito a apertes. Está ausente.

**O SR. EZEQUIEL JÚNIOR** – Senhor Presidente, me permita uma Questão de Ordem.

**O SR. LEBRÃO (Presidente)** – Pois não, Deputado.

**O SR. EZEQUIEL JÚNIOR** – Gostaria de agradecer a presença do Vereador de Alto Paraíso, Vereador Nelsinho; e na pessoa do Deputado Léo Moraes cumprimentar também essa grande liderança lá de União Bandeirantes que está presente aqui, grande Líder Comunitário, nosso amigo Quixadá, está presente aqui, na pessoa do Deputado Léo Moraes e do Deputado Aécio da TV, o nosso abraço.

**O SR. LEBRÃO (Presidente)** – Encerradas as Breves Comunicações, passamos ao Grande Expediente. Não há Oradores inscritos. Encerrado o Grande Expediente, passamos

às Comunicações de Lideranças. Não há Oradores inscritos. Passamos à Ordem do Dia.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas.

**O SR. MARCELINO TENÓRIO (Secretário *ad hoc*)** - Procede à leitura das proposições recebidas.

## APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

**- REQUERIMENTO DOS DEPUTADOS DR. NEIDSON, JESUÍNO BOABAI E RIBAMAR ARAÚJO.** Requer à Mesa Diretora que seja encaminhada Moção de Pesar aos familiares da senhora Maria Áurea Gomes Estevão, pelo seu falecimento, ocorrido no dia 16 de setembro de 2015, nesta Capital.

**- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAI.** Requer Voto de Pesar para Francisco Domingos da Silva, Subtenente da Polícia Militar da Reserva Remunerada, que faleceu por causas naturais, em dia 06 de outubro de 2015.

**- REQUERIMENTO DA DEPUTADA ROSÂNGELA DONADON E DEPUTADO HERMÍNIO COELHO.** Requer Sessão Solene no dia 26 de outubro de 2015 para entrega de Medalhas do Mérito Legislativo.

**- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Requer à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado ao Secretário de Estado da Justiça - SEJUS, que preste informações sobre o regime de escala de trabalho dos agentes penitenciários do Estado de Rondônia.

**- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Requer à Mesa Diretora, na forma regimental, que seja oficiado ao Senhor Superintendente Estadual dos Esportes, da Cultura e do Lazer – SEJUCEL, que apresente com celeridade a esta Casa de Leis o projeto de regulamentação e implementação do projeto Bolsa Atleta no Estado de Rondônia.

**- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAI.** Requer seja solicitado ao Poder Executivo, junto à Secretaria de Estado e Justiça – SEJUS, cópia na íntegra dos Processos de infraestrutura das unidades Prisionais, dos processos de Equipamentos e Aparelhamentos para atender as unidades prisionais, bem como dos processos de aquisição de ambulâncias e viaturas para atender o sistema carcerário, e a decisão referente à mudança de escala de serviço de 12x24 para 12x72, informando se a devida mudança irá efetivar o banco de horas.

**- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO.** Indica para a reconstrução da ponte sobre o Rio Jacy, entre o Município de Campo Novo de Rondônia e Município de Nova Mamoré.

**- REQUERIMENTO DA DEPUTADA LÚCIA TEREZA.** Requer ao Superintendente Regional do DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes informações sobre a balança de pesagem de caminhões de cargas.

**- REQUERIMENTO DA DEPUTADA LÚCIA TEREZA.** Requer ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Secretaria de Finanças de Porto Velho sobre o funcionamento da balança de pesagem do Posto Fiscal de Vilhena. Caso não esteja funcionando, nos informar a real situação.

**- REQUERIMENTO DA DEPUTADA LÚCIA TEREZA.** Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador, com cópia à Presidente da CAERD – Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia, que interceda junto às autoridades competentes visando adotar as medidas necessárias para a efetivação do tratamento da água para a população do Distrito de Novo Paraíso (Canelinha).

**- INDICAÇÃO DA DEPUTADA LÚCIA TEREZA.** Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador, com cópia à Secretária de Estado de Educação, a viabilidade de arquivos deslizantes para atender as Escolas da Rede Estadual do Município de Espigão d'Oeste: EEEFM Jean Piaget, EEEF Sete de Setembro, EEEF Vinicius de Moraes, EEEF Fernanda Souza de Paula, EEEF Maria de Sancti Santos e CEEJA – Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos.

**- INDICAÇÃO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR.** Indica ao Delegado Geral da Polícia Civil, Dr. Pedro Roberto G. Mancebo, que informe quais municípios no Estado de Rondônia que possuem delegacias de polícia.

**- INDICAÇÃO DO DEPUTADO ALEX REDANO.** Indica ao Poder Executivo Estadual junto ao Departamento de Estrada de Rodagem – DER, a necessidade de construir uma ponte sobre o rio Jaci Paraná, na Estrada Parque, entre os distritos de Rio Branco e Jacinópolis.

**- INDICAÇÃO DOS DEPUTADOS MAURÃO DE CARVALHO E LEBRÃO.** Indica a necessidade de construção de fábricas de gelo nos municípios de Presidente Médici, São Francisco, Pimenta Bueno, Jaru, Cabixi e Costa Marques.

Lidas as matérias, Senhor Presidente.

**O SR. LEBRÃO (Presidente)** - Quero registrar a presença do Excelentíssimo Senhor Vereador Nelson Dias Fonseca, da Câmara Municipal de Alto Paraíso, e também do Excelentíssimo Senhor Vereador Marcão de Carvalho, da Câmara Municipal de Parecis.

Lidas as proposição, solicito ao Senhor Secretário proceder à leitura das matérias a serem apreciadas e os requerimentos.

**O SR. MARCELINO TENÓRIO (Secretário da hoc)** – REQUERIMENTO DOS DEPUTADOS ROSÂNGELA DONADON E HERMÍNIO COELHO. Requer Sessão Solene no dia 26 de outubro de 2015, para entrega de Medalhas do Mérito Legislativo.

**O SR. LEBRÃO (Presidente)** – Em discussão e votação o requerimento que acaba de ser lido. Não havendo observações, dou-o por aprovado.

Solicito ao Senhor Secretário que faça a leitura da próxima matéria.

**O SR. MARCELINO TENÓRIO (Secretário ad hoc)** - REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer Voto de Pesar para o senhor Francisco Domingos da Silva, Subtenente da Polícia Militar do Estado de Rondônia da Reserva Remunerada, que faleceu por causas naturais, no dia 06 de outubro de 2015.

**O SR. LEBRÃO (Presidente)** - Em discussão e votação o requerimento que acaba de ser lido. Não havendo observações, dou por aprovado.

Próxima matéria, Sr. Secretário .

**O SR. MARCELINO TENÓRIO (Secretário ad hoc)** – REQUERIMENTO DOS DEPUTADOS DR. NEIDSON, JESUÍNO BOABAID E RIBAMAR ARAÚJO. Requer à Mesa Diretora que seja encaminhada Moção de Pesar aos familiares da senhora Maria Áurea Gomes Estevão, pelo seu falecimento, ocorrido no dia 16 de setembro de 2015, nesta Capital.

**O SR. LEBRÃO (Presidente)** - Em discussão o requerimento que acaba de ser lido. Os Deputados favoráveis que permaneçam como se encontram e os contrários que se manifestem. Não havendo observações, dou-o por aprovado.

**Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Sr. Secretário.

**O SR. MARCELINO TENÓRIO (Secretário ad hoc)** – Encerradas as matérias Senhor Presidente.

**O SR. LEBRÃO (Presidente)** - Lidas as matérias, passamos às Comunicações Parlamentares. Com a palavra, por cinco minutos, sem direito a apartes, o Deputado Léo Moraes. Está ausente. Então, nada mais havendo a tratar e invocando a proteção de Deus...

**O SR. ADELINO FOLLADOR** – Questão de Ordem, senhor Presidente. Só para comunicar que às 12:30h nós temos uma Reunião da Comissão de Defesa do Consumidor sobre aquelas mobiletes até 50 cilindradas. Quem quiser se fazer presente, com a presença do Diretor Geral do DETRAN, com a presença do Presidente do Conselho Estadual de Trânsito e também com o Secretário aqui da Prefeitura, responsável por esta área. Quem quiser, eu gostaria de convidar todos os Deputados que puderem estar presente, para que a gente veja se consegue prolongar o prazo para que o pessoal se adeque à nova legislação. Obrigado.

**O SR. LEBRÃO (Presidente)** – Registrado. Nada mais havendo a tratar e invocando a proteção de Deus, e antes de encerrar esta Sessão, comunico a realização de Audiência Pública no dia 08 de outubro, de autoria do Deputado Luizinho Goebel, às nove horas, para tratar sobre o Trânsito da Cidade de Porto Velho e, às 15 horas, de autoria do Deputado Edson Martins, para debater sob a Piscicultura no Estado de Rondônia, e convoco Sessão Ordinária para o dia 13 de outubro no horário regimental, ou seja, às 15 horas.

Está encerrada a Sessão.

**(Encerra-se a Sessão às 11 horas e 03 minutos)**

**SUP. DE RECURSOS HUMANOS****ATO Nº 340/2015-SRH/D/P/ALE**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

**RESOLVE:**

Conceder 01 (uma) diária no dia 29/10/2015 ao servidor relacionado para coordenar os trabalhos legislativos e assessorar o Presidente desta Casa de Leis durante a Audiência Pública no município de Itapuã D'Oeste - RO, conforme Processo nº. 14126/2015-91.

| <b>Matricula</b> | <b>Nome</b>                | <b>Cargo</b>           | <b>Lotação</b>      |
|------------------|----------------------------|------------------------|---------------------|
| 100007626        | Carlos A Martins Manvailer | Secretario Legislativo | Gab. Sec. Legislat. |

Porto Velho - RO, 21 de Outubro de 2015.

**Maurão de Carvalho**  
Presidente

**Arildo Lopes da Silva**  
Secretário Geral

**ATO Nº 341/2015-SRH/D/P/ALE**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

**RESOLVE:**

Conceder 01 (uma) diária no dia 29/10/2015 aos servidores relacionados para assessorar e auxiliar a Mesa Diretora nos trabalhos Legislativos durante a Audiência Pública no município de Itapuã D'Oeste - RO, conforme Processo nº. 14126/2015-91.

| <b>Matricula</b> | <b>Nome</b>                   | <b>Cargo</b>     | <b>Lotação</b>       |
|------------------|-------------------------------|------------------|----------------------|
| 100001371        | Maria Iris Dias de Lima Diniz | Assessor da Mesa | Asses. Mesa Diretora |
| 100000505        | Manoel Salustiano Ferreira De | Assessor da Mesa | Asses. Mesa Diretora |

Porto Velho - RO, 21 de Outubro de 2015.

**Maurão de Carvalho**  
Presidente

**Arildo Lopes da Silva**  
Secretário Geral

**ATO Nº 342/2015-SRH/D/P/ALE**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

**RESOLVE:**

Conceder 01 (uma) diária no dia 29/10/2015 ao servidor relacionado para prestar serviços de Plenário durante a Audiência Pública no município de Itapuã D'Oeste - RO, conforme Processo nº. 14126/2015-91.



| Matricula | Nome                      | Cargo                 | Lotação                 |
|-----------|---------------------------|-----------------------|-------------------------|
| 100010190 | Mario Estelio A. da Costa | Ast. Tec. Legislativo | Asses. da Mesa Diretora |

Porto Velho - RO, 21 de Outubro de 2015.

**Maurão de Carvalho**  
Presidente

**Arildo Lopes da Silva**  
Secretário Geral

**ATO Nº 343/2015-SRH/D/P/ALE**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

**RESOLVE:**

Conceder 01 (uma) diária no dia 29/10/2015 aos servidores relacionados para coordenar, auxiliar e participar dos trabalhos taquígrafos durante a Audiência Pública no município de Itapua D'Oeste - RO, conforme Processo nº. 14126/2015-91.

| Matricula | Nome                             | Cargo            | Lotação             |
|-----------|----------------------------------|------------------|---------------------|
| 100008971 | Glaucia Cavalcante da C. Ribeiro | Chefe de Divisão | Div. de Taquigrafia |
| 100003244 | Joanilce Terceiro dos Santos     | Taquigrafo I     | Div. de Taquigrafia |
| 100002410 | Neide de Oliveira Franca         | Taquigrafo I     | Div. de Taquigrafia |
| 100002436 | Neuzalice Brelaz Marinho         | Taquigrafo I     | Div. de Taquigrafia |
| 200161685 | Maria Ivoni da Silva Lima        | Assessor Técnico | Depto. Legislativo  |

Porto Velho - RO, 21 de Outubro de 2015.

**Maurão de Carvalho**  
Presidente

**Arildo Lopes da Silva**  
Secretário Geral

**ATO Nº 344/2015-SRH/D/P/ALE**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

**RESOLVE:**

Conceder 01 (uma) diária no dia 16/10/2015 ao servidor relacionado para prestar serviços de assessoramento técnico e parlamentar ao Deputado Leo Moraes durante a Audiência Pública no Distrito de União Bandeirantes - RO, conforme Processo no. 14230/2015-55.

| Matricula | Nome                         | Cargo          | Lotação              |
|-----------|------------------------------|----------------|----------------------|
| 200160957 | José Antonio Alves Rodrigues | Chefe Gabinete | Gab. Dep. Léo Moraes |

Porto Velho - RO, 21 de Outubro de 2015.

**Maurão de Carvalho**  
Presidente

**Arildo Lopes da Silva**  
Secretário Geral

**ATO Nº 345/2015-SRH/D/P/ALE**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

**RESOLVE:**

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 26 a 29/10/2015 ao Deputado Estadual LAERTE GOMES, matrícula nº 200160364, para participar de audiências no Ministério da Agricultura, Ministério das Cidades e DNIT na cidade de Brasília - DF, conforme Processo nº 14226/2015-52.

| <b>Matricula</b> | <b>Nome</b>  | <b>Cargo</b> | <b>Lotação</b>    |
|------------------|--------------|--------------|-------------------|
| 200160364        | Laerte Gomes | Deputado     | Gabinete Deputado |

Porto Velho - RO, 21 de Outubro de 2015.

**Maurão de Carvalho**  
Presidente

**Arildo Lopes da Silva**  
Secretário Geral

**ATO Nº 346/2015-SRH/D/P/ALE**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

**RESOLVE:**

Considerar o Ato nº344/2015-SRH/D/P/ALE, que concedeu diária no dia 16/10/2015 ao **servidor JOSÉ ANTONIO ALVES RODRIGUES**, matrícula nº200160957 que prestou serviços de assessor técnico e parlamentar ao Deputado Leo Moraes durante a Audiência Publica no Distrito de União Bandeirantes - RO, conforme Processo no. 14230/2015-55.

Porto Velho - RO, 21 de Outubro de 2015.

**Maurão de Carvalho**  
Presidente

**Arildo Lopes da Silva**  
Secretário Geral

**ATO Nº 347/2015-SRH/D/P/ALE**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

**RESOLVE:**

Conceder 01 (uma) diária no dia 29/10/2015 aos servidores relacionados para compor a equipe de Segurança de Plenário e realizar atividades pertinentes à Secretaria de Segurança Institucional da ALE/RO, na Audiência Publica no município de Itapua D'Oeste - RO, conforme Processo nº. 14238/2015-60.

| <b>Matricula</b> | <b>Nome</b>                 | <b>Cargo</b>        | <b>Lotação</b>               |
|------------------|-----------------------------|---------------------|------------------------------|
| 200161709        | Calixto Melo de Souza       | Ast. Técnico        | Sec. de Segur. Institucional |
| 100002220        | Damiao de Oliveira Figueira | Aux. Administrativo | Pol. Legislativa             |
| 100009523        | Edite Ricardina de Jesus    | Agente de Serviços  | Pol. Legislativa             |
| 200161719        | Jivaldo Agripino Brito      | Assessor Técnico    | Pol. Legislativa             |

Porto Velho - RO, 22 de Outubro de 2015.

**Maurão de Carvalho**  
Presidente

**Arildo Lopes da Silva**  
Secretário Geral